

FERNANDO
SAVATER

UMA HISTÓRIA
DESCOMPLICADA DA
FILOSOFIA



Planeta



FERNANDO
SAVATER

UMA HISTÓRIA
DESCOMPLICADA DA
FILOSOFIA

Ilustrações de Juan Carlos Savater

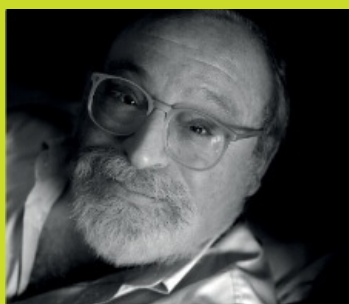
Tradução de
Luís Carlos Cabral

 Planeta

A curiosidade dos adolescentes Alba e Nemo diante da morte, da verdade, da justiça e do tempo é o ponto de partida dessa aventura que começa na Grécia Antiga de Sócrates e Pitágoras e vai até o século XX. A partir dos questionamentos dos dois garotos, o autor Fernando Savater, escritor e filósofo espanhol, vai apresentando os mais importantes nomes da filosofia, bem como as várias correntes de pensamento que compõem essa disciplina.

Ao embarcar nesta aventura, o leitor passará a entender melhor o significado e a importância da filosofia em sua vida, além de conhecer mais a fundo aqueles que construíram sua reputação ao longo dos séculos, como Platão, São Tomás de Aquino, Descartes e Karl Marx. Pessoas que, no fundo, eram como nós: ansiosas por respostas a perguntas que, com certeza, incomodam ou já incomodaram em algum momento de nossas vidas.

“Este livro pretende contar a filosofia com simplicidade, sem pedantismos acadêmicos, de modo que quem leia aproveite sem temor nem tremor sua emoção intelectual... e que possa seguir pensando por sua conta”, escreve Fernando Savater na edição espanhola da obra.



© Alonso&Marful

**“QUE NINGUÉM POR SER JOVEM HESITE EM FILOSOFAR,
NEM POR SER VELHO DE FILOSOFAR SE CANSE.**

**POIS NINGUÉM É JOVEM OU VELHO
PARA A SAÚDE DE SUA ALMA.”**

– EPICURO, *CARTA A MENECEU*

Um dos principais intelectuais contemporâneos, o filósofo espanhol Fernando Savater já demonstrou sua enorme capacidade para dialogar com jovens e professores sobre temas considerados “difíceis” em livros como *Ética para meu filho* e *Política para meu filho*. Nesta nova obra, ele conduz seus leitores a um passeio completo, e acessível, por outra disciplina considerada espinhosa por muitos, a filosofia.

Sem fazer uso de jargões acadêmicos, Savater narra a filosofia como uma grande aventura presente no cotidiano de todos nós. Nesta jornada, que sai da Grécia Antiga de Sócrates, Platão e Aristóteles para chegar até pensadores do século XX, como Albert Camus e Hannah Arendt, o escritor é acompanhado por dois personagens fictícios, os adolescentes Alba e Nemo.

Com uma linguagem divertida e contemporânea, Savater mostra que a filosofia faz parte de cada um e que ela está em cada ação do nosso dia a dia.



Copyright © Fernando Savater Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2015

Título original: *Historia de la filosofia si temor ni temblor*

PREPARAÇÃO: Valéria Sanalios **REVISÃO:** Luciana Paixão **DIAGRAMAÇÃO:** Futura **CAPA:** Desenho Editorial
ILUSTRAÇÕES DE MIOLO: Juan Carlos Savater **ADAPTAÇÃO PARA EBOOK:** Hondana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Savater, Fernando Uma história descomplicada da filosofia / Fernando Savater ; tradução de Luis Carlos Cabral. -- São Paulo : Planeta do Brasil, 2015.

264 p.

ISBN: 978-85-422-0626-5

Título original: Historia de la filosofia si temor ni temblor 1. Filosofia 2. História 3. Filósofos I. Título II. Cabral, Luis Carlos

15-0975

CDD 100

Índices para catálogo sistemático:
1. Filosofia

2015

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Padre João Manoel, 100 - 21º andar Ed. Horsa II - Cerqueira César 01411-000 - São Paulo-SP
site - email

Para Juan e Luz,
os novos pensadores.

Que ninguém por ser jovem hesite em filosofar,
nem por ser velho de filosofar se canse.
Pois ninguém é jovem ou velho
para a saúde de sua alma.
Epicuro, *Carta a Meneceu*.

SUMÁRIO

Capítulo 1 FILOSOFIA? O QUE É ISSO?
Capítulo 2 SÓCRATES: CULPADO!
Capítulo 3 ACIMA E ABAIXO: OS DOIS HERDEIROS
Capítulo 4 CUIDAR DE SI MESMO
Capítulo 5 A FILOSOFIA SOBE O ALTAR
Capítulo 6 MUITO HUMANOS E FELIZES EM SÊ-LO
Capítulo 7 A ALMA E AS MÁQUINAS
Capítulo 8 FAÇA-SE A LUZ!
Capítulo 9 A REVOLUÇÃO DAS IDEIAS
Capítulo 10 ACONTECEU ONTEM MESMO

EXPLICAÇÃO FINAL
DESPEDIDA
CRONOLOGIA

Capítulo 1

FILOSOFIA? O QUE É ISSO?

Passamos a vida fazendo perguntas: O que vamos jantar hoje à noite? Como se chama aquela menina? Qual é a tecla do computador para “deletar”? Quanto é cinquenta vezes trinta? Qual é a capital de Honduras? Onde passaremos as férias? Quem pegou meu celular? Você esteve em Paris? A que temperatura ferve a água? Você me ama?



Precisamos fazer perguntas para saber como resolver nossos problemas, ou seja, como agir para conseguir o que queremos. Resumindo, fazemos perguntas – aos outros e a nós mesmos – para aprender a viver melhor. Quero saber o que vou comer, aonde posso ir, como é o mundo, o que tenho de fazer para chegar o mais depressa possível em casa ou para viajar ao lugar onde vivem meus amigos *etc.* Se tenho inquietações científicas, gostaria de saber como fazer um avião voar ou como curar o câncer. O que farei depois dependerá da resposta a cada uma dessas perguntas: se quero ir a Nova York e pergunto como posso viajar até lá, será muito interessante saber que de avião levarei seis horas, de navio dois ou três dias e a nado aproximadamente um ano, caso os tubarões não me impeçam. A partir do que eu aprender com essas respostas tão informativas, decidirei se prefiro comprar uma passagem de avião ou uma roupa de banho.

A quem devo fazer essas perguntas tão necessárias para conseguir o que quero e para agir da maneira mais prática possível? Ora, devo perguntar a quem sabe mais do que eu, aos especialistas em cada um dos assuntos que me interessam: aos geógrafos quando se tratar de geografia, aos médicos se for uma questão de saúde, aos técnicos em informática quando eu não souber por que meu computador foi bloqueado, à agência de viagem para organizar meu passeio em Nova York da melhor maneira possível *etc.* Por sorte, embora ignoremos muitas coisas, estamos cercados de sábios que podem esclarecer a maioria de nossas dúvidas. O importante é acertar a pessoa a qual vamos perguntar. O carpinteiro não servirá para nada em questões de informática, nem o melhor treinador de futebol saberá dizer qual é a rota mais segura para escalar o Everest. De modo que a primeira pergunta, antes de qualquer outra, é:

quem sabe mais a respeito da questão que me interessa? Onde está o especialista para dar a informação útil de que preciso? E, quando o localizarmos – pessoalmente, em um livro, na Wikipédia ou em qualquer outro lugar –, que o abordemos sem rodeios, até que revele o que queremos saber!

Como em geral faço perguntas para saber como proceder, ao saber a resposta coloco as mãos à obra, e a pergunta em si deixa de me interessar. A que temperatura a água ferve? – me pergunto, porque quero cozinhar um ovo para o café da manhã. Quando descubro, programo o micro-ondas e relaxo. Ah, e depois como o ovo! Só quero saber para agir: quando já sei o que devo fazer, rabisco a pergunta e passo a outra questão urgente. Mas... e se, de repente, me ocorre uma pergunta que não tem nada a ver com o que vou comer, nem com minhas viagens, nem com as prestações do meu celular, nem sequer com a geografia, com a física ou as outras ciências que conheço? Uma pergunta com a qual não posso nem sei o que fazer... E então?

Vamos a outro exemplo, para que possamos entender... ou nos confundir um pouco mais. Suponha que você pergunte a hora a alguém. Alguém que tenha um relógio, é claro. Você quer saber a hora porque vai pegar um trem, ou porque tem de ligar a televisão quando começar seu programa favorito, ou porque combinou uma saída para dançar com amigos; como preferir. O dono do relógio consulta o aparelho que carrega no pulso e responde: “Quinze para as seis”. Bem, aí está: o assunto da hora deixa de preocupá-lo, cessa. Agora o que lhe importa é se precisa se apressar para não chegar atrasado ao encontro, para não perder o jogo ou o trem. Ou, se ainda for cedo, pode jogar mais uma partida de PlayStation. Mas imagine que, em vez de perguntar “que horas são?”, lhe ocorra a seguinte pergunta: “O que é o tempo?”. Ai, caramba! Agora sim começam as dificuldades.

Porque, para começar, seja o tempo o que for, você vai continuar vivendo da mesma maneira: não sairá mais cedo nem mais tarde para ver seus amigos ou para pegar o trem. A pergunta sobre o tempo não tem nada a ver com o que você vai fazer, mas sim com o que você é. O tempo é uma coisa que acontece com você, algo que faz parte da sua vida: você quer saber o que ele é porque pretende se conhecer melhor, porque interessa saber do que se trata tudo isso – a vida – em que está metido. Perguntar “o que é o tempo?” é quase a mesma coisa que perguntar “como sou?”. Não é algo fácil de responder.

Segunda complicação: se você quer saber o que é o tempo... a quem vai perguntar? A um relojoeiro? A um fabricante de calendários? A verdade é que não existem especialistas em tempo, não há “tempólogos”. Possivelmente, um cientista lhe falará da teoria da relatividade e do tempo no espaço interplanetário; um antropólogo poderá lhe explicar as diferentes formas inventadas pela sociedade de medir a passagem do tempo; e um poeta lhe cantará em versos a nostalgia do tempo que passou e daquilo que levou com ele... Mas você não se conforma com nenhuma dessas opiniões parciais porque gostaria de saber o que o tempo realmente é, seja no espaço interplanetário, seja na história, seja em sua biografia. De que é feito o tempo... e por que ele passa? Não há especialistas no tema; no entanto, a questão pode interessar a alguém como você, ou melhor, a qualquer ser humano. Dessa maneira, não é preciso se empenhar para encontrar um sábio que possa resolver suas dúvidas: será melhor conversar com os outros, com seus semelhantes – pessoas preocupadas como você –, para ver se, juntos, conseguem encontrar alguma resposta pertinente.

Vou assinalar outra característica surpreendente dessa interrogação que você se fez (puxa, a esta altura você já se arrependeu de ter perguntado isso). À diferença de outras inquietações – aquelas que deixam de interessar quando são esclarecidas por alguém que conhece o assunto –, questionar-se sobre o tempo o deixa mais intrigado à medida que uns e outros tentam responder. As diversas respostas aumentam cada vez mais sua curiosidade pelo assunto, em vez de liquidá-la: você fica com vontade de perguntar mais e mais, e não de desistir.

E não acredite que se trata apenas da pergunta sobre o tempo. Se quiser saber o que é a

liberdade, ou a morte, ou o Universo, ou a verdade, ou a natureza, ou... outras coisas grandiosas assim, você sentirá a mesma inquietação. Como verá, não se trata, de jeito nenhum, de temas “estranhos”: por acaso a morte ou a liberdade são coisas exóticas, insólitas? Mas tampouco são perguntas comuns, ou seja, não são práticas nem científicas: são perguntas filosóficas. Chamamos de “filosofia” o esforço de responder a essas perguntas e de continuar perguntando depois, a partir das respostas que recebemos ou das que nós mesmos encontramos. Porque uma característica de se situar no plano filosófico é não se conformar facilmente com a primeira explicação sobre um assunto, nem com a segunda, nem sequer com a terceira ou a quarta.

Você certamente encontrará pessoas que prometerão uma resposta definitiva e completa para todas essas perguntas. Elas conhecem a verdade boa e incontestável sobre cada dúvida que você tiver porque, certa noite, Deus a cochichou no ouvido delas, ou talvez um mago tipo Gandalf ou Dumbledore, ou um extraterrestre dos mais incríveis, ansioso por lhes fazer favores. Você as reconhecerá logo porque essas pessoas lhe dirão para não perguntar mais, para não tentar pensar por conta própria e para ter fé cega e aceitar o que elas lhe ensinam. Vão lhe dizer – os muito... enfim, prefiro me calar – que você não deve ser orgulhoso, e sim dócil perante os mistérios do Universo. E, sobretudo, que tem de acreditar de pés juntos nas explicações e histórias que lhe dão, embora não consigam lhe dar motivos para aceitá-las. As coisas são assim e ponto, amém. Alguns, inclusive, tentarão convencê-lo de que o que dizem também é filosofia: mentira! Nenhum filósofo verdadeiro exigirá que você acredite no que não entende ou naquilo que ele não consegue explicar. Vou dar o exemplo de uma história que muitos juram ser real, embora, como não estava lá, eu não posso garantir.

Acontece que, há poucos anos, apresentou-se em uma pequena cidade inglesa um grande sábio hindu que ia dar uma conferência sobre nada menos que o Universo. O Universo, segure-se para não cair! Naturalmente, apareceram muitos curiosos. Na tarde da palestra, a sala estava cheia de gente e não cabia mais nem uma mosca (bem, havia sim uma mosca, mas outra quis entrar e não conseguiu). Por fim, chegou o guru, uma espécie de faquir de luxo, usando um turbante com pena e tudo, túnica colorida etc (uma dica: desconfie de todos os que vestem uniformes estranhos para lidar com as pessoas – medalhas, chapéus, capas e tudo o mais; quase sempre a única coisa que querem é impressionar para serem obedecidos). O suposto sábio começou o seu discurso em um tom retumbante e misterioso: – Querem saber onde está o Universo? O Universo está apoiado no lombo de um gigantesco elefante e esse elefante apoia suas patas na carapaça de uma imensa tartaruga.

Ouviram-se interjeições no meio do público – “Ah! Oh!” – e um velhinho distraído exclamou, piedosamente: – Louvado seja o Senhor!

Mas, então, uma senhora gordinha de óculos, sentada na segunda fila, perguntou tranquilamente: – Bem, mas... onde está a tartaruga?

O faquir desenhou um passe mágico no ar com as mãos, como se quisesse fazer a “perguntadeira” desaparecer do Universo, e respondeu, com voz cavernosa: – A tartaruga está trepada nas costas de uma aranha colossal.

Algumas pessoas da plateia sentiram um calafrio, imaginando semelhante bicho. No entanto, a senhora gordinha não pareceu muito impressionada e levantou a mão para perguntar outra vez: – Ah, claro, mas, naturalmente, eu gostaria de saber onde está a aranha.

O hindu ficou muito vermelho e bufou, como se fosse uma panela de pressão: – Minha queridíssima e... cof... curiosa amiga (risos)! – tentou usar uma voz doce, mas lhe saiu desafinada. – Posso lhe garantir que a aranha está trepada em uma gigantesca rocha.

Diante da notícia, a senhora pareceu ficar mais animada.

– Perfeito! E agora só resta saber onde está a rocha.

Desesperado, o faquir berrou: – Minha senhora, posso lhe garantir que há pedras até dizer chega!

Vaias unânimes para o farsante.

Era um filósofo de verdade o sábio velhaco de turbante? Claro que não! A verdadeira filósofa era a senhora, que não se satisfazia com explicações emperradas no meio do caminho, penduradas no ar. Ela fez bem em perguntar e perguntar, até deixar claro que o faquir só estava tentando impressionar os outros com seu palavrório falsamente misterioso para ocultar sua ignorância e se aproveitando dos demais. Garanto que há muitos casos assim, quase todos se fazendo passar por santos e adivinhos profundíssimos: tomara que nunca faltem senhoras “perguntadeiras” e filósofas, que saibam colocar pessoas assim no papel de ridículas!

*

A filosofia é uma maneira de buscar verdades e denunciar erros e farsas que já têm mais de dois mil e quinhentos anos de história. Este livro tenta contar com simplicidade e concisão alguns dos momentos mais importantes dessa história. Cada um dos filósofos de que falaremos pensou sobre assuntos que também interessam a você, porque a filosofia se ocupa daquilo que inquieta todos os seres humanos. Mas eles pensaram de acordo com a realidade em que viveram na época, que não é igual a sua: ou seja, a maior parte das dúvidas continua valendo (o que é a verdade, a morte, a liberdade, o poder, a natureza, o tempo, a beleza etc), embora não tenham conhecido, nem sequer imaginado, a bomba atômica, os celulares, a internet, os videogames. O que isso significa? Ora, que esses filósofos podem ajudá-lo a pensar, mas não podem pensar por você: percorreram parte do caminho e, graças a eles, você não tem mais de começar do zero, mas sua vida no mundo em que lhe coube viver tem de ser pensada por você... e mais ninguém. Isto é o mais importante, para começar e também para encerrar: ninguém pensa completamente sozinho porque todos recebemos ajuda dos outros seres humanos, daqueles que viveram antes e dos que agora vivem conosco... mas lembre-se de que ninguém pode pensar em seu lugar nem exigir que você acredite de pés juntos no que dizem por aí e desista de pensar por conta própria.

*

Alba e Nemo têm doze ou treze anos, não tenho certeza, e conversam na sala de aula de um colégio. Atrás deles há uma lousa com números meio apagados e, ao fundo, um mapa da Europa bastante antigo, certamente mais velho do que eles.

NEMO: – Pode falar o que quiser, mas eu acho essa coisa de filosofia uma bobagem enorme.

ALBA: – Olha, pra mim interessa, viu. Acho que pode ser... muito louco.

NEMO: – Rá, “muito louco”! Ou seja, é o que eu disse: uma bobagem.

ALBA: – Ei, calma, deixa eu falar. O que quero dizer é que gosto porque... porque...

NEMO: – Por que, posso saber? Vai, me diz, quero ver você explicar.

ALBA: – Ah, porque, assim, de cara... pra começar... parece que não serve pra nada.

NEMO: – Uau! Que demais não servir pra nada, imagina! Muito louco!

ALBA: – Como você é besta.

NEMO: – Não, fala sério: sou muito louco!

ALBA: – Bem, talvez... Vamos ver: você, pra que serve?

NEMO: – Servir? Ué, o que você acha? Não sou um aparelho nem uma ferramenta. As pessoas não servem pra nada, a gente faz o que quer.

ALBA: – Menos os escravos...

NEMO: – Eu não sou escravo, viu! E acho que não há escravos em nenhum lugar, fique

sabendo. Faz séculos que não existem escravos... ainda bem.

ALBA: - Se você diz... Mas me explica uma coisa: qual o problema em ser escravo?

NEMO: - Você não está falando sério, né? Todo mundo sabe que os escravos têm de fazer o que mandam, não são livres, são obrigados a servir, a...

ALBA: - Ah, então os escravos servem, sim, pra alguma coisa.

NEMO: - Você quer me enrolar, né? Claro que servem, servem pra cortar lenha, ou pra cozinhar, ou pra arrastar pedras, mas fazem isso pros outros, por obediência. Não são livres!

ALBA: - Claro, pessoas livres não servem, não é mesmo? Percebe-se que são livres porque não são obrigadas a servir... pra nada.

NEMO: - Bem, espera, as pessoas livres também servem... mas servem porque querem... ou seja, não servem como os escravos... servem sem que lhes mandem, por vontade própria... enfim, é completamente diferente.

ALBA: - Ou seja, aqueles que são livres só servem quando bem entendem, e, se não querem, não servem. São livres pra servir ou não servir. É isso?

NEMO: - Claro, é fácil entender.

ALBA: - Então me ajude a entender a coisa da filosofia. Por que todas as perguntas que nos fazemos têm de servir, obrigatoriamente, pra alguma coisa, como se fossem escravas? Por que não podem existir perguntas livres, como você gosta? Ou seja, perguntas que sirvam só se quiserem, mas também que não sirvam pra nada se não lhes der na telha ou se preferirem não servir?

NEMO: - Perguntas que não servem pra nada!

ALBA: - Como você, como eu, como as pessoas livres... perguntas que se parecem com a gente.

NEMO: - E essas perguntas seriam... filosóficas?

ALBA: - Isso, é o que acho, se não entendi mal o que acabaram de nos dizer.

NEMO: - Tá bem, assim... a coisa começa a me interessar. Claro, essas perguntas não servem para nada porque não se referem ao que precisamos, mas ao que somos, né?

ALBA: - Você já está pegando.

NEMO: - Tá, e... a quem ocorreria isso de filosofia, com suas perguntas estranhas? Quero dizer, quem começou todo esse rolo?

ALBA: - Olhe, acho que vão nos contar agora. Então... presta atenção!

NEMO: - Muito louco, amiga!



Capítulo 2

SÓCRATES: CULPADO!



Tudo começou na Grécia, no século IV antes de Cristo: e começou com um homem muito especial que fazia muitas perguntas. Ele vivia em Atenas, a cidade mais importante daquela região, que não era governada por um rei ou um imperador, como tantas outras do mundo antigo. Não, Atenas tinha um tipo de governo diferente de todos os outros, recém-inventado: chamava-se democracia. Quando precisavam tomar uma decisão importante, os atenienses se reuniam em uma grande assembleia e todos podiam expor suas opiniões antes de decidir, pelo voto, o que deveria ser feito. Bem, não exatamente “todos”, porque nem as mulheres nem os escravos eram convidados a participar da assembleia: não eram considerados cidadãos com plenos direitos. Mas, apesar dessa grave discriminação, a democracia propiciava muito mais liberdade política e participação do povo no governo do que o que se conhecia até aquele momento no mundo.

Aqueles antigos gregos amavam a arte, e Atenas era repleta de belos edifícios e admiráveis esculturas. Até hoje podemos nos emocionar diante dos restos daquele esplendor que ainda estão conservados na Atenas moderna. Eles também gostavam muito dos espetáculos esportivos, a ponto de inventarem as Olimpíadas, uns jogos que foram chamados assim porque eram realizados na cidade de Olímpia. Para recordar e celebrar essa origem, nos jogos atuais a tocha olímpica sai sempre da velha Olímpia e é levada em uma corrida de revezamento até a cidade que os sediará, seja Tóquio, seja Los Angeles, seja Barcelona. O esporte também é uma forma de democracia, porque só podem competir os considerados iguais entre si: qualquer um pode se atrever a demonstrar que é melhor jóquei do que Calígula ou que toca lira melhor que Nero!

Outra grande paixão dos gregos era a literatura. Entusiasmava-os ouvir os poetas épicos, como o antigo Homero e seus sucessivos imitadores: a *Ilíada* contava – ou melhor, cantava em versos – histórias da guerra de Troia e as façanhas dos heróis de um e outro bando, como Aquiles ou Heitor; e a *Odisseia* foi o primeiro de todos os relatos de aventuras, protagonizado pelo esperto Ulisses, que faz mil peripécias para voltar à sua ilha natal, lutando contra tempestades marítimas, monstros e feiticeiras. Nessas histórias, que todos os gregos conheciam quase de cor, os personagens humanos se misturam aos deuses da mitologia: o poderoso Zeus, a bela Afrodite, o sábio Apolo *etc.* Na verdade, os mitos eram um conjunto de

lendas e contos que serviam para explicar as origens do mundo e os costumes humanos, como se vê claramente nas obras do poeta Hesíodo. Mas, sem dúvida, o gênero literário preferido dos gregos era o teatro. Os grandes festivais teatrais, em que eram representadas tragédias como as de Ésquilo ou Sófocles e comédias como as de Aristófanes, duravam dias inteiros e reuniam, sem exceção, todos os habitantes da cidade, que comiam, bebiam e até dormiam um tempo nas grades que cercavam o palco para não perder nem um detalhe do espetáculo. Talvez nem a televisão tenha chegado a ser tão importante socialmente hoje como foi o teatro naquela época.

No entanto, os gregos não se dedicavam apenas à arte e à ficção que nasce da fantasia. Também tinham paixão pelo conhecimento baseado na observação da realidade. Queriam saber de que matéria era feito o mundo, o que são as estrelas e como funciona a natureza. Não lhes bastavam as histórias tradicionais e os mitos, muito divertidos, mas pouco exatos. Queriam provas, demonstrações, raciocínios: gostavam de calcular e tinham fascínio pela exatidão misteriosa da geometria. Tanto ou mais que a imaginação – que é algo presente em todos os povos, por mais primitivos que sejam –, eles apreciavam a razão, algo muito menos corrente. Não rejeitavam as lendas (ou seja, a explicação de um fato real por meio de uma história fantástica), mas preferiam as teorias; ou seja, explicar uma parte do real por meio de exemplos tirados do resto da realidade que conhecemos. Os primeiros sábios gregos – Tales, Pitágoras, Anaximandro *etc.* – misturavam em seus ensinamentos a imaginação com os raciocínios, as lendas com as teorias. Muitos os consideram uma espécie de filósofos primitivos, mas eu creio que ainda lhes faltava algo para que realmente chegassem a sê-lo...

Esse “algo” é exatamente a discussão, o debate, o diálogo livre e aberto com outras pessoas. Discutir também é um hábito democrático, porque só discutimos com nossos semelhantes: tremendo, damos razão ao chefe, mas a nosso colega fazemos críticas, objeções e oferecemos argumentos... ou seja, raciocinamos com ele. Uma pessoa pode descobrir sozinha que o fogo queima, que a água molha e que não deve enfiar a mão na boca de um leão; mas, para saber como são os seres humanos, o que consideram bom e o que acham ruim ou qual pode ser a melhor forma de convivência social, não há melhor remédio do que conversar com nossos semelhantes. Podemos chegar a saber como funcionam as coisas sem perguntar nada a ninguém (embora avancemos mais perguntando, provavelmente), mas, sem dúvida, apenas questionando e discutindo com os demais é que teremos uma ideia de como são os humanos... e, portanto, como somos nós mesmos. Pois bem, a filosofia não tenta unicamente entender as coisas, mas também as pessoas, e por isso ninguém – por mais sábio que seja – pode filosofar em solidão, sem dialogar e discutir com os outros.

Dessa maneira, volto ao que dizia no começo: toda essa coisa da filosofia começou, na verdade, com um homem muito especial, que fazia muitas perguntas. Vivia em Atenas, com uma humildade beirando a pobreza; era baixinho, gordinho e bastante feio (pelo menos era o que diziam aqueles que o conheceram pessoalmente): chamava-se Sócrates. Na juventude, Sócrates fora um soldado corajoso, opondo-se àqueles que pretendiam impor uma ditadura para acabar com a democracia ateniense. Mas depois se dedicou a uma tarefa estranha, a algo que ninguém havia feito antes dele: simplesmente, passava os dias fazendo perguntas aos cidadãos e depois discutindo as respostas com eles. Podia ser encontrado a qualquer hora na ágora, a praça pública de Atenas, onde costumava haver muita gente, mas também em reuniões na casa de algum conhecido ou em jantares, cercado de amigos. E abordava todo mundo com perguntas... pelo menos todo mundo que lhe permitia perguntar, fosse gente de alta posição, fossem pessoas humildes, militares, artistas, simples artesãos: qualquer um que entrasse em sua mira! Não lhe importava a idade de suas “vítimas”, embora preferisse, naturalmente, conversar com os jovens.

Mas sobre o que Sócrates fazia perguntas? Bem, ele gostava de recordar uma antiga recomendação do oráculo de Delfos, através do qual se supõe que falava o próprio Apolo:

“Conhece-te a ti mesmo”. Ele também costumava contar que um conhecido havia perguntando ao oráculo quem era o homem mais sábio de Atenas, e o oráculo respondera: “Sócrates”. A resposta deixara Sócrates espantado. Afinal, ele não sabia nada de nada! O oráculo teria se equivocado? Era difícil acreditar, embora também fosse difícil compreender o sentido daquelas palavras. “O mais sábio dos atenienses! Como é possível? Por que o oráculo me chamaria de ‘sábio’? Estará zombando de mim? Eu só sei uma coisa – pensou Sócrates –, só sei que nada sei. Ah, mas isso já é saber algo! Se os outros atenienses tampouco sabem nada de verdade, como acontece comigo, mas nem sequer se dão conta de que não sabem... Nesse caso, já sou um pouco mais sábio do que eles, porque eu, pelo menos, sei que não sei, enquanto eles acham que sabem! Assim – continuou se questionando Sócrates –, eu conheço a mim mesmo um pouco melhor do que eles se conhecem a si próprios, porque sei que sou ignorante e que os demais vivem felizes sem se dar conta do que são”.

Claro, Sócrates tinha total noção de que tanto ele como qualquer outro ateniense sabiam algumas coisas: todos sabiam falar, por exemplo, ou que quando chove é necessário se abrigar debaixo de um telhado ou... esfregar o nariz quando está coçando. Ninguém ignora como se mastiga ou como se bebe água. Os carpinteiros sabiam fazer cadeiras e mesas – comprovava Sócrates – e os cozinheiros preparavam pratos muito saborosos e os cavaleiros sabiam conduzir seus cavalos e os escultores eram capazes de fazer belas estátuas e... Ora, parece que todo mundo que vivia em Atenas, até Sócrates, sabia algumas coisas. Como, então, ele podia dizer que só sabia que nada sabia?... E que o resto de seus concidadãos não sabia nem sequer isso? Neste ponto suponho que o astuto Sócrates fazia uma pausa dramática, coçava o queixo e passeava seus olhos arregalados pelos rostos embasbacados daqueles que o ouviam...

“Eu digo que não sei nada – continuava, então, Sócrates – porque, na realidade, todos meus conhecimentos são triviais, apenas úteis para caminhar ou me entreter. Mas me falta saber o mais importante de tudo, a única coisa imprescindível: como se deve viver. De que me serve saber como fazer isso ou aquilo se ignoro o que devo fazer com minha própria vida? Seria como estar muito orgulhoso do quanto sei andar e do tanto que posso correr... mas sem ter a menor ideia de onde venho nem para onde convém prosseguir. Acho que o mesmo acontece com meus concidadãos atenienses, que tampouco sabem como se deve viver. Fazem o que veem os demais fazerem, mas sem no fundo saber se é bom ou ruim. Nem sequer pensam por si mesmos sobre esse assunto, se conformam em repetir o que fizeram seus pais e avós; outros preferem imitar os mais ricos – ah, por algum motivo são ricos! – ou os mais fanfarrões e brutais, confundindo suas bravatas com ser realmente enérgico ou forte. Alguns seguem seus caprichos do momento e só fazem o que lhes dá na telha: ‘Agora eu como e bebo até me faltar, depois vou dormir sem me preocupar com o que acontecerá amanhã’. E todos estão felizes consigo mesmo e se acham espertos... Por isso o oráculo de Delfos disse que eu, Sócrates, apesar de não saber nada, sou o mais sábio de todos!”

Para ser capaz de viver bem, pensava Sócrates, é necessário ter virtude. O que é a virtude? Uma mistura de força (para vencer as dificuldades, os perigos) e de capacidade para saber o que é o melhor a fazer em cada caso. Ainda hoje, no século XXI, continuamos usando a palavra “virtude” nesse sentido, quando dizemos que Rafael Nadal é um grande virtuoso do tênis (ou seja, que ele joga assombrosamente, com energia para superar o cansaço e destreza para acertar sempre o melhor golpe de raquete), ou que Fulano é um virtuoso da bateria (porque toca como ninguém), ou que Beltrana tem a virtude de ser a melhor professora que alguém pode desejar. Da mesma maneira, Sócrates estava convencido de que devia haver uma virtude, ou talvez várias, que nos levasse a viver excelentemente, da melhor maneira possível. Porque é incrível ser um magnífico tenista, ou guitarrista, ou professor... Mas o mais importante de tudo é ser um bom ser humano, um ser humano que vive como se deve. No entanto, assim como ninguém consegue jogar tênis como Rafael Nadal por acaso, dando umas raquetadas ao léu para ver se acerta, tampouco ninguém conseguirá viver bem sem pensar e

sem refletir sobre o que é a vida humana.

Sócrates estava convencido de que a virtude tem a ver com o saber, com a razão (e não com a rotina, a imitação, o capricho momentâneo ou a tradição que repete as opiniões de nossos pais). Ser virtuoso é ter um conhecimento razoável do que é uma boa vida. A prova? Que ninguém faz as coisas malfeitas de propósito. Se você me vir jogando tênis, que jogo muito mal, não achará que sei jogar muito bem e apenas tive uma partida ruim, mas achará que não sei jogar. A mesma coisa acontece com quem vive mal: possivelmente, a pessoa acha que é muito esperta e faz o que quer, mas, na realidade, o que acontece é que ela não sabe como viver bem. Chamamos de viver “bem”, supõe Sócrates, viver como de verdade nos convém: por isso não nos resta mais remédio do que começar a pensar o que é, exatamente, isso que nos convém. Vamos ver: o que são as coisas que normalmente consideramos apropriadas e desejáveis? Ora, a beleza, a coragem, o prazer, a riqueza *etc.* Admirável, mas sabemos de verdade o que é cada uma dessas coisas? Quem sabe? Por isso Sócrates vai à rua, vai à ágora, onde estão as pessoas, e começa a lhes fazer perguntas.

Encontra-se, digamos, com Hípias, que tem fama de ser um garoto esperto, e lhe pergunta: – Vem cá, Hípias, por favor. Você pode me dizer o que é a beleza?

O garoto esperto morre de rir.

– Mas, ei, Sócrates, você ficou louco ou o quê? Até um garotinho... Olhe, olhe como é bonita aquela garota ali: isso é a beleza.

Sócrates lhe agradece muito pela informação: – Claro, você tem razão, como sou bobo – mas acrescenta: – Embora, na verdade, eu também ache muito bonito esse cavalo...

Com um suspiro, como se estivessem colocando sua paciência à prova, Hípias responde: – Naturalmente, Sócrates, o cavalo é muito bonito... Isso também é beleza.

– Ah, garoto, obrigado de verdade, agora começo a entender... – comenta alegremente Sócrates. – E então o Partenon, esse edifício tão maravilhoso, também deve ser beleza, não?

– Ora, claro, Sócrates, claro que sim – confirma Hípias, com boa vontade.

– Mas... – Sócrates faz cara de quem vai encontrar outro porém: – Mas, Hípias, a garota bonita não se parece com o cavalo, nem o cavalo com o Partenon, nem o Partenon com a garota ou o cavalo... E, mesmo assim, os três são formas de beleza! De maneira que voltamos ao princípio, ao que eu lhe perguntava inicialmente: “O que é a beleza?”.

Hípias, o garoto esperto, faz cara de bobo e apenas balbucia: – Bem, veja, claro, quero dizer...

Sócrates espera um pouco até passar a confusão do rapaz: já está habituado a tal reação de seus interlocutores. Depois, como se não tivesse acontecido nada, continua com as perguntas.

E continua perguntando porque ele, Sócrates, tampouco sabe o que é a beleza. Não faz perguntas a Hípias ou a quem quer que seja como se fosse um professor que toma a lição do menino, para comprovar se aprendeu. A única coisa que Sócrates sabe é que a beleza não é uma garota bonita, nem um cavalo estupendo, nem um belo monumento: não é uma coisa, mas uma ideia que serve para descrever coisas distintas, porém uma ideia nada fácil de precisar. Isso já é saber alguma coisa: e Sócrates também sabe que os demais, que andam com tanta segurança pelo mundo, não sabem nem sequer isso. Para começar, no entanto, Sócrates prefere fingir que é um total ignorante e, por sua vez, considera seus interlocutores grandes sábios: essa atitude se chama ironia e lhe dá muitos bons resultados. De maneira que continua perguntando e perguntando, para despertar no outro as dúvidas a respeito do que crê saber e depois a vontade de aprender, quando este se der conta de que ainda não sabe... mas também para ele mesmo chegar a saber mais.

E que importa a Sócrates que os demais saibam ou não? Muito simples: Sócrates está convencido de que ninguém pode saber sozinho, está convencido de que aquilo que sabemos, sabemos todos, de que nós, que vivemos em sociedade, temos também que saber...

socialmente. Já dissemos antes: a filosofia é uma consequência da democracia. Os chamados “filósofos” não fazem parte de uma casta superior ou de uma seita misteriosa, mas sabem ser iguais aos demais seres humanos: a única diferença é que despertaram antes, que se deram conta de que não sabemos o que pensamos saber e querem remediar essa ignorância. O que é um filósofo? Alguém que trata todos seus semelhantes como se também fossem filósofos e os incentiva a duvidar e a raciocinar.

Em alguns desses diálogos que Sócrates mantinha com as pessoas, não se chegava, afinal, a nenhuma conclusão, salvo a uma, muito importante: que é necessário continuar pensando e discutindo mais. Em outros diálogos, no entanto, Sócrates expôs, ao final, a opinião que achava mais razoável e verdadeira. Às vezes, essa tomada de postura tinha muita importância para o objetivo final almejado por ele, ou seja: saber como se deve viver. Por exemplo: em certa ocasião, manteve uma discussão quase dramática com um jovem arrogante e fanfarrão, chamado Cálicles. O tema foi o seguinte: o que é melhor, cometer uma injustiça contra o outro ou padecê-la você mesmo? Cálicles, é claro, dizia que é muito melhor cometer injustiças do que sofrê-las. Mais: sustentava que os fracotes e amargurados vivem se queixando dos “injustos”, que são os fortes, ou seja, os audazes que se atrevem a fazer o que lhes apetece, doa a quem doer. Cálicles estava decidido a ser tão injusto quanto lhe desse na telha, e mais que isso: considerava humilhante que outro lhe impusesse a sua vontade em nome da lei, da compaixão ou do que fosse. Sócrates, por sua vez, pensava exatamente o contrário: quando alguém nos faz uma maldade, nem por isso nos tornamos piores nem perdemos a virtude de viver bem. É o outro quem se suja, não a gente. A única coisa que estraga a vida são as injustiças e os abusos que nós mesmos cometemos voluntariamente. São essas atitudes que nos tornam piores, não as que padecemos por culpa dos outros. A discussão foi longa, bastante azeda, e nenhum conseguiu convencer o outro. Cálicles foi embora muito irritado, resmungando ameaças contra Sócrates...

Não era o único que o detestava. Alguns dos cidadãos mais conservadores de Atenas se sentiam incomodados com Sócrates porque ele os levava a duvidar das coisas em que sempre haviam acreditado. Há pessoas assim: estão convencidas de que os dogmas em que acreditaram nossos pais, nossos avós, nossos tataravós, não devem ser discutidos nunca – é preciso aceitá-los sem questionar. A mania de Sócrates de fazer perguntas difíceis de responder e de discutir tudo lhes parecia falta de respeito, algo subversivo. Quem pensava que era aquele sujeitinho extravagante que punha minhoca na cabeça dos jovens com suas besteiras incompreensíveis? De maneira que, finalmente, quando Sócrates já tinha setenta anos e vinha conversando filosoficamente com os atenienses fazia tempo, três cidadãos importantes da cidade o denunciaram às autoridades e um processo foi aberto contra ele. Foi acusado de ser impiedoso com os deuses da cidade (contra os quais, decerto, Sócrates nunca havia dito nada), de corromper os jovens e de querer introduzir um novo deus em Atenas. Esta última acusação é engraçada, porque esse suposto “deus” tinha a ver com uma espécie de piada de Sócrates, que tinha grande senso de humor: ele dizia que era acompanhado por um daimon, uma espécie de diabinho que o aconselhava antes de tomar uma decisão. Mas esse diabinho nunca lhe dizia o que devia fazer, apenas o que não devia fazer... Logicamente, nunca lhe ocorreu tentar “pregar” semelhante deus aos outros cidadãos! De qualquer forma, temos aí Sócrates diante do tribunal de Atenas e arriscando-se, se condenado, a sofrer um grande castigo.

Em sua defesa, Sócrates pronunciou um discurso magnífico: com suas palavras, não quis se livrar da possível condenação, mas explicar aos atenienses em que havia consistido sua atividade ao longo de todos aqueles anos. Não estava arrependido de nada, pelo contrário: sentia-se orgulhoso de sua eterna tarefa de perguntar e discutir. Por quê? Sócrates resume isso muito bem em uma única frase desse discurso memorável: “Uma vida que não reflete nem examina a si mesma não vale a pena ser vivida”. A principal tarefa da vida, segundo ele, é se

perguntar como viver e o que fazer com nossa vida. Naturalmente, essas explicações irritaram ainda mais os acusadores e muitos membros do tribunal que devia julgá-lo. Sócrates não só não reconhecia a culpa como dizia tranquilamente que merecia um prêmio dos atenienses por ter sido para eles como uma mosca, que pica a vaca até conseguir despertá-la e colocá-la em movimento. Que arrogância! Que desfaçatez!

Finalmente, o tribunal acabou declarando Sócrates culpado. E o condenou à morte. A sentença, no entanto, só deveria ser cumprida após o navio que havia zarpado para o santuário de Delfos voltar ao porto de Atenas. Durante vários dias, os amigos e discípulos de Sócrates o visitaram em sua masmorra para tentar convencê-lo a escapar. Já haviam subornado os guardas, e a fuga era coisa fácil. Mas Sócrates recusou: havia vivido toda a vida sob as leis de Atenas e as respeitava tanto para o bem como para o mal. Preferia morrer de acordo com a legalidade do que continuar vivendo, já idoso, de maneira clandestina, fugindo e se escondendo. Por fim surgiram, lá longe no horizonte, as velas do navio fatal que regressava. E assim chegou o momento da execução, que em Atenas era realizada por meio de um veneno potente, a cicuta. Sócrates passou suas últimas horas conversando, como sempre, com seus amigos, a respeito da morte e da possível imortalidade da alma.

Estava completamente tranquilo e quase parecia feliz. Suas últimas palavras, quando a cicuta já fazia seu letal efeito, foram: “Recordem-se de que devemos um galo a Esculápio”. É uma frase bastante enigmática. Esculápio era, na Grécia, o deus da medicina e existia o costume de lhe oferecer sacrifícios de animais – galos, por exemplo – quando alguém se curava de uma grave enfermidade. Talvez Sócrates, com seu peculiar senso de humor, tenha nos deixado como última mensagem que, ao morrer, se “curava” dos dissabores e injustiças da vida, essa grave doença...

*

Alba e Nemo passeiam por entre as ruínas da ágora ateniense. Acima deles, contra o céu de um azul mediterrâneo, se destaca a perfeita silhueta do Partenon. Eles conversam.

NEMO: – Confesso, continuo sem entender.

ALBA: – Vem cá, o que é que você não entende?

NEMO: – Não entendo por que Sócrates fazia perguntas a qualquer um. Olha só: por acaso ele não tinha certeza de que os outros sabiam ainda menos do que ele?

ALBA: – Sim, mas... talvez quisesse intrigá-los.

NEMO: – Como assim?

ALBA: – Causar curiosidade, espanto... Fazê-los se sentirem meio incomodados com suas ideias da vida inteira. Quando alguém fica satisfeito demais com o próprio jeito de pensar, já vive meio adormecido. Como um zumbi...

NEMO: – E o que Sócrates queria com tanta pergunta era acordá-los, né? Acho que você tem razão. Mas deve ser muito desagradável alguém passar a vida duvidando daquilo que tinha como certo. E se alguns achassem mais agradável e cômodo continuar “adormecido”, como você diz?

ALBA: – Pelo que acabam de nos contar, Sócrates nem sempre se dava bem com seus interrogatórios. Há quem não acorde mentalmente nem com tiros de canhão! E também há aqueles que se irritam horrores com quem tenta acordá-los. Lembre-se da cicuta...

NEMO: – Claro, foram os “adormecidos”, que se recusavam a acordar, que mataram Sócrates! Coitado!

ALBA: – Por que “coitado”? Eu acho que viveu maravilhosamente bem, pensando em voz alta e tentando fazer com que os outros também pensassem. Viveu como quis viver, apesar de não ser do jeito como os outros viviam.

NEMO: – Você consegue imaginar como ele era?

ALBA: – Eu o imagino rindo, ou pelo menos sorrindo. Mas não consigo imaginar Sócrates chorando.

NEMO: – A verdade é que deve ter sido um cara incrível. Eu teria gostado de conhecer... Ah, não existe mais gente assim!

ALBA: – E por que não? Olha, se quisermos, você e eu podemos ser como ele.

NEMO: – Fazendo perguntas e tudo mais? Hmm, não seria nada mal. Mas sei lá...

ALBA: – Bem, gente adormecida por perto é o que não falta, hein?

NEMO: – O pior é que, muitas vezes, acho que também estou “adormecido”.

ALBA: – Cara, e eu também! E Sócrates! O importante é a gente se dar conta disso e não ficar ali tranquilão roncando.

NEMO: – Mas essa coisa das perguntas... A gente fazer pra gente mesmo, tudo bem, mas ficar perguntando pros outros, assim, na boa... Muita gente não vai gostar, aposto.

ALBA: – Mas tenho certeza de que outros gostarão.

NEMO: – Não tenho vontade de provar cicuta...



ALBA: – Você prefere o quê? Coca-Cola?

NEMO: – Olha como você é! Ninguém pode com você... nem Sócrates!

Capítulo 3

ACIMA E ABAIXO: OS DOIS HERDEIROS

Sócrates conversou durante anos com seus concidadãos atenienses, fez mil perguntas, respondeu engenhosamente a seus interlocutores... mas nunca escreveu nada. Ao longo dos séculos, foram escritos milhares de livros sobre ele, mas ele mesmo não escreveu nenhum, nem sequer umas poucas páginas explicando sua forma de pensar. Como podemos saber, então, o que ele realmente disse?



A verdade é que não podemos ter certeza. Alguns daqueles que o escutaram anotaram suas palavras, assim como seus gestos e sua maneira de se comportar: esses foram os primeiros que escreveram sobre Sócrates, e todos os que vieram depois se basearam nesses testemunhos. A mesma coisa aconteceu com outros importantes mestres da religião, como Buda ou Jesus Cristo. Seus ensinamentos não chegaram até nós diretamente de seu próprio punho, mas através das histórias que vários de seus discípulos contaram sobre eles. Talvez nem todos esses ouvintes sejam igualmente confiáveis, mas, comparando o que dizem uns e outros, podemos ter uma ideia aproximada de como foram esses personagens notáveis e o que ensinaram.

No caso de Sócrates, quem melhor escreveu sobre ele foi um de seus seguidores mais assíduos, chamado Platão. Na realidade, seu nome era Arístocles, mas todo mundo o conhecia como “Platão” por ser muito corpulento, de costas largas. Tratava-se de um jovem de boa família que conheceu Sócrates quando tinha 18 ou 19 anos e ficou fascinado por ele. Procurava segui-lo aonde fosse e não perdia nenhum de seus improvisados debates com os cidadãos atenienses. Depois da execução de Sócrates, Platão se propôs a escrever tudo o que lembrava desse estranho mestre (um mestre que não queria ser mestre de ninguém!) e a reproduzir da melhor forma possível o encanto e a inteligência de seus incessantes questionamentos em busca da verdade. Sem dúvida, seu propósito era impedir que Sócrates caísse no esquecimento e também demonstrar como foi injusta a condenação que ele sofreu.

Mas como guardar para a posteridade toda a graça daquelas conversas inesquecíveis que tantas vezes presenciara? Porque não se tratava apenas de contar o que Sócrates dissera, mas também de contar o que os outros lhe respondiam e como, então, ele replicava. Sócrates não pregava sermões nem pronunciava discursos, e sim discutia com os demais: ou seja, dialogava. Era esse intercâmbio de perguntas, respostas, dúvidas e descobertas o que

importava, não as conclusões finais... quando elas existiam, porque, muitas vezes, o debate permanecia aberto, sem uma “moral da história” definitiva. Como bom ateniense, Platão era apaixonado por teatro; já contamos como os espetáculos teatrais eram importantes naquela cidade. Assim, ele teve a ideia genial de contar suas lembranças de Sócrates de forma dramatizada: escreveu diálogos entre diversos personagens – um dos quais era o próprio Sócrates – que debatem, se contradizem ou concordam sobre as mais diversas questões. Assim conseguiu transmitir não apenas as opiniões de Sócrates e de seus interlocutores, mas também a atmosfera em que se passavam aquelas conversas, com toda sua incomparável liberdade e seu frequente humor. Quando os lemos hoje, tantos séculos depois, temos a impressão de que voltamos a Atenas e ali conhecemos pessoalmente seres humanos como nós, com seus acertos, erros e pequenas ou grandes vaidades que todos temos.

O resultado é magnífico, mas... sempre haverá um “mas”. É que Platão não foi apenas um ouvinte embasbacado por Sócrates, mas também uma pessoa extremamente inteligente e, portanto, também almejava pensar por conta própria, exatamente como Sócrates teria desejado. A princípio, nos primeiros diálogos que escreveu, Platão limitou-se a narrar diversas conversas socráticas e os momentos mais emocionantes da vida daquele personagem, como seu discurso diante do tribunal que o condenou, suas razões para rejeitar a fuga que alguns amigos lhe propunham, seus últimos momentos, quando bebeu a cicuta enquanto discutia serenamente com aqueles que o acompanhavam nesse transe sobre a morte próxima e a possível imortalidade da alma... No entanto, em diálogos posteriores, Platão começou a introduzir cada vez mais suas próprias opiniões. O problema é que, como antes de qualquer coisa ainda continuava se considerando discípulo de Sócrates, também colocou essas suas opiniões na boca do mestre como se as tivesse ouvido dele. E agora temos dificuldade de distinguir, nos textos de Platão, os trechos que reproduzem tal e qual as palavras de Sócrates e os momentos em que Sócrates é usado como porta-voz do pensamento platônico.

Embora a primeira inspiração para Platão se dedicar à filosofia tenha vindo de Sócrates, ambos possuem estilos muito diferentes de filosofar. Platão não andava pelas ruas e praças fazendo perguntas às pessoas, como fazia Sócrates: a verdade é que nenhum outro filósofo voltou a se comportar assim. Muitos aprenderam – aprendemos! – com Sócrates, mas depois ninguém se atreveu a viver tão livre e alegremente como ele. A partir de Platão, os grandes pensadores viraram mestres, professores, e o primeiro deles foi o próprio Platão, que fundou em Atenas uma espécie de “escola de filosofia”, chamada por todos de Academia (o nome lembra algo?) porque situava-se em um jardim público dedicado ao antigo herói Academo. Ali Platão explicava sua forma de compreender o mundo diante de um pequeno grupo de discípulos que o ouviam atentamente e, suponho, também expunham de vez em quando suas dúvidas e faziam objeções. Porque ao filosofar ninguém tem “a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade”, como dizem nos julgamentos (ou pelo menos nos filmes sobre julgamentos que eu vi). Quando não há discussão e intercâmbio de pontos de vista, não se pode falar de um autêntico conhecimento filosófico.

Naturalmente, Platão tinha interesse em encontrar a verdade. Mas... O que é a verdade? E a pergunta mais difícil: como reconhecê-la quando está diante de nós? Constantemente, ouvimos afirmações taxativas sobre todos os assuntos divinos e humanos: “O presunto é saboroso”, “Os chineses são misteriosos”, “Paris é a capital da França”, “Cuidado com os tubarões!”, “As mulheres dirigem pior do que os homens”, “Todos os humanos são mortais” *etc.* Algumas pessoas sustentam essas afirmações e outras o contrário, de maneira que alguém deve estar equivocado. Sem dúvida, algumas afirmações são verdadeiras, mas outras devem ser simples preconceitos ou superstições. Como podemos, então, distingui-las? Platão disse que a maioria delas não são mais que opiniões, ou seja, que simplesmente se limitam a repetir aquilo em que as pessoas costumam crer ou transformam em dogma o que não é mais do que uma circunstância casual: por exemplo, como eu só vi cisnes brancos, decido, sem

vacilar, que todos os cisnes são necessariamente brancos. E me equivoco, porque na Austrália – onde nunca estive – há cisnes negros.

O autêntico conhecimento deve ir mais além da opinião, ou seja, tem de ter um fundamento sólido que o torne verdadeiro: não apenas verdadeiro para mim ou para meus amigos, mas para todas as pessoas capazes de pensar e de usar bem a razão. É isso o que, segundo Platão, a filosofia procura: a ciência do verdadeiro, que vai além do barulho contraditório das opiniões. Mas como posso ter certeza de algo se tudo muda a cada instante? Tenho uma rosa na mão: cheia de cor, fresca, cheirosa... e, em um par de horas, está murcha e desfolhada. Agora vejo uma jarra de água transparente, com a qual posso molhar meu rosto: se a temperatura cair, se transformará em gelo, mas se fizer muito calor, se evaporará em direção às nuvens. Em qualquer dos casos, deixará de ser como foi antes. Vamos pela rua e você me aponta um enorme dogue alemão, dizendo “olha, um cachorro”, a mesma coisa que acabou de falar quando cruzamos com um minúsculo chihuahua e com um peludo collie escocês... Então, como ficamos? São todos cães... apesar de suas diferenças? E continuam sendo igualmente cães quando correm ou quando se deitam para dormir, quando balançam o rabo e quando estão mortos? *Etc.*

Segundo Platão, neste mundo material em que vivemos todas as coisas se transformam constantemente, conforme a luz que as ilumina: a temperatura, os acidentes, os mais variados caprichos e o tempo, que, finalmente, degrada tudo. Se só prestarmos atenção no que podemos ver, cheirar, ouvir e tocar, nunca poderemos ter certeza de nada, porque tudo passa, muda, se mistura e desaparece. No entanto, é possível chegar a conhecimentos exatos e precisos: por exemplo, na matemática e na geometria. O centro de uma circunferência está sempre a uma mesma distância de todos os pontos dela, esteja ela desenhada na lousa ou na areia, e tanto faz se no inverno ou no verão; dois e dois somam quatro tanto quando se trata de duas peras quanto de dois tigres; *etc.* Os números e as figuras geométricas não se desgastam com o tempo nem se alteram por culpa dos elementos atmosféricos: servem para compreender o mundo, mas não fazem parte material do mundo. Platão dava tanta importância a isso que, na porta de sua Academia, lia-se a seguinte advertência: “Que ninguém entre aqui sem saber geometria”. (Temo que eu teria de ficar de fora!) E, de maneira semelhante, ele pensava que, para além das coisas materiais que conhecemos por meio dos sentidos, existem algumas ideias que são a verdade imutável e eterna de cada uma delas: a ideia da Rosa nunca murcha, a ideia da Água nem congela nem evapora, e a ideia do Cão vale para qualquer espécie e forma de cão. Há uma ideia que expressa a realidade das coisas entre as quais vivemos, as que vemos mudar e perecer sem cessar. Aqueles que tentam conhecer a partir da matéria e do que os sentidos nos dizem não conseguem mais que repetir meras opiniões, não têm um fundamento seguro para contradizer umas a outras. Só aqueles que são capazes de perceber as ideias eternas e imutáveis – ou seja, os filósofos – são, para Platão, capazes de uma verdadeira ciência, ou seja, de um conhecimento seguro tão rigoroso e inatacável quanto a própria matemática.

Para que seus ensinamentos, que não são nada fáceis, fossem mais bem entendidos, Platão, em seus diálogos, recorria frequentemente aos mitos: esses mitos não são do tipo religioso ou tradicional, mas algo como contos que servem de exemplo ao que se quer dizer. Assemelham-se às parábolas que outro mestre, Jesus Cristo, costumava usar para que as pessoas mais simples o compreendessem melhor. Sem dúvida, o mito mais famoso dos narrados por Platão é o chamado “mito da caverna”, e tem a ver com sua teoria das ideias. Podemos resumi-lo assim: imaginemos uma caverna escura em cujo fundo – lá onde não chega a luz do Sol – estão acorrentados, de cara para a parede, alguns prisioneiros. Não conseguem nem sequer virar a cabeça, ficam apenas olhando para o muro de pedra diante deles. Atrás dos prisioneiros foram acesas fogueiras, e várias pessoas vão e vêm, transportando diversas cargas: armas, jarros, estátuas, galhos de árvore e até animais vivos. As sombras desses

transeuntes se projetam na rocha do fundo, à maneira das sombras chinesas (sabem como a sombra de uma mão na parede pode parecer um cachorro que abre e fecha a boca, ou um pássaro?). Assim, os pobres prisioneiros, que nunca saíram da caverna nem viram outra paisagem, estão convencidos de que são seres reais, não meros reflexos na rocha. Mas eis que um prisioneiro consegue romper suas correntes, foge da caverna e sai à luz do dia: ali está a autêntica realidade, os pássaros e os leões, o mar, as árvores... e o próprio Sol, brilhando no céu. Retorna ao interior da caverna para transmitir a verdade a seus companheiros, que continuam acorrentados, mas ninguém lhe dá atenção e todos zombam dele, achando que a liberdade o enlouqueceu. Para quem vive atado às sombras, as sombras são reais...

Para Platão, a tarefa do filósofo é tentar fazer com que os homens rompam as correntes que os amarram à realidade material do mundo e sejam capazes de ver as ideias eternas, das quais as coisas transitórias que nos cercam são meros reflexos perecíveis. Não é um ofício fácil o do filósofo, porque as pessoas comuns têm mais apreço por suas correntes sensoriais do que pela verdade e até podem se rebelar contra quem quer abrir seus olhos: recordemos o que aconteceu a Sócrates!

Mas não achem que Platão vivia apenas no meio de nuvens ideais, pelo contrário: à diferença de Sócrates, era profundamente preocupado com a política e desejava provocar mudanças profundas na vida da cidade. Acreditava que a filosofia deveria servir, sobretudo, para encontrar o bem – a principal ideia de todas, o sol do firmamento das ideias – através do conhecimento da verdade. E o bem deve ser feito efetivamente na sociedade que os homens compartilham – se não, onde mais? No entanto, não tinha muita simpatia pela democracia, ao menos pelo modelo democrático ateniense. Sem dúvida, todos os seres humanos (inclusive as mulheres; nesse ponto Platão era menos misógino do que outros gregos) são iguais no básico, em sua própria humanidade, mas diferem em qualidades e aptidões. Por exemplo: nem todos somos igualmente capazes de lutar em uma batalha ou de tomar boas decisões de governo, como estabeleciam as normas democráticas vigentes. Segundo Platão, a sociedade se parece bastante com um ser humano: cada um de nós tem em sua alma, ou espírito, a capacidade de raciocinar, assim como impulsos passionais de coragem e valentia, junto a outros de cálculo, próprios para o comércio e a produção de bens. Em cada pessoa algumas capacidades estão mais desenvolvidas do que outras. Dessa forma, a sociedade mais justa – ou seja, mais próxima de atingir o bem comum – será aquela que for dirigida por aqueles com mais capacidade racional, em que os mais valentes cuidarão da defesa e da manutenção da ordem e os que tiverem mais apetite comercial conduzirão os negócios; ou seja, uma sociedade composta por filósofos, guardiões, artesãos e comerciantes. Na república ideal de Platão, tudo deveria estar subordinado ao bem da comunidade, inclusive a literatura e a música.

Como outras “utopias” – ou seja, descrições de uma ordem supostamente perfeita que não existe em nenhum lugar nem é provável que venha a existir jamais –, a de Platão é um pouco agonizante: mais adiante teremos oportunidade de voltar ao assunto. De qualquer forma, Platão levou muito a sério a ideia de que os filósofos deveriam influir no bom governo. Um de seus discípulos na Academia era Dionísio, filho do tirano homônimo que reinava em Siracusa e seu herdeiro. Quando o velho Dionísio morreu, seu filho convidou Platão a ir a seu reinado recém-inaugurado para ser seu conselheiro. Embora naqueles tempos a travessia por mar da Grécia à Sicília (que é onde fica Siracusa) fosse qualquer coisa menos uma viagem prazerosa, Platão embarcou cheio de ânimo, convencido de que havia chegado a oportunidade de colocar em prática suas teorias políticas. Mas, pouco tempo depois de ter começado a desempenhar suas funções, compreendeu que Dionísio tinha pouco de filósofo – apesar de ter sido seu discípulo – e, na verdade, muito de tirano: não gostava que ninguém o contrariasse nem lhe aconselhasse a nada que não atendesse aos seus caprichos. O pobre Platão teve de voltar às pressas para casa, antes que Dionísio fizesse com ele algo pior do que obrigá-lo a beber cicuta.

Na Academia também estudava um juvenzinho que ingressou com apenas dezessete anos e lá permaneceu até a morte de Platão. Chamava-se Aristóteles e talvez tenha sido um dos maiores sábios que pisaram neste mundo. Depois de perder seu mestre, fundou seu próprio centro de estudos, chamado Liceu (nome que também ficou famoso, como você sabe). Mas Aristóteles não ensinava apenas filosofia. É claro, se interessava pela questão do “viver bem” e também pelos assuntos políticos, como Sócrates e Platão, mas à diferença deles, tinha muitas outras inquietações intelectuais. Para Aristóteles, o afã de conhecimento começa pelo assombro que sentimos diante de tudo que nos cerca, pela curiosidade, que quer explicar como as coisas funcionam. Mas não eram os assuntos humanos, e sim a natureza, seu maior motivo de assombro: de forma que se dedicou a estudar medicina, zoologia, botânica, astronomia, física e não sei quantas coisas mais. Para ele, os seres materiais, no meio dos quais vivemos, não eram um simples cenário para nossas aventuras humanas nem o reflexo degradado de alguma realidade superior, mas mistérios apaixonantes cuja condição e funcionamento desejava conhecer a todo custo. Como cientista, no sentido moderno da palavra, foi um excelente observador: basta dizer que afirmou que as baleias não eram peixes e sim mamíferos, o que levou mais de vinte e três séculos para ser aceito como verdade pela biologia europeia.

No campo da filosofia propriamente dita, Aristóteles se viu diante de um grave dilema. Por um lado, se considerava não apenas discípulo, mas também amigo de Platão, a quem respeitava muitíssimo; por outro, estava convencido de que a teoria das ideias de seu mestre era falsa. O que fazer? Criticar Platão ou renunciar a suas próprias convicções? Finalmente, Aristóteles resolveu o assunto assim: “Sou amigo de Platão, claro, mas sou mais amigo da verdade”. Aristóteles não acreditava que a essência de cada coisa fosse uma ideia eterna, flutuando no céu ou sabe-se lá onde. Dizia, por sua vez, que, se havia uma ideia, estava na realidade presente da própria coisa, portanto era ali que poderíamos estudá-la e compreendê-la. Tudo o que existe, disse Aristóteles, é formado de matéria e forma: a matéria é algo como o suporte opaco e maleável que a forma transforma em algo diferente do resto. Da mesma maneira, em um jarro de cerâmica, a argila é a matéria que o ceramista modela até dar a forma que definitivamente lhe cabe. Além disso, cada coisa tem possibilidade de vir a ser outras coisas: assim o que agora é água pode se transformar em gelo ou vapor. Dessa maneira, há um permanente dinamismo que transforma e modela sem cessar a realidade.

Essa indagação a respeito do ser de cada coisa – porque antes de ser isso ou aquilo todas as coisas são, existem, estão no mundo... sejam o que forem – recebeu de Aristóteles o nome de filosofia primeira ou fundamental. Mas, como os livros em que ele trata dessas questões foram classificados postumamente por seus discípulos depois daqueles em que fala de física, essa filosofia passou a ser chamada de “metafísica”. Literalmente, o que vem depois da física, mas, no fundo, o que se ocupa de como é o que é, da última essência ou realidade de tudo o que há. Como veremos, grande parte dos filósofos dos séculos posteriores se dedicaram, antes de tudo, a questões metafísicas, que são as mais complexas e abstratas de todas.

Mas há também outras áreas muito importantes da filosofia que foram inauguradas por Aristóteles: a lógica e a ética. A lógica (cujo nome vem da palavra *lógos*, que significa “razão” ou “pensamento”) se ocupa de quais são os mecanismos que nos fazem raciocinar de maneira conveniente. De fato, não basta observar o que nos cerca para chegar a saber algo; também é preciso tirar conclusões do que observamos de maneira correta. E, é claro, quando discutimos algum assunto, quem tem a razão não é aquele que grita mais, e sim aquele capaz de enlaçar seus argumentos de maneira adequada. Aristóteles supunha que a maior parte de nossos raciocínios tem a forma de silogismos, ou seja, de premissas, cuja combinação gera uma conclusão. Por exemplo: todos os humanos são racionais, Alba é humana; portanto, Alba é racional. Ou Nemo, se você preferir.

É importante observar que a lógica não se ocupa de certificar se as premissas são verdadeiras ou falsas, mas apenas de que a conclusão derive corretamente delas. Por

exemplo, das premissas “alguns pardais têm quatro patas” e “todos os pardais são aves” pode-se deduzir que “algumas aves têm quatro patas”. É uma conclusão zologicamente falsa porque parte de um pressuposto falso, mas, pela lógica, é verdadeira. No entanto, a partir de duas premissas verdadeiras, como “todos os pardais são aves” e “todos os avestruzes são aves”, não se pode deduzir que “alguns pardais são avestruzes”. Dessa forma, o conhecimento precisa de premissas verdadeiras e de conclusões logicamente corretas. De qualquer forma, um bom aprendizado dos mecanismos da lógica é imprescindível para não nos deixarmos enganar por aqueles que parecem raciocinar e na realidade só dizem “falácias” – falsos silogismos.

Aristóteles também foi o inventor da ética, que é o nome técnico que ele deu à reflexão sobre a antiga pergunta de como viver, que também já havia ocupado Sócrates e Platão. Aristóteles parte da ideia de que nós, humanos, somos seres ativos, ou seja, que temos de escolher o que queremos fazer com nossa vida (à diferença dos animais, que são “programados” pela natureza para se comportar dessa ou daquela maneira). O ser humano age de acordo com as razões que explicam porque prefere fazer uma coisa ou outra. Se lhe perguntarem: “Por que você fica estudando suas lições em vez de jogar play station?”, você responderá: “Porque quero ser aprovado”. E, se o autor da pergunta insistir: “Por que quer ser aprovado?”, você poderá lhe responder: “Porque ter o bacharelado me dará mais oportunidades na vida”. Podem voltar a lhe perguntar para que deseja tais oportunidades, e você responderá o que achar melhor... até chegar, finalmente, à última resposta: “Faço tudo porque quero ser feliz”. E, se alguém é tão bobo ou malicioso a ponto de lhe perguntar por que quer ser feliz, você dirá que ser feliz não é um caminho para se atingir outra coisa, que ninguém quer ser feliz para “algo”, mas que a felicidade é o objetivo final de nossas ações em vida. Aristóteles lhe daria razão.

O que devemos fazer para ser felizes? Antes de tudo, disse Aristóteles, deliberar sobre o que mais nos convém em cada caso. Somos seres racionais, portanto, quanto mais dirigida pela razão for nossa conduta, maior a probabilidade de alcançarmos a felicidade. Mas, como grande parte de nossas ações são urgentes ou rotineiras e nos dão pouco tempo para refletir com calma, o melhor é adquirir o costume de agir como se deve: assim, escolheremos o melhor comportamento por hábito e quase automaticamente. Aristóteles chama o costume de agir como se deve de “virtude”, como o velho Sócrates. E a virtude está na ação prudente, equilibrada, que evita o desespero final dos extremos: por exemplo, diante de um perigo, são exageros indesejáveis a covardia, que nos leva a fugir indignamente, mas também a temeridade cega, que nos expõe à destruição, como se fôssemos invulneráveis. A virtude é a coragem, que afronta com firmeza, mas sem bravatas, o risco necessário.

No terreno social, a virtude mais importante é a justiça, que consiste em dar a cada qual o que lhe corresponde e em esperar de cada um o que se deve. De qualquer forma, sempre agimos na incerteza, embora devamos tentar em cada caso o melhor: para Aristóteles, a felicidade é um ideal, mas de nenhuma maneira uma certeza, porque a vida de cada um de nós é influenciada por muitas circunstâncias que não dependem de nossa vontade, e até o momento da morte ninguém pode dizer realmente se foi feliz ou não. Um dos traços mais belos da ética de Aristóteles é a importância que dá à amizade: diz, inclusive, que sem amigos ninguém gostaria de ser obrigado a viver.

Platão e Aristóteles, os dois grandes seguidores de Sócrates, são, sem dúvida, os dois filósofos mais influentes da história. Platão aponta para o mais alto, o ideal, o espiritual e até o divino: o eterno. Aristóteles se concentra mais naquilo que está a nossa volta, a natureza, inclusive em seus aspectos mais humildes e materiais, a observação de tudo que tem vida, acontece e funciona: tudo o que aparece e desaparece, mas, enquanto dura, é real. Muitos dizem que a partir deles todos os filósofos posteriores foram platônicos ou aristotélicos... embora eu ache que muitos também se apropriaram de elementos de um e de outro para

combiná-los de acordo com seu próprio estilo. Logo veremos.

*

ALBA: – Bom, está ficando cada vez mais complicado. Estou começando a sentir falta de Sócrates!...

NEMO: – E eu que pensei que Platão ia virar seu preferido...

ALBA: – Vai, me diz de onde tirou isso.

NEMO: – Sei lá, mulher, você é assim... meio idealista.

ALBA: – E aposto que você tem certeza de que é aristotélico até não dar mais.

NEMO: – Sou muito realista, se quer saber.

ALBA: – Se não tivesse me dito, eu nunca desconfiaria.

NEMO: – Pra mim, essa coisa das ideias, separadas das coisas, voando daqui pra lá... sei lá, não me convence. Porque, olha só: onde estão as ideias?

ALBA: – Não tenho a menor ideia... foi mal a piada. Mas desconfio de que as ideias estão ali onde ficam os números.

NEMO: – Que números?

ALBA: – Ué, todos, o cinco, o nove, o mil trezentos e vinte e cinco... e depois as figuras geométricas, como o triângulo isósceles, que tem um nome bonito, e o retângulo e o dodecaedro e...

NEMO: – Não é a mesma coisa!

ALBA: – Como não? Os números não estão separados das coisas? Eu vi quatro mesas e três janelas, mas nunca o quatro, nem o três... Nem muito menos o quatro vezes três, doze. A mesma coisa com as praças de touros, que são redondas, mas não são a circunferência. Também sei o que é andar em linha reta, embora nunca tenha visto a linha reta...

NEMO: – Pois os números e os triângulos e... enfim, estão em nossas cabeças.

ALBA: – Hmm, e o que fazem lá?

NEMO: – Servem para contar e calcular.

ALBA: – E as ideias nos servem pra pensar nas coisas, então acho que também devem estar nisso que você chama de “a cabeça”. Ou seja, embaixo da franja, não?

NEMO: – Rá, rá, estou morrendo de rir. Enfim, me diz se você é platônica ou não.

ALBA: – Tenho outro remédio? Eu gosto de pensar, estou me apaixonando por essa coisa de filosofia... Mas Aristóteles também tem seu ponto.

NEMO: – Pra mim, ponto final.

ALBA: – Bobo. Sabe por que gosto de Aristóteles? Porque é o primeiro nesta história que ouço fala em felicidade.

NEMO: – E, claro, a felicidade deixa você...

ALBA: – Pois é, me deixa muitíssimo...

NEMO: – Mas preste atenção. Segundo ele, a felicidade nunca está garantida, por melhor e mais ética que você seja...

ALBA: – É disso que eu mais gosto em tudo. Nada de prometer a lua pra que você fique empolgado e se comporte bem. Ele só diz que, se você fizer barbaridades, o mais provável é que se sinta ainda pior. Ou seja, antes de agir, pense o que é melhor pra você e depois... manda ver! Confie que tudo correrá bem e, se não correr, ao menos sobra o consolo de não ter sido culpa sua.

NEMO: – Ah, esses gregos são incríveis!

ALBA: – E você viu a importância que eles davam à amizade. Porque, mesmo que tudo corra muito mal, mas muito mal mesmo, sempre restam os amigos de verdade, né?

NEMO: – E como... Feito você e eu. Porque somos amigos, né?

ALBA: - Amigos para sempre.

NEMO: - Então, o que somos? Platônicos ou aristotélicos?

ALBA: - Sei lá eu! Não basta começar sendo amigos?



Capítulo 4

CUIDAR DE SI MESMO

Diferentemente de Sócrates e Platão, Aristóteles não era ateniense: nasceu em Estágira, um pequeno povoado situado muito mais ao norte, na região da Macedônia. Embora tenha se mudado muito jovem para Atenas, onde estudou com Platão e depois virou mestre, sempre foi um meteco (assim os atenienses chamavam os forasteiros que viviam em sua cidade). Quando já era um célebre sábio, foi chamado à corte da Macedônia para ser professor particular do filho do rei Felipe II. Esse aluno principesco era um garoto de treze anos que depois deu muito, mas muito o que falar em todo o mundo antigo e continua famoso até hoje, muitos séculos depois: chamava-se Alexandre e seus contemporâneos o apelidaram de Magno, ou seja, o Grande.



Nos poucos mais de trinta anos que viveu, Alexandre conquistou todo o mundo que se conhecia na época, começando pela Grécia, o Egito e chegando, através da Pérsia, até a Índia. Sem dúvida, era uma pessoa determinada, de uma coragem ambiciosa, fora do comum. Basta uma anedota para descrevê-lo: quando ele tinha dezesseis anos, seu pai, o rei Felipe II, lhe mostrou um cavalo esplêndido, mas muito rebelde, chamado Bucéfalo; disse-lhe que se conseguisse domá-lo seria seu. O jovenzinho Alexandre tateou o corcel, que estava inquieto e espumava ferozmente, até conseguir que ficasse posicionado de tal modo que o sol batesse em seus olhos. Cego, Bucéfalo se amansou e permitiu que o adolescente, vitorioso, o montasse. Também foi assim que o grande Alexandre venceu os exércitos de muitos países: cegou-os ao coloca-los diante do fulgor de um sol glorioso, ele mesmo.

No entanto, como a maioria dos grandes conquistadores, Alexandre destruiu muito e construiu pouco. Atenas e outras cidades gregas foram suas principais vítimas. A democracia, essa grande invenção dos gregos que ainda hoje continuamos defendendo como a forma mais verdadeiramente humana de governo, foi muito danificada pelas ambições imperiais de Alexandre, o Grande, pouco ou nada inclinado a compartilhar o poder com terceiros. O resultado de suas conquistas foi um série de cidades mergulhadas em conflitos e lutas internas, nas quais os cidadãos foram se desinteressando cada vez mais pelas questões

políticas. Cada um se descobriu como simples indivíduo, cujas opiniões sobre o governo da comunidade não tinham a menor importância diante da força bruta dos exércitos e das intrigas daqueles que os dirigiam ou se beneficiavam de seu apoio. Dessa maneira, muitos resolveram que o melhor a fazer era se dedicar a cuidar de si mesmos, deixando de lado uma vida coletiva na qual já não tinham nem voz nem voto realmente eficazes.

O problema é que todos nós, humanos – antes e agora –, precisamos de algumas normas dignas de respeito para organizar nosso pensamento. Posso fazer o que quiser, mais ou menos, mas preciso saber por que quero fazer isto melhor do que aquilo outro. Escolho fazer isto porque suponho que me convém, mas... por que me convém? Aos que tentaram convencê-lo a fugir do cárcere e salvar a vida, Sócrates respondeu que não era conveniente para ele e que preferia ficar preso. Considerava-se, antes de tudo, um cidadão ateniense, e durante toda a vida havia respeitado as leis de sua cidade: não pensava em mudar na velhice, porque, se o fizesse, não saberia mais como justificar sua conduta. Para um bom cidadão democrata, cumprir as leis da cidade que governa com seus semelhantes é o mais adequado, embora, de vez em quando, ache que essas leis não são justas ou que são aplicadas equivocadamente. A lei às vezes pode se equivocar, mas quem não a cumpre se equivoca sempre, porque renuncia à sua cidadania.

Mas o que acontece quando a democracia desaparece e ser “cidadão” não significa nada além de viver submisso a um poderoso Dono ou a seus intrigantes servidores? Pois então, muitos daqueles que antes eram bons cidadãos decidem que não vale mais a pena tentar continuar sendo. E, quando alguém não acredita mais na política nem nos valores da sociedade em que vive, não resta outro remédio a não ser procurar em outro lugar as normas que lhe dirão como se comportar. Onde? Pois bem, fora da sociedade, fora da política... por exemplo, na natureza.

Não achem que aqueles sábios decepcionados com a vida social e suas convenções renunciaram à virtude: pelo contrário, estavam convencidos de que é a virtude que torna os homens felizes e, portanto, queriam ser mais virtuosos do que ninguém... mas consideravam que a virtude era se comportar como manda a natureza, não como manda a sociedade. Um dos primeiros a seguir esse caminho foi Diógenes, a quem chamaram de O Cínico, ou seja, cão ou cachorro^[1]. É que, de fato, Diógenes se empenhava em viver em todos os aspectos como se fosse um animal... salvo porque falava e não parava de criticar aqueles que viviam de outra maneira, coisa que os animais nunca fazem. Não respeitava nenhuma das convenções sociais: zombava da autoridade, não queria ter dinheiro nem grandes propriedades, comia qualquer coisa que lhe davam ou que achava no meio do lixo ou no campo, bebia água do rio, vestia farrapos que ele mesmo costurava e não se importava em defecar ou urinar à vista de todos, como fazem os cães. Zombava sem parar dos ricos, daqueles que vivem em casas suntuosas ou se esforçam para obter objetos preciosos, e se contentava em se refugiar em uma grande tina abandonada para dormir. Dizia a quem quisesse ouvi-lo – e sobretudo a quem não quisesse, que era a maioria – que basta satisfazer suas necessidades naturais para ser virtuoso e, portanto, feliz: a sociedade não faz nada além de criar falsas necessidades, que nos fazem viver agoniados e sofrendo por não conseguir o que vemos os outros conquistarem.

Com esse comportamento, Diógenes se tornou um sujeito famoso, que despertava a curiosidade de toda a gente. Alguns diziam que era uma espécie de Sócrates, mas um Sócrates que tinha enlouquecido. Certo dia, chegou à cidade em que Diógenes vivia ninguém menos que Alexandre, o Grande, a caminho de suas conquistas. E, como haviam lhe falado muito do pitoresco personagem, quis conhecê-lo. Indicaram-lhe onde ficava o barril em que Diógenes costumava se abrigar e lá foi Alexandre. De fato, Diógenes estava na banheira. O grande conquistador o chamou e apresentou-se: “Posso lhe conceder o que me pedir, então me diga o que quer”. Sem sair de seu esconderijo, Diógenes só lhe respondeu com um suspiro e uma risada. Alexandre insistiu em sua oferta, e por fim o cínico respondeu: “Bem, olhe, já que

insiste... Sim, há uma coisa que pode fazer por mim. Faça o favor de se afastar um pouco, porque está tapando o sol que eu estava tomando tão prazerosamente quando chegou". Alexandre foi embora, meio aborrecido e meio cheio de admiração por aquele cão sábio. Diógenes ficou muito feliz por saber que o conquistador do mundo não conseguira conquistá-lo.

Nem todos os filósofos que se concentraram em cuidar de si mesmos foram tão extravagantes e agressivos como Diógenes e outros cínicos. Os chamados estoicos (porque reuniam-se na stoa, um pórtico ateniense), cujo líder intelectual foi Zenão, consideravam, assim como os cínicos, a virtude como a única coisa realmente importante da vida. Mas não desprezavam os estudos nem a ciência – da qual Diógenes zombava –, não a consideravam desnecessária: pelo contrário, estavam convencidos de que a virtude é uma questão de conhecimento (nisso se pareciam mais com Sócrates). A virtude, é claro, consiste em nos comportarmos de acordo com o que manda a natureza, mas para saber o que ela manda é preciso estudá-la: porque não dá as mesmas ordens a um animal qualquer, por exemplo, um cão, e a um homem, capaz de raciocinar. Segundo Zenão, chamamos de "natureza" o que outros chamam de "Deus", ou seja, a ordem rigorosa de acordo com a qual funciona tudo o que existe e da qual nós, seres humanos, fazemos parte, sem mais nem menos privilégios do que qualquer outra pessoa. Dessa forma, a ciência estoica tinha três campos de trabalho: por um lado, se ocupava da natureza material em geral, o que eles chamavam de natureza "física"; depois se concentrava no estudo do humano, que é o que mais nos interessa, já que não somos pedras ou animais, e, por fim, pretendia conhecer como pensamos (a "lógica") e como devemos nos comportar (a "ética"). Dependerá da combinação desses saberes aprender a viver bem.

Viver bem é cumprir nosso dever de ser humano de acordo com a nossa natureza, coisa que é diferente, portanto, do "dever" dos tigres ou das acácias. Os estoicos chamam esse dever de virtude. Na vida, padecemos de muitas coisas que não dependem da nossa vontade: ser belo, ganhar na loteria, viver com saúde até os cem anos, que minha família não sofra desgraças ou que meu país não pereça por uma tirania ou uma praga... Todas essas são circunstâncias que acontecem, queira eu ou não; no entanto, dizer a verdade, cumprir minhas promessas, tratar os demais com generosidade e cortesia e não trair aqueles que confiam em mim são assuntos sobre os quais eu posso decidir. Assim, a virtude – e, portanto, a felicidade – tem de tratar daquilo que está em minhas mãos e depende de mim, não daquilo que me traz o azar ou as decisões alheias. A maioria das pessoas é infeliz porque se empenha em que sua felicidade seja coisa da sorte ou do azar (naturalmente, pensa Zenão, todos preferimos que nos aconteçam coisas boas, mas isso não pode ser nunca o imprescindível), em vez de considerar como a única coisa relevante a ação justa e virtuosa na qual, sim, mando eu.

Mas há um ponto muito importante, no qual coincidem os cínicos, os estoicos... e até Alexandre, o Grande! Antes, quando perguntavam a um grego quem ele era, eis a primeira coisa que respondia: "Sou cidadão de Atenas, ou de Esparta, ou sou súdito do rei da Macedônia". Respondia algo parecido como quando dizemos "sou espanhol" ou "sou francês" para nos definir diante dos outros. Mas, quando faziam essa pergunta a Diógenes, ele respondia uma coisa insólita: "Sou cidadão do mundo, ou seja, cosmopolita". A mesma coisa teria respondido depois qualquer estoico. Assim como vivemos em nossa casa, com nossos próprios costumes e manias, mas consideramos que nosso lar mais amplo é a cidade e o país onde fica essa nossa casa, também os cínicos e os estoicos pensavam que as cidades ou reinos eram como "casas" dentro do grande país comum a todos, que é nosso mundo. E o célebre Alexandre, a seu modo guerreiro e conquistador, também pensava algo semelhante: por isso abandonou seu país e foi de um lugar a outro, apropriando-se de todas as terras... sentindo-se como se estivesse "em casa"! Afinal de contas, Diógenes e Alexandre tinham mais coisas em comum do que o orgulho de ambos lhes permitia admitir.

Nas sociedades organizadas, há sempre leis, costumes *etc.* – que servem como pautas para orientar a conduta das pessoas. Mas e a natureza, como ela se vira para indicar aos seres vivos o que lhes convém ou o que os prejudica? Parece evidente que há dois mecanismos muito eficazes: o prazer e a dor. A fome, por exemplo, é uma forma de dor e assinala que precisamos comer, assim como a sede indica a necessidade de beber, também dolorosamente; a mesma coisa acontece com o frio ou o calor excessivos, que nos obrigam a procurar refúgio. Pelo contrário, quando comemos ou bebemos adequadamente ou estamos em uma temperatura razoável, sentimos uma sensação prazerosa. É como se, através desse prazer, a natureza nos dissesse: “Você se comportou bem, é assim que gosto”.

Dessa forma, quem pretende viver de acordo com a natureza já tem um critério de felicidade para orientar suas ações: o prazer. Esse foi, exatamente, o lema que dominou a filosofia de Epicuro. Como outros filósofos daquela época, Epicuro não entendia sua tarefa como uma procura de grandes conhecimentos sobre o mundo ou como um receituário para formar a melhor sociedade possível; só lhe interessava conseguir ficar sereno e feliz, usando para isso a inteligência. Ou seja, segundo ele, devemos aprender a não estragar nossa vida, e sim desfrutá-la da melhor maneira possível. Para essa procura, a filosofia é imprescindível: em uma carta que escreveu a um de seus amigos, afirma que “nunca se é muito jovem para começar a filosofar, nem muito velho para continuar filosofando”. É que a vida não espera: é necessário vivê-la bem até o final.

Mas vamos ver: o que é que estraga a vida dos seres humanos? A primeira coisa que devemos fazer é deixar de lado as queixas contra as doenças, terremotos, tempestades, envelhecimento e outros incômodos que provêm da natureza: somos seres naturais e estamos submetidos aos mecanismos de tudo o que é natural, de maneira que passarmos a vida protestando contra o que é natural é como protestar contra nós mesmos. Se aceitamos os aspectos agradáveis da vida que a natureza proporciona, também temos de aceitar seus aborrecimentos e atribulações, porque essas são as regras do jogo, para o bem e para o mal. Mas não é a natureza que transforma nossa vida em tormento, e sim nós mesmos. Antes de nos dedicar à filosofia, somos especialistas em sabotar nossa alegria de viver por meio de dois instrumentos incríveis de tortura: o medo e a insatisfação. Não podemos remediar os chamados “males” da natureza, no entanto, podemos sim lutar contra esses males verdadeiros que brotam de superstições e fantasmas que se apoderam da nossa inteligência.

Para começar, o medo. De que temos medo? Naturalmente, da morte. E também dos deuses, que, possivelmente, nos esperam no outro lado para castigar nossa pobre alma por não tê-los obedecido direito. Epicuro defendia uma doutrina materialista: tudo neste mundo, inclusive nós mesmos e nossa alma, é formado por partículas materiais, os átomos (a palavra significa “o mais simples e menor de tudo, o que não pode se dividir mais”). Os átomos caem eternamente no vazio e de vez em quando tropeçam uns nos outros, se engancham e formam coisas: árvores, estrelas, corpos humanos, almas, o que for... Depois voltam a se afastar e continuam caindo, até se combinar em novas misturas. Quando os átomos do nosso corpo e os mais finos ou sutis de nossa alma se unem, começamos a viver; quando se separam pelo mesmo azar que os uniu, morremos. Enquanto vivemos, sentimos e padecemos; depois, aos nos desintegrarmos e morrermos, não sentimos mais nada. Isso parece terrível? O que na verdade nos assusta é “sentir” a morte, padecer o momento da desintegração. Mas, adverte Epicuro, enquanto estamos vivos, não há morte: e quando a morte chega, não estamos mais aqui para sofrê-la. O encontro tão temido é impossível. Woody Allen, um cineasta que também tem muito de filósofo, disse certa vez: “A morte não me assusta, mas não gostaria de estar presente quando ela chegar”. Epicuro o teria tranquilizado a esse respeito... E se nos preocupa onde “estaremos” depois que morrermos, dentro de mil anos, por exemplo, por que não nos preocupa onde estávamos antes de nascer, ou seja, talvez mil anos atrás?

Outro motivo de medo com o qual os humanos amargam a vida são os deuses, ou Deus:

existe Alguém sobrenatural que julga nossas ações e pode castigá-las ou premiá-las no além? E se, depois da morte, nos esperarem torturas e sofrimentos pelas culpas que carregamos neste mundo? Segundo Epicuro, é possível que os deuses existam, já que se fala tanto deles: neste caso, naturalmente, também seriam feitos de átomos materiais, como todo o resto, embora fossem mais finos e delicados do que os nossos. Mas ele acha evidente que os deuses, ou Deus, não se preocupam nem um pouco com o que acontece no mundo terrestre. A prova: a presença de tantos males (crimes, catástrofes, dores etc.) que vemos ao nosso redor. Suponhamos que um Deus se interesse realmente pelo que não vai bem entre os humanos: se é onipotente e não o remedia, será que não se dá conta do que acontece, ou seja, que é um Deus ignorante ou distraído? E, se conhece os males, mas não pode preveni-los nem remediá-los, será que não é onipotente? Ou, pior ainda, se é onipotente e conhece o lado ruim da nossa sorte, mas não o remedia, podemos pensar que é um Deus perverso e inimigo dos seres humanos. Como não parece razoável imaginar deuses pouco poderosos, ignorantes ou malvados, o mais lógico é supor que não se preocupam com os humanos, nem para o bem nem para o mal, nem nesta vida nem em nenhuma outra, preferindo se dedicar a seus próprios assuntos, que vai saber quais são. Dito isso, não tem sentido que vivamos preocupados com os julgamentos ou castigos divinos.

Além desses temores infundados, nós, humanos, costumamos amargar a vida com uma perpétua insatisfação. Não somos capazes de usufruir os prazeres, que constituem a verdadeira recompensa de quem sabe viver humanamente como se deve. No entanto, no final das contas, na maioria dos casos os prazeres são muito fáceis de obter: basta satisfazer adequadamente nossas necessidades naturais. Há prazer maior do que beber um copo de água fresca quando temos muita sede? Ou comer algo nutritivo e saudável quando temos fome? É a própria natureza que nos dá pistas, com suas urgências, do que devemos fazer para obter prazer; ou seja, o alívio de nossas necessidades. Mas nós estragamos tudo, inventando dificuldades e acrescentando exigências ao que é simples. Não nos basta mais beber água quando temos sede: achamos imprescindível bebê-la em uma determinada fonte ou em um cálice de ouro. Comer algo substancioso também não é o suficiente: exigimos que seja algo original, nunca visto, servido no restaurante mais caro da cidade. Descansar quando temos sono é pouca coisa para nós se não pudermos dormir em um palácio; e não nos conformamos com um agasalho que nos tire o frio, porque queremos, a todo custo, que seja de tal e qual marca famosa e, além disso, queremos trocar de roupa a cada dia do ano.

Tamanho capricho faz com que nunca desfrutemos de verdade de nenhum prazer: para nos sentirmos felizes temos de trabalhar muitíssimo, competir com os demais (de que me serve viver bem se não vejo o outro me invejar?). E, assim, vai ficando cada vez mais difícil se satisfazer. Resultado: muito esforço e pouco prazer. O prazer se transforma em uma corrida de obstáculos, e, claro, não há maneira de se sentir satisfeito. Sempre achamos que está faltando alguma coisa porque, quando já temos tudo o que é necessário, continuamos inventando mais e mais futilidades “imprescindíveis”.

Mas nem todos os prazeres se referem a comer, beber e ficar quentinho quando faz frio: fazemos parte da natureza, como os demais seres vivos, mas não somos animais. Há prazeres naturalmente humanos, que são os mais deliciosos: por exemplo, o conhecimento das coisas e, sobretudo, a amizade. Para o ser humano, estudar e compreender como funciona a natureza pode ser algo muito prazeroso, desde que não se transforme em uma obsessão por se destacar acima dos outros e ter sempre razão. Também, naturalmente, ter amigos inteligentes e amáveis: neste ponto, Epicuro concorda mais ou menos com Aristóteles. Epicuro se reunia todos os dias, em um jardim próximo de sua casa, com amigos e discípulos: conversavam um pouco sobre tudo, a respeito tanto de assuntos científicos e filosóficos como de aspectos cotidianos, sempre de maneira relaxada, com bom humor. No entanto, nem Epicuro nem seus seguidores jamais se envolviam nos assuntos políticos, excessivamente turvos e cheios de

ambições doentias para seu gosto. Pelo contrário, seu lema era *lathe biosas*, quer dizer, “viva oculto”. Dedique-se a suas coisas e não se transforme em foco da atenção pública: se naquela época houvesse televisão, certamente nunca teríamos visto Epicuro num debate político, muito menos em programas mórbidos e de celebridades.

Em linhas gerais, todos os filósofos daquela época tinham preocupações parecidas, e suas soluções também eram bastante semelhantes. Cínicos, estoicos e epicuristas consideravam que o problema fundamental da filosofia era como viver melhor e defendiam que cada pessoa devia tentá-lo por si mesma, sem esperar que mudassem os governantes ou que o ser humano se regenerasse em seu conjunto. Todos eles se preocupavam com a vida, mas tinham certo medo dela: era necessário se cuidar, ou seja... ter cuidado com a vida! Porque a vida humana é cheia de paixões que nos arrastam, de desejos desaforados que têm pouco a ver com as simples necessidades naturais e de ambições provocadas pelo afã de superar os demais e deixá-los boquiabertos: a vida, francamente, é um exagero. Portanto esses filósofos recomendavam moderação, autocontrole, não se deixar levar por nenhum excesso e não se contagiar com os apetites mais perigosos da sociedade: o apetite de possuir mais e mais (sobretudo, mais que os demais) e o apetite de mandar mais do que todos.

Depois da morte de Alexandre, o Grande, seu império helenista entrou em decadência, entre lutas internas de seus herdeiros. Aos poucos, começou a surgir um novo centro político no Mediterrâneo, situado não mais na Grécia, e sim na Itália. O poderio de Roma foi se espalhando por todo o mundo então conhecido, e nasceu outro império, muito mais estável e fecundo do que o de Alexandre. Os romanos foram muitas coisas importantes: conquistadores, naturalmente, mas também legisladores, arquitetos, urbanistas, historiadores, dramaturgos, educadores... quase tudo, menos filósofos. Em questão de filosofia, se dedicaram a pegar ideias dos pensadores gregos e adaptá-las à realidade prática da existência cotidiana, sem se aventurar em grandes teorias próprias. Alguns, como o grande orador e estudioso Cícero, foram ecléticos, ou seja, prepararam seu próprio coquetel filosófico retirando um pouquinho do pensamento deste e misturando-o com um pouco do pensamento daquele, acrescentando algumas gotas do pensamento daquele outro... O que mais importava a Cícero era cultivar a *humanitas*, quer dizer, a humanidade de cada um, entendida como a benevolência compassiva em relação aos demais e a elegante delicadeza de gosto em todas as questões da vida.

Houve, entre eles, escritores importantes – o próprio Cícero o era – que colocaram em bom latim, claro e exato, as melhores ideias dos filósofos gregos que mais lhes interessavam. Por exemplo, Lucrécio foi capaz de expor em verso as doutrinas de Epicuro em seu grande poema didático *De rerum natura*, ou *Sobre a natureza das coisas*. Lucrécio era um verdadeiro missionário do epicurismo: queria colocá-lo ao alcance de todos os romanos porque estava convencido de que levava consigo o segredo da vida feliz. Mas também sabia que os livros de filosofia assustam um pouco os leitores e às vezes são áridos (a propósito, talvez você esteja pensando a mesma coisa enquanto lê esta página). Por isso preferiu não escrever um tratado, mas uma composição poética com imagens e belas metáforas ao lado dos raciocínios. Teve tanto êxito que, durante muitos séculos e ainda hoje, o epicurismo ficou muito mais conhecido graças ao *Sobre a natureza das coisas* do que pelos poucos textos diretos que guardamos de Epicuro.

Outro pensador importante foi Sêneca, que nasceu em Córdoba, na província romana que então se chamava Bética. Grande advogado e estupendo escritor, Sêneca usou muitas ideias dos estoicos, mas também muitas dos epicuristas em seus breves, embora substanciosos, estudos, cujos meros títulos já são interessantes: *Sobre a ira*; *Sobre a brevidade da vida*; *Sobre a vida feliz*; *Sobre a clemência*... Escreveu a seu jovem amigo Lucílio uma série de cartas para guiá-lo nos altos e baixos da existência cotidiana, cartas úteis até hoje para

qualquer um de nós. No entanto, até o mais sensato dos mestres pode tropeçar num aluno impermeável à sensatez: muitos consideram que os ensinamentos de Aristóteles não tiveram muito êxito com Alexandre, mas, naturalmente, todos estão de acordo de que Sêneca fracassou na formação moral de seu mais destacado pupilo e depois imperador: Nero! A tal ponto que Sêneca acabou se suicidando para não ter de suportar por mais tempo as malfetorias de um aluno tão perigoso. É claro, os filósofos romanos não consideravam o suicídio um crime ou um pecado, mas simplesmente uma forma de abandonar o palco quando a obra teatral que todos nós representamos neste mundo se tornasse muito entediante ou maléfica.

Para os estoicos, viver bem não era uma questão de ter muito ou pouco nem de ocupar um posto destacado na sociedade, mas de nos comportarmos – ali onde nos coubera estar – como homens virtuosos. Por isso não devemos achar estranho que os pensadores estoicos mais destacados do Império Romano ocupassem os postos extremos da escala social: Epíteto foi escravo, e Marco Aurélio, imperador. E o mais curioso é que foram os textos nobres e dignos do escravo que serviram de guia para os escritos muito mais simplórios e vacilantes do imperador... Cada um deles aspirou cumprir dia após dia e como se deve sua tarefa humana: naquela época, era a isso que se dava o nome de filosofia, e não a grandes discursos cheios de palavras obscuras.

*

Estamos no porto da cidade de Alexandria, no norte do Egito. Ao fundo, a grande luz de seu farol, uma das maravilhas do mundo antigo. Alba e Nemo estão sentados no dique, compartilhando azeitonas e peixe frito.

ALBA: – Que delícia esse peixinho!

NEMO: – As azeitonas me deixam maluco. Será que viciam?

ALBA: – E daí?, desde que não acabem... Além do mais, não acredito que sejam droga pesada.

NEMO: – É que quero me cuidar, sabe...

ALBA: – Acho ótimo. Mas pra se cuidar não é preciso desistir do que gosta. Vai, pega outra.

NEMO: – Estou achando que você é epicurista.

ALBA: – Acho que estou mais pra estoica, pra aguentar você!...

NEMO: – Mas essa coisa de abrir mão das paixões... sei lá o que dizer. Tenho medo de que a vida fique muito sem graça.

ALBA: – Pode ser que você esteja certo, mas há paixões e paixões. Algumas podem esmigalhar você, mas outras são formas de... explorar.

NEMO: – Explorar o quê?

ALBA: – Nossos limites, nossas fronteiras... até onde dá pra chegar, muito longe.

NEMO: – Desconfio que era isso que Alexandre queria.

ALBA: – Sim, mas às custas de passar por cima dos outros. Só que acho que Diógenes e pessoas como ele exploravam pra dentro, não pra fora.

NEMO: – Acho que Diógenes também era bem vaidoso e queria impressionar os outros: olha, sou maior do que você, sou tão incrível que não preciso de nada. Igual a Alexandre, mas de outro jeito!

ALBA: – Não acho nenhum dos dois muito simpático, apesar de Alexandre ao menos parecer mais bonito. Mas também não acho que a gente tenha de viver numa banheira ou conquistar meio mundo para viver bem.

NEMO: – Acho que viver bem é não fazer nenhum mal a si mesmo nem aos outros.

ALBA: – Isso! E também, se cada um cuidar de si, algumas de nós terão menos trabalho...

NEMO: – Já conheço essa história...

ALBA: – É, sim: nós, mulheres, é que normalmente cuidamos das crianças, dos velhos, dos doentes... e também dos homens em geral.

NEMO: – Ei, pode me passar as azeitonas?

ALBA: – Vai, pega. Eu vou acabar com esse peixe incrível.

NEMO: – Está gostoso aqui, ao sol, né?

ALBA: – Verdade. É a coisa boa do sol: ele aquece todo mundo sem pedir nada em troca.



Capítulo 5

A FILOSOFIA SOBE O ALTAR

Em suas origens, a religião cristã foi algo como uma seita herética que se opôs à religião oficial judaica nos territórios de Israel, que então faziam parte do imenso Império Romano. Os judeus tradicionais esperavam que certo dia aparecesse entre eles o Messias, um santo ou enviado de Deus com poder extraordinário para libertar seu povo da opressão dos romanos, devolvendo-lhes a liberdade e o esplendor. Tratava-se de uma esperança em que se misturavam o religioso e o político: como outras desse tipo, não havia nenhuma data concreta marcada – o Messias chegaria amanhã, ou depois de amanhã, ou amanhã depois das outras manhãs...



De maneira que podemos imaginar o sobressalto das autoridades religiosas judaicas quando correu entre o povo a história de que o Messias já havia chegado, que nascera em Belém e era filho de um carpinteiro de Nazaré e de nada menos do que de uma virgem (?) que, além de tudo, fazia milagres *etc.* Depois a lenda conta que foi detido pelas autoridades, acusado diante do governador romano Pôncio Pilatos e finalmente crucificado. Como todos os relatos que narram a vida e a morte de Jesus Cristo – os Evangelhos – foram escritos muitos anos depois desses acontecimentos, é difícil avaliar sua autenticidade histórica. Mas dá quase na mesma, porque no terreno religioso o importante não é a verdade dos fatos, mas a capacidade de adesão ou fé que provocam naqueles que decidem, por motivos espirituais, acreditar neles.

*

Paulo de Tarso, um judeu que também era cidadão romano, não havia conhecido Jesus Cristo pessoalmente, mas se converteu no maior propagador da doutrina cristã, acrescentando por vezes contribuições de sua própria lavra. Viajou por vários países do Império pregando a divindade de Jesus Cristo, e também que diante de sua majestade todos os homens eram iguais, fossem ricos ou pobres, aristocratas ou plebeus, desta ou daquela raça *etc.* E que era mais importante, em caso de dúvida, obedecer a Deus do que ao próprio imperador. A maior

audácia de Paulo foi ter se atrevido a difundir essas ideias na própria Roma, capital do Império e, portanto, do mundo.

Os romanos eram fundamentalmente práticos, em quase todos os terrenos: quando conquistavam um território, supunham que também haviam conquistado seus deuses e os levavam a Roma com o resto dos troféus obtidos. Para eles tanto fazia no que o povo acreditasse, desde que respeitasse as leis e estivesse disposto a reverenciar o imperador como a um deus – e um deus especialmente importante. Inclusive tinham um templo em Roma, o Panteão (que significa “todos os deuses”), onde guardavam as imagens dos vários deuses do Império.

Mas os cristãos eram singulares: pregavam que todos os outros deuses eram falsos, meros ídolos, e que o imperador não passava de um nobre como os demais, até, em muitas ocasiões, notavelmente pior que os outros. Afirmavam que o Messias, Cristo, logo voltaria e que desta vez seu retorno significaria o fim do mundo conhecido, onde mandavam os romanos. Assim os poderosos – como imperadores e outros – seriam castigados e, por sua vez, os fiéis à Verdade de Jesus seriam premiados e viveriam a partir de então livres, em situação de igualdade e felizes. Naturalmente, essas doutrinas foram consideradas perigosas e subversivas pelas autoridades romanas, que perseguiram os cristãos, os encarceraram e até os assassinaram.

No entanto, a religião cristã continuava ampliando sua influência em todo o Império, cada vez mais ameaçado por inimigos externos e internos. A seu favor estava o fato de pregar uma mensagem que servia para todos os seres humanos, qualquer que fosse sua procedência e sua classe social: e o que mais havia em Roma era justamente gente excluída, vinda de todos os cantos do mundo, que buscava algum laço moral em comum com os outros cidadãos com os quais devia conviver. A mensagem cosmopolita de Paulo de Tarso e a esperança de salvação eterna prometida por Jesus eram o mais adequado para consolá-los... e uni-los.

Finalmente, os antigos deuses pagãos – Júpiter, Vênus, Marte e o restante da família –, regionais e de costumes bastante escandalosos, foram aposentados. Com o imperador Constantino, o cristianismo se transformou na religião oficial do Império Romano. Os primeiros cristãos mal tinham hierarquias e cargos entre si porque esperavam de um momento a outro a chegada libertadora do Messias e que, com seu regresso, o mundo tal como o conhecemos acabaria. Mas não foi o Messias quem chegou, e sim a Igreja, com uma hierarquia de clérigos que imitava a administração imperial. O bispo de Roma – depois chamado de “Papa” – se transformou no cabeça dessa Igreja, ou seja, em uma espécie de imperador eclesiástico, e tudo se encheu de bispos, presbíteros, párocos e sabe-se lá mais o quê. Também se encheu de teólogos, quer dizer, especialistas em discorrer sobre o novo Deus único, sua relação com os homens, seus dogmas morais e questões não menos profundas. Esses primeiros teólogos usavam conceitos e modos de argumentação dos filósofos gregos, porém mais ou menos adaptados às doutrinas de Paulo de Tarso e de outros patronos da Igreja. Assim começou a era cristã, formada por uma combinação de promessas messiânicas de Jesus Cristo e Paulo com ideias da filosofia grega e normas jurídicas aprendidas com o Império Romano.

*

Chegaram os invasores bárbaros, e o grande Império, que parecia invencível e eterno, se despedaçou. No entanto, outro império, o da Igreja, continuou ao longo dos séculos. Desapareceram as escolas de filosofia, e o número de pessoas capazes de ler e escrever diminuiu notavelmente. O manejo da espada e da lança se tornou muito mais importante do que o conhecimento dos diálogos de Platão. As guerras eram contínuas e os árabes irromperam belicosamente na Europa, no leste pela Constantinopla e no oeste pela Espanha. Como contrapartida, os príncipes cristãos – incentivados pelo Papa – empreenderam as

Cruzadas, para conquistar Jerusalém e o restante da chamada Terra Santa. Houve grandes epidemias de peste, que acabaram com centenas de milhares de pessoas, e a fome se transformou em uma ameaça permanente para os camponeses e, de modo geral, para a maioria dos europeus de classes mais humildes.

E a cultura? A ciência, a filosofia? Refugiaram-se nos conventos das várias ordens religiosas. Os monges passavam a vida estudando: não apenas aprendiam a ler e a escrever (sem terem de se ocupar de espadas e lanças, os monastérios costumavam ser respeitados em todas as disputas por seu privilégio sagrado), como também se dedicavam a meditar sobre as várias obras da antiguidade que não haviam sido destruídas pelas invasões bárbaras. Em muitos casos, os monges copiavam os antigos manuscritos dos autores clássicos para que não se perdessem com o tempo (lembre que a imprensa ainda demoraria a aparecer) e, mesmo quando não eram capazes de entendê-los, os conservavam para que as futuras gerações pudessem fazê-lo. Assim também foram fundadas as primeiras universidades – a de Bolonha, na Itália; a Sorbonne, em Paris; a de Salamanca, na Espanha... –, nas quais quase todos os professores e alunos eram clérigos. Enquanto os nobres se dedicavam à guerra e os demais a cultivar as terras ou ao comércio, todos aqueles que se ocupavam do conhecimento pertenciam em alguma medida ao mundo religioso.

*

Desde seus primórdios, a filosofia foi uma iniciativa fundamentalmente racional. Tentou responder às grandes perguntas – “de que é feito o mundo?”, “como devemos viver?”, “qual é a melhor organização social?” *etc.* – com a ajuda de nossa capacidade de raciocinar, ou seja, de tirar conclusões lógicas a partir da observação da realidade e do diálogo com nossos semelhantes. O que se entendia como verdadeiro era consequência do que era possível provar e defender através de argumentos. Mas, na época cristã e medieval, os filósofos tiveram de enfrentar um novo problema, muito importante para eles: seria a fé compatível com a razão?

Em princípio, não parece fácil nem evidente. A fé consiste em crer no que afirmam os textos sagrados, mesmo que contradigam a experiência racional. Por exemplo, crer que os mortos possam ressuscitar ou que alguns homens muito especiais possam andar sobre as águas sem afundar porque assim informam os Evangelhos, apesar de nunca termos visto semelhantes maravilhas. Naturalmente, também os filósofos gregos conheciam mitos e lendas que narravam prodígios parecidos, mas os consideravam relatos sugestivos que não se precisava levar ao pé da letra. Por sua vez, os cristãos deveriam considerar os seus mitos literalmente verdadeiros, tão verdadeiros como dizer que após o dia vem a noite ou que dois e dois são quatro. Os pensadores cristãos tinham fé, mas não queriam desistir da razão: de modo que o problema deles era tentar explicar como uma poderia se conciliar à outra.

*

O primeiro grande filósofo produzido pelo cristianismo e, sem dúvida, um dos mais influentes tanto na história da Igreja como da filosofia foi Aurélio Agostinho – que ficaria conhecido como Santo Agostinho –, nascido em uma província romana do norte da África (a atual Tunísia) e que, depois de estudar em Milão, chegou a ser bispo de Hipona. Seu pai era um nobre pagão, e sua mãe, Mônica, cristã. Durante toda a adolescência e o início da juventude Agostinho se debateu entre essas duas influências antagônicas. Foi um jovem extremamente inteligente e desde muito cedo interessado por questões intelectuais, embora também muito apaixonado e sensual. O amor das mulheres o ocupou prazerosamente a partir de pouco mais que seus quinze anos e marcou a primeira fase de sua vida. No entanto, aos trinta abandonou a paixão sexual, se desenganou dos estudos clássicos e de seus primeiros mestres, entre eles Cícero, e

se dedicou plenamente à defesa e à erudição da fé cristã.

Conhecemos todos esses detalhes de sua vida porque ele mesmo nos contou em suas *Confissões*, talvez a primeira biografia moral e intelectual escrita no Ocidente, uma das melhores. No livro ele aborda o tema do tempo, central na vida humana. E resume muito bem nossa perplexidade diante de uma questão que parece tão simples – “há algo que nos seja mais familiar do que o tempo?” – e que, no entanto, é tão difícil de explicar: “O tempo? Se não me perguntam, sei o que é; se me perguntam, não sei o que é”. Para Agostinho, o único tempo real é o presente, porque o passado é o presente que foi e que recordamos, já o futuro é o presente que esperamos ou projetamos.

Em um de seus primeiros livros escritos depois de sua conversão total ao cristianismo, Agostinho afirma: “Desejo conhecer Deus e a alma. Nada mais? Absolutamente nada mais”. Para ele, a única e definitiva Verdade, a que a filosofia procura e a fé encontra, é Deus. Justamente Deus é a resposta às mais profundas e definitivas questões que nos apresentamos na vida. A razão é um instrumento útil para explorar e investigar dentro de nós mesmos, que é onde encontraremos Deus. Como ele disse certa vez: não é necessário olhar para fora. Se entrarmos com absoluta sinceridade e rigor em nossa alma, encontraremos, finalmente, Deus, que nos sustenta e serve de fundamento. Deus quer que sejamos, e só somos porque Deus quer.

Em defesa do que considerava a verdade da doutrina cristã, Agostinho manteve polêmicas ferozes com diversas heresias surgidas no seio da fé (hoje as chamamos de “heresias” porque a Igreja decidiu depois dar razão a Agostinho; caso contrário, é claro, o herege seria ele...). Uma dessas heresias era o maniqueísmo, que se inspirava em antigas crenças orientais segundo as quais há um deus do mal assim como um deus do bem. Os maniqueístas cristãos não chegavam a tanto, mas sustentavam que o mal era um princípio sólido e ativo, contra o qual Deus tinha de batalhar incessantemente. Na opinião de Agostinho, esse dualismo menosprezava a onipotência divina: a grandeza de Deus não admite verdadeiros adversários. De maneira que tudo o que existe é bom, porque foi criado pelo Bem Supremo; quando as coisas são como devem ser, plenamente reais, são boas: mas quando começam a se corromper, ou seja, a perder realidade, vão se tornando, a nosso juízo, “más”. Uma faca “má” é uma faca que não corta, ou seja, não é uma faca verdadeira; um alimento “mau” é um alimento que não nutre, mas nos envenena, ou seja, um falso alimento *etc.* O mal em si mesmo não existe, só é a perda de realidade do que por definição está bem.

Em síntese, o verdadeiro mal é o pecado, ou seja, a vontade humana distorcida e culpada de desafiar Deus, desobedecendo-o. A respeito dos humanos, Agostinho era francamente pessimista: a partir do pecado original de Adão e Eva, os primeiros delinquentes morais cuja falta marcou seus filhos e os filhos e netos de seus filhos, toda a humanidade não é nada além de uma única “massa de condenados”, que só se salvará do castigo eterno pela redenção de Cristo e pelas intervenções generosas da graça divina. Se fosse por nossos méritos... todos de cabeça ao inferno! Agostinho nunca explicou por que Deus continuou criando gerações e gerações de humanos para enviá-los a torrar no inferno, mas já se sabe que Deus é bastante misterioso em suas vontades...

Por causa dessas ideias tenebrosas, Agostinho polemizou com os pelagianos, seguidores do mestre Pelágio, que acenavam com a possibilidade de os homens se salvarem por seu esforço moral e realizando boas obras. Essa doutrina não apenas concedia muita força e autonomia aos humanos – na avaliação de Agostinho –, mas também tornava desnecessária a permanente intervenção da Igreja e de seus clérigos como intermediários entre a miséria humana e a glória divina. Assim, segundo Agostinho, o homem, faça o que fizer e seja bom ou ruim, está condenado a castigos eternos por culpa de Adão e Eva... a não ser que Deus decida salvá-lo concedendo-lhe sua graça, ou seja, a dádiva pessoal da salvação. É justo reconhecer

que, nos séculos posteriores, a Igreja foi suavizando essa doutrina pouco estimulante, e o papa João Paulo II chegou a dizer: “Esperamos que o inferno esteja vazio”, coisa que teria provocado desgosto ao atormentado Agostinho...

Ao lado de *Confissões*, a obra mais famosa de Agostinho é *A cidade de Deus*. Esse livro sustenta que existem duas cidades, a da terra ou dos homens e a de Deus. Na primeira prevalece o desejo de prazer e domínio dos humanos. Embora seja em aparência maravilhosa e regida por leis que imitam a justiça, está condenada, pois lhe falta Deus. É evidente que Agostinho se referia ao Império Romano, cujos grandes homens admirava, mas a contragosto: não lhes negava grandeza, mas afirmava que essas supostas virtudes que tinham não eram nada além de “vícios magníficos”. Mas, acima de tudo, estava a cidade de Deus, o local daqueles que renunciavam à sua vontade pecaminosa para obedecê-lo, recebem o dom de sua graça – que está acima de qualquer lei humana – e desfrutam, portanto, eternamente do triunfo de sua beatitude e glória.

*

Aurélius Agostinho foi influenciado principalmente pela filosofia de Platão (adaptada à sua versão cristã, logicamente), e também foi Platão o principal mentor de Severino Boécio, autor de uma das obras mais belas e célebres do pensamento posterior à queda do Império Romano: *A consolação da filosofia*. Boécio não era sacerdote nem bispo, mas político. Foi o ministro mais importante de Teodorico, rei dos godos que ocupou em Roma o lugar dos antigos imperadores. Por circunstâncias não inteiramente claras (em política raramente as coisas são claras), Boécio perdeu a simpatia de Teodorico, que o destituiu, encerrou-o em uma prisão e finalmente mandou executá-lo. No cárcere, esperando a pena de morte, escreveu a obra aqui mencionada, em que mistura indagações filosóficas em prosa com composições poéticas em verso.

Para Boécio, os únicos filósofos dignos desse nome eram Sócrates, Platão e Aristóteles. Todos os que vieram depois podiam ser esquecidos. Os males deste mundo, evidentemente imperfeito, demonstram que deve existir um modelo perfeito – algo como a ideia platônica – ao qual devemos aspirar. Esse ideal perfeito do ser é exatamente o que chamamos de Deus. Quem compreende tal modelo por meio da filosofia é feliz – mesmo que esteja em uma masmorra – e também, de certo modo, se transforma em deus por participar da divindade suprema. Não há força maior do que a dos homens virtuosos, enquanto os malvados, que seguem um ideal equivocado, são sempre débeis, embora às vezes isso não fique evidente para quem não reflete direito. O verdadeiro sábio não detesta nem os inimigos que mais o prejudicam, porque sabe que agem por ignorância: “Os sábios não têm espaço para o ódio”. É um pensamento nobre para quem está esperando uma morte injusta... quiçá para qualquer um de nós, de um ou outro modo.

*

O conflito filosófico entre fé e razão não existia apenas entre os cristãos: também surgiam dúvidas semelhantes nas duas outras religiões monoteístas, a judaica e a muçulmana. Na Península Ibérica, as três religiões conviviam, de modo às vezes pacífico e às vezes conflituoso. Na cidade de Córdoba (um lugar propício para servir de berço aos filósofos: recordemos Sêneca) nasceram os maiores pensadores muçulmano e judeu da época: Averróis e Maimônides. Embora suas ideias filosóficas fossem diferentes, ambos tiveram pontos comuns em suas biografias. Para começar, os dois se espantaram com a intolerância dos fanáticos, foram perseguidos e acabaram exilados longe de sua terra natal: o muçulmano Averróis foi acusado de heresia pelos próprios compatriotas, por promover a sabedoria grega;

o judeu Maimônides foi expulso de Córdoba devido a uma intransigência obtusa – todas as inquisições e o fanatismo o são – dos almoades.

Averróis e Maimônides coincidiam também em sua convicção de que razão e fé não jogam em campos opostos. Para Averróis a razão era encarnada por Aristóteles, e ele tinha certeza de que as obras do grande mestre grego, se bem compreendidas, não poderiam ir contra os ensinamentos do Corão, porque tanto o sábio como o livro foram igualmente inspirados por Alá, que tudo conhece. Também Maimônides, em sua obra belamente intitulada *Guia dos perplexos*, procura demonstrar a compatibilidade entre a Bíblia e a filosofia clássica. Embora, sem dúvida, tivessem discutido por muitas coisas, se a cronologia lhes tivesse permitido se conhecer, naturalmente em uma coisa importante estariam de acordo Averróis, o muçulmano, e Maimônides, o judeu: não pode existir contradição profunda, para além das aparências, entre o que vale a pena pensar e no que vale a pena acreditar.

Quanto ao resto, discordavam em questões essenciais. O aristotélico Averróis dizia que o ser, quer dizer, o conjunto definitivo e dinâmico de tudo o que há, necessariamente existe e, portanto, não pode não existir: ou seja, que o Universo é eterno, e Alá, que o criou e o mantém desde sempre, é o responsável por uma ordem em que tudo acontece de maneira determinada por causas inexoráveis. Nós, humanos, agimos cotidianamente com certo grau de liberdade de escolha, mas, no final das contas, nossas opções também devem se submeter às determinações do resto de tudo o que há. Maimônides, por sua vez, acreditava que o Universo seria contingente, quer dizer, que poderia ter existido ou não e que poderia ser deste modo ou de algum outro. Jeová, seu criador, o extraiu do nada por um ato livre, porque está acima de qualquer forma de necessidade. E também os humanos compartilham em sua modesta medida desta liberdade divina, embora isso lhes obrigue a ser responsáveis por tudo o que fazem e não lhes permita esconder suas culpas na necessidade universal.

*

Dos inúmeros e notáveis mestres que ensinaram teologia e filosofia nas primeiras universidades europeias, provavelmente nenhum foi mais importante ou influente do que Tomás de Aquino. Em grande medida, quase todas as opiniões que a Igreja Católica mantém hoje sobre assuntos fundamentais em qualquer campo intelectual provêm de seus ensinamentos. Tomás nasceu em uma família aristocrática, no castelo de Roccasecca, perto de Nápoles, mas renunciou a seus privilégios familiares para ser frade dominicano. Foi professor na Sorbonne, em Paris, e também em outros importantes centros de estudo. Como Averróis e Maimônides (que haviam estudado), sustentou que fé e razão eram compatíveis, embora, à diferença de ambos, tenha estabelecido uma clara hierarquia: a fé, acima; a razão, com sua respeitável autonomia, mais abaixo. Para dizê-lo a sua maneira, a filosofia era nada menos – e no entanto nada mais – que uma “criada da teologia”. Bem, servia para dar recados e fazer as tarefas humildes... ou seja, as racionais.

Com extraordinária força e habilidade dialética, adaptou as principais teorias de Aristóteles – porque ele também era aristotélico, à diferença do platônico Agostinho –, de maneira que elas servissem como justificativa dos princípios do cristianismo. Quando havia uma dificuldade insuperável, é claro, sustentava que era a fé que deveria prevalecer. Mas em geral manteve, em todas as controvérsias entre interpretações divergentes da época, as posturas mais sensatas e razoáveis. Em sua opinião, Deus é e nós, humanos, somos, mas o atributo da existência ou do ser não se aplica a todos por igual: Deus é da maneira necessária e nós da maneira contingente, fundada na vontade divina. Embora a fé seja o instrumento sobrenatural que nos revela Deus, Tomás de Aquino procurou provas racionais da existência do Criador. Ou seja, caminhos que, partindo do que já conhecemos sem precisar da fé, nos convencessem de que existe esse Deus que a fé revela... a quem a tem.

Enunciou cinco provas ou caminhos para se chegar à descoberta racional da existência de Deus: a de que tudo o que se move deva ser movido por outro até chegar a Algo que se mova por si mesmo; a de que tudo o que tem causa nos remeta de uma a outra causa até Algo que não tem causa; a de que tudo o que possa ou não existir receba sua existência de Algo mais necessário e finalmente de Algo que já é necessário em si mesmo e não apenas possível; a de que todas as perfeições relativas que conhecemos – mais ou menos sábio, mais ou menos forte, mais ou menos bom *etc.* – exijam Algo perfeito em grau máximo; e a de que todas as coisas naturais – embora não possuam inteligência – estejam orientadas por sua constituição a um fim que deve ter sido determinado por Algo inteligente que as ordene (na época atual há um renascimento desse argumento na ideia de um Desenho Inteligente dos seres vivos, que alguns opõem à teoria da evolução de Darwin). Tomás de Aquino, é claro, nunca duvidou de que esse Algo era o Deus cristão que ele venerava. Mas, como tomou sua argumentação de filósofos anteriores e não cristãos – como os muçulmanos Avicena e Averróis, ou o judeu Maimônides –, no caso de serem válidas suas provas também serviriam para comprovar a existência da divindade maometana ou judaica, o que poderia causar certa confusão nos crentes mais rigorosos. Ou será que tanto faz um Deus ou outro, contanto que haja um Deus?

Na época medieval, houve vários outros intelectuais notáveis e curiosos, todos muito diferentes, embora compartilhassem uma mesma fé. Por exemplo, Raimundo Lúlio, nascido em Palma de Maiorca, que escreveu muitas obras dos gêneros mais diversos: romance filosófico, poemas, tratados místicos e, sobretudo, alguns estudos sobre lógica de viés extremamente inovador. A principal preocupação teórica de Lúlio foi combater as doutrinas muçulmanas e demonstrar sua falsidade. A seu juízo, a fé não se opunha ao entendimento, mas lhe prestava o necessário voo metafísico para chegar à divindade. Mas sua contribuição mais original pertence à lógica, ou o que ele denominava *Ars Magna*, a grande arte. Para ele, ela consistia na sucessiva combinação de nove diferentes formas de pregar, que, adequadamente articuladas, deviam levar à descoberta de todas as verdades que o intelecto humano era capaz de alcançar sem ajuda sobrenatural. Sua originalidade, que depois seduziu diversos sábios de séculos posteriores, entre os quais Giordano Bruno ou Leibniz, consistiu em supor que a lógica não apenas servia para estabelecer a validade dos raciocínios, mas também para inventar, por meio do jogo de combinações, raciocínios novos, que inaugurassem verdades inéditas.

Sem dúvida, o último grande filósofo da época medieval e também o primeiro da filosofia, digamos, “moderna”, foi Guilherme de Occam, um religioso franciscano que também foi perseguido pelas autoridades religiosas por culpa de suas ideias... ou melhor, por culpa da falta de ideias originais de seus inquisidores. Para frei Guilherme, a origem de todo conhecimento humano é a experiência. Só podemos saber aquilo do que temos evidências básicas fornecidas por nossos sentidos. Aquilo de que não temos experiência sensorial, como Deus ou os dogmas religiosos, não podemos dizer que conhecemos realmente. A fé e a teologia podem nos ditar normas de comportamento, talvez nos mostrem o caminho sobrenatural da salvação, mas não nos tornam mais sábios. Para Occam, a fé segue seu caminho, e a razão o seu, fundado na experiência. Se quisermos ampliar nosso conhecimento, devemos fazê-lo a partir do que comprovamos empiricamente.

Guilherme de Occam foi um decidido defensor da liberdade de pensamento em questões científicas – nas quais não valem dogmas, por mais respeitáveis que sejam; apenas valem as comprovações baseadas em dados empíricos. E também foi defensor da separação entre o poder espiritual da Igreja e os governos civis dos Estados. Quis libertar a Igreja do Estado e também o Estado da Igreja: pode-se dizer que com ele começou realmente um novo mundo filosófico... e político.

Estamos em uma majestosa catedral gótica. Os raios de sol tornam-se furta-cor ao atravessar os vitrais multicoloridos. Ao fundo, soa uma suave música de órgão.

NEMO: – Olha, acho que já sei...

ALBA: – Shhh!...

NEMO: – Ei... qual é? Não posso nem falar?

ALBA: – Fala, mas não grita. Estamos na igreja e tem gente rezando.

NEMO: – Tá bom, tá bom! Enfim, agora você me cortou e não me lembro mais o que ia dizer.

ALBA: – Era alguma coisa que você achava que sabia...

NEMO: – Ah, sim! Olha, quando falaram de Guilherme de Occam eu fiquei achando que o conhecia de algum lugar. E agora já sei: vi em um filme.

ALBA: – Não sabia que já faziam filmes no século treze...

NEMO: – Rá, rá, rá... Como você é engraçada. O filme de que estou falando é muito mais recente, embora já seja meio velhinho. Você viu *O nome da rosa*?

ALBA: – Não, acho que não. Perdi algo bom?

NEMO: – É maravilhoso, juro. Trata de uma série de crimes que acontecem num monastério medieval incrível, o mais legal que já vi. Com umas torres... e tudo cercado de neve. O detetive que investiga os crimes é um monge chamado Guilherme de Baskerville, quem faz é o Sean Connery. Melhor impossível! Ele anda com outro monge, bem novo, chamado Adso. Pegou? Baskerville, como o cachorro dos infernos contra o qual Sherlock Holmes lutou, e Adso, que soa como Watson, seu auxiliar. Mas Guilherme... tenho muita, muita certeza de que se chama Guilherme por causa do Guilherme de Occam.

ALBA: – Não sei se entendi.

NEMO: – É porque não viu o filme. Guilherme de Baskerville descobre tudo baseado em pistas e informações que encontra graças à sua experiência, entende? Olhando, escutando, cheirando... Não confia no que dizem nem aceita soluções sobrenaturais para os assassinatos. Além disso, tem de enfrentar um inquisidor muito safado, um fanático que manda queimar um montão de gente. E uma coisa muito importante: tem muito senso de humor.

ALBA: – Quem, o inquisidor?

NEMO: – Não, mulher, você diz cada coisa! Estou falando do Sean Connery! Quer dizer, Guilherme de Baskerville, ou melhor, Guilherme de Occam.

ALBA: – Você pode ser mais claro?

NEMO: – Tenho certeza de que Guilherme de Occam era um cara com senso de humor. Porque pensava por si mesmo e prestava atenção em tudo o que havia ao redor. Ao contrário dos inquisidores: esses acham que a verdade cai do alto, paf!, ploft!, e queimam quem não se ajusta para que não estrague sua história. Não têm nem uma pitada de humor, juro!

ALBA: – Nisso eu concordo. Uma pessoa tem que se levar muito a sério pra queimar alguém só porque pensa diferente.

NEMO: – Pois existiu muita gente assim na Idade Média.

ALBA: – Ué, e agora! O que me diz de Stálin, Hitler, Franco ou Fidel Castro? Quanto mais brutos, menos aceitam que façam piadas sobre as coisas em que acreditam.

NEMO: – Enquanto isso, Sócrates dialogava com qualquer um e ria de todos, inclusive dele mesmo, lembra? Só se pode conversar livremente com quem não tem certeza de ter a verdade, toda a verdade e só a verdade.

ALBA: – Certo, certo, mas não grita, estamos numa igreja.

NEMO: – Desculpe, é que fico indignado...

ALBA: – Até mais.

NEMO: – E aonde você vai agora?

ALBA: – Vou ver se acho esse filme. *O nome da rosa*, né?

NEMO: – Vou junto. Não me importaria ver outra vez... com você. E depois conversamos.



Capítulo 6

MUITO HUMANOS E FELIZES EM SÊ-LO

Na Idade Média, costumava-se dizer: “O ar das cidades torna os homens livres”. Ou seja, na cidade cada um pode escolher seu trabalho e não é obrigado a viver grudado na terra como os camponeses. Tampouco depende dos caprichos às vezes tirânicos do senhor feudal, que exige um pagamento frequentemente abusivo de quem cultiva seus campos, como preço pela proteção que lhes dá contra incursões de possíveis inimigos. Assim as cidades foram adquirindo cada vez mais importância e, com elas, o Estado, governado por um rei que estava acima dos senhorios e unificava em suas mãos a administração do poder.



Com a ascensão do poder dos Estados, o poder da Igreja sobre os cidadãos foi diminuindo. E, em especial, a cultura (quer dizer, as universidades, a arte e o pensamento) foi ficando cada vez mais nas mãos dos civis. A Igreja, é claro, ainda mantinha grande influência na sociedade, mas já não exercia o controle absoluto. Em muitas ocasiões, os reis e o papa entravam em conflito não era sempre que este último impunha seus critérios. No terreno filosófico, a questão fundamental deixou de ser o conteúdo dos dogmas cristãos e as peculiaridades da natureza sobrenatural de Deus. Surgiram novas preocupações: as leis dos países e sua melhor organização, a paz e a guerra entre as nações, as possibilidades da ciência e da arte... Os autores clássicos gregos e romanos voltaram a ser lidos e mencionados como autoridades intelectuais, acima da autoridade dos padres da Igreja. Desenvolveu-se a pesquisa e o estudo experimental das coisas. Em síntese: a questão central dos estudos passou a ser o homem e suas capacidades humanas, enquanto a teologia ficou relegada a um segundo plano.

Talvez em nenhum outro lugar se expresse esse giro humanista do pensamento com tanta nitidez como no *Discurso sobre a dignidade do homem*, de Giovanni Pico della Mirandola. O autor, um jovem italiano de família aristocrática, morreu aos trinta e um anos. Nesse breve tempo de vida, deu mostras de grande conhecimento em matérias muito díspares, o que lhe proporcionou muita admiração, mas também inimizades (diz-se que morreu envenenado), nas diversas cidades em que morou: Bolonha, Ferrara, Pádua e Florença. É necessário recordar que a Itália da época não era um Estado único, mas um conjunto de cidades-estado governadas por famílias nobres que frequentemente se confrontavam em conflitos armados, mas nas quais floresciam excepcionalmente os conhecimentos e as artes.

A obra *Discurso sobre a dignidade do homem* foi chamada por alguns de “o manifesto do humanismo renascentista”. Nela é contada uma espécie de fábula, ou mito, semelhante à dos antigos gregos: Deus repartiu entre todas as criaturas os diversos bens e habilidades, em uma escala em que cada um ocupa um lugar determinado, desde os anjos nas alturas até os seres mais humildes e inferiores como a ostra (a pobre ostra, que Giovanni Pico realmente pouco estimava). Mas Deus deixou para o final o homem, e quando chegou sua vez já não tinha nenhum bem especial para lhe dar: portanto, o ser humano ficou sem nenhum lugar específico e fixo na escala da criação. Mas essa aparente limitação também tinha suas vantagens, dava ao homem uma dignidade especial. E assim Deus se dirigiu a Adão, o primeiro de nossa estirpe, e lhe disse: “Veja, Adão, não vou lhe conceder nenhuma prerrogativa nem lhe designarei um lugar exclusivo na criação. Os outros seres têm de se ater ao que eu programei para eles, mas você poderá procurar e lavrar seu próprio destino, usando sua liberdade. Será seu próprio escultor e poderá fabricar com seus atos a imagem que preferir, depois de conhecer todas as coisas que existem no mundo. Poderá subir na escala até o ponto mais alto, aproximando-se dos anjos e da divindade, ou se degradar e descer até as bestas inferiores (a ostra, já sabe, tédio frequente!)”. Deste modo lendário, Pico explicava que o homem não é apenas parte da criação divina, mas, de certa forma, seu colaborador, como uma espécie de deus em miniatura. E essa capacidade criadora é a que o coloca acima dos seres restantes, porque, para o bem, e às vezes para o mal, tem a tarefa de inventar a si mesmo.

O intelectual mais influente dessa época foi Desidério Erasmo. Nascido em Roterdã, viajou por toda a Europa e é considerado um mestre do saber em todos os países. Educado como sacerdote, pediu para ser dispensado de seus votos, aposentando o hábito. Era um espírito extremamente independente e nunca quis se submeter a nenhuma disciplina nem se afiliar a nenhum dos partidos religiosos que se enfrentavam violentamente. Na história do pensamento não faltam mártires corajosos que pagaram com a prisão e até com a própria vida a defesa radical de suas teorias. O cauteloso e prudente Erasmo sempre esteve firmemente decidido a não ter seu nome incluído nessa lista heroica. Assim, se virou como pôde para expor suas ideias com exatidão, elegância e muita ironia, mas também dando um jeito para se esquivar dos perigos e evitar que os fanáticos de qualquer bando se aproveitassem de sua frágil figura.

É que Erasmo pensava que nós, humanos, somos, necessariamente, mais ou menos loucos. Não loucos no sentido clínico do termo, para que nos internem em um manicômio (embora haja muitos desses), mas possuídos por obsessões fantásticas e ilusões de toda espécie sem as quais a vida se tornaria impossível. Em síntese: nos alimentamos de mentiras e embustes sem os quais não poderíamos nem respirar. No amor, na política, na religião e em todos os campos, nos movemos graças a fantasias e exageros que levamos tremendamente a sério. Esse é o argumento da obra mais conhecida de Erasmo, intitulada *Elogio da loucura*, na qual faz com humor malicioso um suposto louvor de nossos delírios mais queridos e frequentes. Erasmo, é claro, sabia muito bem que nem todas essas “loucuras” tinham o mesmo mérito nem apresentavam o mesmo perigo: algumas nos permitem desfrutar com maior afincamento as possibilidades que a existência oferece, mas outras se transformam em motivo de intransigências, hipocrisias, guerras e perseguições.

Apesar de ser um homem religioso, Erasmo criticava a Igreja e, sobretudo, os papas, em sua época muito afeitos ao luxo, à sensualidade e às intrigas políticas: viviam, literalmente, como príncipes, não como sacerdotes e representantes da humildade cristã. Erasmo escreveu contra eles páginas demolidoras, que provavelmente inspiraram os reformistas protestantes. Mas, quando Lutero lançou seu cisma, Erasmo não se decidiu a apoiá-lo abertamente: prudente até parecer às vezes covarde (embora naqueles tempos, como em todos os tempos, não faltassem mostras de brutalidade que justificassem sua atitude), desconfiava da veemência e do fanatismo do monge rebelde, apesar de compreender e em certa medida

compartilhar suas razões. De maneira que manteve uma atitude ambígua, o que o tornou suspeito para todas as facções... mas lhe permitiu chegar à velhice.

Erasmus foi, sem dúvida, mais claro em sua oposição à guerra, a qualquer guerra, a todas as guerras. Em um de seus *Adágios* (ou seja, comentários de provérbios gregos e latinos em que dava mostras de sua erudição ao mesmo tempo em que expunha suas próprias ideias), comenta o provérbio “a guerra é doce para quem não a conhece”. Dizia que só os muito jovens – em cujas cabeças ficavam enfiando discursos guerreiros – podiam acreditar que a guerra é uma ocasião magnífica e heroica (também nosso Quevedo se referiu depois à “juventude robusta e enganada”). Na realidade, o homem não foi feito para enfrentar outros homens; é o único animal nascido exclusivamente para a amizade, que amadurece e se reforça, principalmente graças à ajuda mútua. As armadilhas e crueldades das batalhas são todas infames, embora nos tenhamos habituado a elas e as consideremos “normais”. Quanto aos motivos para declarar guerra ao vizinho, todos pareciam fúteis e falsos, porque quem quer lutar sempre encontrará no passado alguma justificativa para sua agressão. A verdadeira causa das guerras costuma ser sempre a ambição e o desejo de se apoderar pela força de riquezas alheias. Tampouco o convenciam aqueles que pregavam a cruzada contra os turcos sob o pretexto de estes terem uma religião diferente e “perigosa”. Afinal: se os cristãos não praticam a caridade e a mansidão evangélicas, em que seriam melhores do que os muçulmanos? Até chegou a dizer que “se prescindirmos do nome e da insígnia da cruz, seremos turcos lutando contra turcos”. Valentemente – agora sim! –, Erasmo sustentou que os príncipes deveriam recordar que governavam homens livres, e não um simples gado que pode ser conduzido com enganos ao matadouro para servir a seus próprios interesses particulares.

Em uma de suas viagens, Erasmo foi à Inglaterra e se hospedou na casa do amigo Thomas More. O chanceler More era um estudioso dos filósofos clássicos, como Erasmo, mas também um político hábil, conselheiro durante certo tempo do rei Henrique VIII. Em muitos aspectos, assemelhava-se a Erasmo: erudito, irônico, firme em suas convicções religiosas, mas tolerante com as dos demais. E também um espírito livre e independente, que servia a seu país sem no entanto se sentir obrigado a se submeter aos caprichos dos poderosos. Certamente, eles se davam muito bem, conversando e rindo das loucuras inerentes aos humanos. No entanto, em que língua falavam entre si os dois amigos? É claro, em latim, o idioma de todas as pessoas cultas da Europa naquela época, na qual escreveram suas obras mais importantes. A diferença entre ambos era o fato de More ter ocupado cargos políticos, em vez de se manter à margem desses assuntos, como o prudente Erasmo. Por isso, quando o polígamo Henrique VIII ordenou ao parlamento inglês que anulasse seu casamento com Catarina de Aragão e nomeasse herdeiro do trono o filho que tivera com sua segunda esposa, Ana Bolena (a quem depois também eliminaria com uma machadada), Thomas More se recusou a assinar a ata. O rei o encarcerou, condenou-o à morte e acabou ordenando que lhe cortassem a cabeça. Quando aqueles que queriam salvar sua vida lhe sugeriram que dissesse uma palavra de arrependimento ao rei, provavelmente inclinado a perdoá-lo em nome de seus serviços passados, More respondeu com simples firmeza: “Sou o único que carrega a responsabilidade de minha própria alma”.

Thomas More escreveu um livro cuja fama chegou aos dias de hoje: *Utopia*. É um dos poucos casos em que o título de uma obra se transformou em uma forma de pensamento: quem nunca ouviu falar de utopias boas ou más e até tenha qualificado um projeto supostamente impossível de “utópico”? A *Utopia* de More é uma espécie de romance que conta a chegada de um naufrago, Rafael, a uma ilha chamada Utopia (denominação de etimologia grega que significa algo como “em nenhum lugar”, em “nenhum terreno”, o que indica a intenção satírica do autor). Esse mínimo argumento serve para nos contar como são as instituições e a

forma de vida que imperam nesse lugar fabuloso.

Em *Utopia* não existe propriedade privada nem dinheiro (o ouro e a prata são considerados metais vis, que servem para fabricar os instrumentos domésticos menos valiosos). Todos os cidadãos cultivam o campo por turnos e ninguém pode permanecer ocioso, a não ser que queira se submeter a um rigoroso castigo. Trabalha-se seis horas por dia, o tempo restante é dedicado ao ócio e ao estudo. Lá só são cultivadas as ciências que servem a fins práticos, não as especulações lógicas ou metafísicas. A religião dos utópicos se baseia na imortalidade da alma e, portanto, nos castigos e favores externos que lhe cabem depois da morte (ou seja, os aspectos práticos das crenças que auxiliam na manutenção da ordem), mas, se esses dogmas são aceitos, não é necessário mais pertencer a nenhuma igreja específica e o cristianismo coexiste sem hostilidade com qualquer outra devoção. Só são condenados os fanáticos religiosos que tentam perseguir os fiéis de outras doutrinas, de maneira que o único pecado socialmente imperdoável é a intolerância. O guia racional da conduta humana é o prazer, e no prazer se baseia a solidariedade social, porque o prazer de todos é parte do prazer de cada um dos membros da comunidade.

A verdade é que a vida em *Utopia*, se levarmos a sério essa sátira, não parece muito atraente: tudo é excessivamente rígido e formal, nada pode ser discutido, e as novidades são descartadas por decreto (as leis vigentes foram estabelecidas pelo mítico rei Utopos, que as promulgou de maneira inapelável e inalterável... há oitocentos anos!). No entanto, a verdade é que Thomas More não tentava realmente propor um programa de governo nem um modelo de paraíso, mas criticar os usos e abusos frequentes na Inglaterra de sua época. O problema é que muitos dos utópicos que seguiram os esquemas de More (imitando preferencialmente o comunismo elementar da primeira *Utopia*) pretenderam depois, a sério, estabelecer paraísos obrigatórios, nos quais tudo estivesse previsto de antemão e os dissidentes fossem castigados como traidores da comunidade. Dessa maneira, em muitos casos, o sonho idealista de uns poucos se transformou em pesadelo carcerário para todos os outros. Mas, seria injusto jogar a culpa dessas perigosas aberrações no engenhoso e valente chanceler.

Na Espanha, o valenciano Juan Luis Vives se correspondia com os amigos Thomas More e Erasmo. Vives se preocupava com o fato de que a lógica aristotélica, admirável em seus dias, tivesse chegado a se transformar na Idade Média em uma intocável vaca sagrada, impedindo o desenvolvimento da ciência moderna. Defendeu que os verdadeiros discípulos de Aristóteles não eram aqueles que liam suas obras com devoção e as decoravam, impedindo assim novas descobertas, e sim aqueles que seguiam o exemplo vivo de Aristóteles, que foi em sua época um grande observador da natureza, em hipótese nenhuma um decorador de textos antigos. O conhecimento científico avança por meio da investigação experimental dos fatos naturais e não pelo estudo de obras do passado, por mais ilustres que sejam. Também escreveu o tratado *Sobre a alma e a vida*, em que sustenta que o importante não é elucubrar sobre o que seja a alma no abstrato, mas sim estudar empiricamente suas propriedades e a maneira como se manifestam na vida cotidiana.

*

Um dos autores mais interessantes e simpáticos do Renascimento foi Michel de Montaigne, que viveu em um castelo de sua propriedade em Périgord, perto de Bordeaux. Não é comum fazer inovações em algum dos gêneros literários conhecidos, mas é ainda mais raro inventar um gênero novo, um tipo diferente e inédito de obra literária. Pode-se dizer que Montaigne inventou um, e justo o mais praticado hoje em dia: o ensaio. Assim foram chamados pela primeira vez os textos que escreveu, *Os ensaios*, peças breves que não pretendiam estudar científica e ordenadamente um tema, mas refletir com liberdade e espontaneidade sobre ele,

adicionando anedotas, traços de humor, experiências pessoais e divagações que o prolongavam, à procura de novos horizontes. Em tudo o que Montaigne escreveu é muito importante o testemunho de sua própria aventura pessoal (no começo de sua obra, anuncia: “Eu sou a matéria do meu livro”), e tudo o que contava e pensava era transmitido através de sentimentos e sensações que ele próprio tivera. Nunca escrevia só “de ouvir dizer” – apesar de sua grande erudição –; refere-se às coisas na primeira pessoa. Embora seu pai o tenha educado quase até a adolescência em latim, Montaigne é o primeiro dos autores humanistas que escreve em francês, ou seja, na língua comum do povo e não apenas na língua dos universitários ou estudiosos. A obra *Os ensaios* tem uma fluência variável porque a própria vida é assim, mutável e cheia de circunstâncias contraditórias.

O pensamento de Montaigne é marcado pelo ceticismo, ou seja, pela dúvida a respeito de tudo o que podemos saber. Não fala com a segurança dos dogmáticos; manifesta suas hesitações e às vezes sua confusão sobre o que surge no mundo. Para conhecer o que há, só contamos com os dados fornecidos por nossos sentidos e não temos como ter segurança a respeito de se as coisas são como nos parecem ou se seu ser verdadeiro é diferente de como nós o percebemos. Não temos outro remédio além de nos ater ao testemunho mutável e incerto que nos dá a experiência, e por isso faremos bem em ser modestos na ostentação de nossa ciência. Dependemos do mundo e da natureza: diante desse imenso conjunto de acontecimentos, somos pequenos e dispomos de meios limitados de conhecimento. O homem sensato procurará viver da melhor maneira possível, e não apenas saber o máximo possível: afinal de contas, o que importa é desfrutar da maneira mais humana nossa breve passagem pelo mundo.

Para Montaigne, tudo o que ocupa a vida é digno de atenção, desde nossas funções fisiológicas até as enfermidades ou conversas com amigos. E não se deve exagerar a importância do que chamamos de “civilização”, porque também aqueles que chamamos de “selvagens” – como os indígenas da América então recém-descoberta – e inclusive os animais são nossos companheiros no esforço de aproveitar da melhor maneira possível tudo de favorável que a vida oferece. Montaigne não gostava dos sacrifícios nem via méritos no sofrimento. Pelo contrário, dizia, radiante: “Eu não faço nada sem alegria”.

*

Se a *Utopia* de Thomas More serviu para batizar todo um novo gênero de obras, o sobrenome Maquiavel se transformou em adjetivo qualificativo (ou melhor, desqualificador) de certos políticos: chamamos hoje de “maquiavélica” uma pessoa muito esperta, hipócrita e trapaceira que não desiste de nenhum malfeito para conseguir o que deseja. Não é inteiramente justo: Nicolau Maquiavel nasceu em Florença e foi um historiador dedicado a fazer política e também a refletir sobre ela, não uma pessoa inescrupulosa e muito menos um criminoso. Antes de tudo, foi um patriota com o maior dos problemas: sua pátria não existia... ainda. A Itália era um mosaico de cidades e feudos frequentemente rivais, onde os reis da Espanha e da França faziam e desfaziam conforme sua conveniência. Maquiavel queria fazer os italianos se unirem entre si para que se tornassem independentes do domínio dos estrangeiros. Aspirava recuperar a antiga glória que Roma tivera na Europa. Para isso, eram imprescindíveis pelo menos duas coisas: um bom conhecimento histórico do passado – para aprender lições úteis e também para saber de onde vinham as instituições boas ou más do presente – e governantes capazes e enérgicos, que assegurassem a liberdade cívica do país. Foram exatamente seus conselhos a esses futuros governantes – reunidos em sua obra mais célebre, *O Príncipe* – que lhe deram má fama na posteridade...

Segundo Maquiavel, o governante tem, antes de tudo, de ser um bom político (capaz e decidido, conhecedor do terreno e com projetos viáveis etc.), mas não simplesmente o que

chamamos de “uma boa pessoa”. A moral corrente é positiva para as relações cotidianas que os humanos mantêm entre si, mas não serve – pelo menos não basta – para quem tem de dirigir toda uma comunidade, driblar conspirações e revoltas ou enfrentar inimigos externos. O cristianismo pode ser maravilhoso para salvar a alma particular de cada um, mas se transforma em obstáculo quando se trata de salvar todo um país. Não é que Maquiavel aconselhe seu príncipe a dissimular, mentir ou até a eliminar pela força seus adversários políticos: mas deixa claro que, se for necessário recorrer a esses métodos por razões justificadas, não deve ter muitos melindres. Se os cidadãos gostarem de seu príncipe, melhor para todos, mas é mais seguro que o temam. Muitas vezes um príncipe temido, mas eficaz, é bem melhor para garantir a liberdade dos cidadãos do que um muito amado por ser bondoso e abobalhado.

Esse manual de instruções transformou Maquiavel no pai do que depois se chamaria “razão de Estado”, ou seja, a justificação – pelo bem da comunidade e da paz social – de atos menos recomendáveis que os governantes às vezes praticam. Seria injusto, no entanto, responsabilizá-lo por tantos abusos e maldades que depois foram cometidos e ainda se cometem sob o lema da bendita “razão de Estado”. Talvez o descuido de Maquiavel tenha sido o de não prever que muitos políticos confundem seus interesses pessoais ou os de seu partido com o bem comum da sociedade: claro que esses pássaros não são “maquiavélicos”, mas simplesmente sem-vergonhas... A visão de Maquiavel da história e da política é, sem dúvida, mais pagã do que cristã; o que ele chama de “virtude” se assemelha mais ao que os antigos romanos consideravam assim, não ao que pregam os santos padres. Algumas das figuras católicas que mais admirava, como o feroz César Bórgia ou o velhaco Fernando, o Católico, aspiraram reinos mais terrenos do que o dos céus. Além disso, Maquiavel teve uma clara consciência de que organizar a convivência humana é algo muito complexo, submetido a constantes vaivéns conforme as forças em conflito, e em que constantemente tem influência o azar, ou seja, o imprevisível que desbarata os melhores planos. O azar (chamado pelos pagãos de “destino” e que os cristãos quiseram contrapor com a noção de Providência Divina) é o maior e mais constante inimigo que os príncipes devem enfrentar... como o restante dos humanos, se pensarmos bem.

Nessa época começa também a se desenvolver a ciência no sentido moderno da palavra, baseada na observação, na experimentação e depois na aplicação de cálculos matemáticos. Mas as descobertas científicas fizeram cambalear muitas crenças tradicionais, algumas sustentadas por supostos “argumentos” religiosos e outras baseadas em um respeito acrítico ao que diziam Aristóteles e outros sábios da Antiguidade. O grande astrônomo Nicolau Copérnico, por exemplo, estabeleceu que o centro do nosso sistema planetário era o Sol e não a Terra (como se acreditava desde Ptolomeu). Depois outro astrônomo, Johannes Kepler, reforçou a teoria heliocêntrica de Copérnico e descobriu as leis do movimento planetário, a órbita elíptica dos corpos celestes *etc.* Das descobertas de ambos derivaram-se depois os grandes avanços de gênios como Galileu Galilei e Isaac Newton. Já não nos céus, mas na terra, Gilbert teorizou sobre as propriedades do ímã, Harvey descobriu a circulação do sangue, Leeuwenhoek fez a mesma coisa com os espermatozoides e os organismos unicelulares, Robert Boyle fez a química avançar extraordinariamente *etc.* A grande corrida pela revelação dos componentes materiais do mundo havia começado.

Assim como a política foi pensada filosoficamente por Maquiavel, outros se dedicaram a refletir sobre as novas perspectivas cósmicas e materiais abertas pela nova ciência. Às vezes, essas reflexões tinham mais de imaginação poética que de método científico, como no caso de Giordano Bruno, nascido em Nola, na Itália. Eram tempos em que as fronteiras entre a magia e o conhecimento experimental, a observação do real e o voo fantástico que passeia pelo

Universo imenso ainda eram pouco claras. Bruno tinha interesse por todos esses campos e se movimentava com fulgor e certa arbitrariedade através deles. Considerava as crenças religiosas meras superstições, com seus milagres e ressurreições, embora lhes desse algum valor – muito relativo – quanto à orientação moral. Acreditava em um Deus, mas o identificava com a natureza e sentia o entusiasmo vital do homem diante das possibilidades infinitas do Universo, semelhante, portanto, ao próprio Deus em sua aspiração ao ilimitado. Finalmente caiu, traído por um falso protetor, nas mãos da Inquisição, em Roma. Depois de passar um longo período na prisão, onde se negou a renegar suas doutrinas – que apreciava tanto como sua própria vida e pelas quais estava disposto a arriscá-la –, acabou queimado vivo no Campo dei Fiori, onde uma estátua severa e obscura homenageia atualmente o seu martírio.

*

Bruno considerava nocivos para o conhecimento os seguidores acríticos de Aristóteles, que pretendiam conhecer a natureza de antemão e baseando-se apenas nos raciocínios de seu mestre, já remotos naquele tempo. E também foi decididamente antiaristotélico Francis Bacon, um pensador inglês considerado o pai do método científico. Certas pessoas podem ser muito interessantes no terreno da filosofia, mas, no entanto, ter uma moralidade duvidosa (me refiro aos modernos, porque os antigos – como Sócrates ou Sêneca – pensavam de outra maneira). Bacon não se dedicou apenas à reflexão filosófica, mas também à política, chegando a ostentar o cargo de lorde chanceler da Inglaterra, algo como um primeiro-ministro. No entanto, perdeu seu posto por acusações de corrupção, parece que bem fundamentadas, e até passou uma temporada no cárcere: também foi moderno nisso.

Bacon sustentava que a aplicação mecânica da lógica aristotélica e sua tentativa de se antecipar à natureza para determinar como ela funciona, mas sem observá-la realmente funcionando, pode fazer uma pessoa vencer uma disputa verbal, mas não amplia realmente a ciência nem nosso controle dos fatos naturais. A única forma de chegar a dominar a natureza (e é isso que, segundo Bacon, o homem deseja) é observando-a e obedecendo-a. É necessário estudar o que acontece, anotar os resultados e fazer experiências para reforçar as observações realizadas: a partir dessa base, podem ser obtidas interpretações cientificamente corretas. No verdadeiro conhecimento, não valem a magia nem a invocação a sábios do passado, mas a experiência e a paciente constatação do que acontece no mundo. À sua maneira, o senhor Francis Bacon também foi mártir de suas ideias, porque morreu em decorrência de um resfriado contraído enquanto fazia testes recheando com neve algumas aves mortas, para verificar se assim se adia sua putrefação.

Bacon denunciou que a maioria dos seres humanos permanece na ignorância porque venera determinados ídolos, ou seja, falsas opiniões geralmente aceitas. Há ídolos de tribo, compartilhados por todos os humanos e outros específicos, concernentes a certos indivíduos e certas culturas. Entre eles, Bacon destaca a própria linguagem, porque é repleta de palavras e expressões como “fortuna”, “primeiro motor”^[2], “elementos do fogo” e outras semelhantes, que são resíduos de falsas teorias, mas que não se discutem. Outras palavras, como “úmido”, referem-se a coisas verdadeiras, mas imprecisas e ambíguas, que podem ser entendidas em muitos sentidos contraditórios. Outros ídolos, que Bacon chama “do teatro”, provêm das convenções sociais e de doutrinas antigas, que é mal visto contradizer. Se quisermos assegurar nossa ciência, precisaremos nos livrar de todos os ídolos sociais e pessoais para nos dedicarmos plenamente ao estudo sem preconceitos em relação à natureza. Embora na obra de Bacon essas ideias estejam apenas esboçadas e ele próprio ainda não estivesse livre de muitos preconceitos, já podemos perceber em seus textos a voz da ciência moderna: e também a determinação de colocar o conhecimento a serviço dos objetivos e das ambições dos homens, renunciando à mera contemplação desinteressada do Universo.

*

A cena acontece na praça romana do Campo dei Fiori. Há barracas de feira, tudo muito animado. Ao fundo, erguida em seu pedestal, vê-se a estátua altiva de Giordano Bruno.

ALBA: - Estou achando que essa coisa de filosofia sempre foi um esporte de alto risco.

NEMO: - Está dizendo isso por causa do Giordano Bruno, né?

ALBA: - Por causa de Sócrates, Thomas More... e sei lá mais quantos. Quem não era morto era preso ou exilado. Que prêmio por ter se metido a pensar!

NEMO: - Ai, essa coisa de ser queimado vivo deve ser horrível! Eu rapidinho teria me arrependido, pedido perdão, o que fosse para escapar da fogueira. Que horror!

ALBA: - Grande herói, você...

NEMO: - Por quê? Sou da escola de Erasmo. Se alguém pensa direito e diz o que tem de dizer, é mais útil ficar vivo do que ser mártir. Tomar cuidado nunca fez mal a ninguém...

ALBA: - E quando não é possível... ou decente esconder o que alguém pensa?

NEMO: - Ai, lindinha, me deixa! Viva Erasmo e viva viver como Erasmo: esse é meu novo lema. Mas... por que perseguir tanto quem pensa como ele?

ALBA: - Imagino que seja porque têm medo disso.

NEMO: - Medo? Que eu saiba, nem Sócrates nem Giordano Bruno nunca tentaram matar quem pensava diferente deles.

ALBA: - Não falo desse tipo de medo. O que acontece é que há pessoas que se assustam quando se veem obrigadas a duvidar daquilo em que antes acreditavam para começar a pensar por conta própria.

NEMO: - Então que continuem acreditando no que lhes der na telha, sem se meter com os outros.

ALBA: - Não é tão fácil. Essas pessoas precisam que todos pensem como elas para se sentirem seguras. Quando alguém discorda e sabe defender outro ponto de vista... bem, daí eles se perguntam: "Se ele pensa assim, por que eu acredito no que acredito?". E isso deixa essas pessoas muito nervosas... e agressivas.

NEMO: - Mas não tem outro jeito de aparecerem novas ideias no mundo... É a única forma de avançar, né?

NEMO: - Bem, menos mal que agora já não queimemos ninguém por suas ideias, mesmo que sejam diferentes das ideias da maioria.

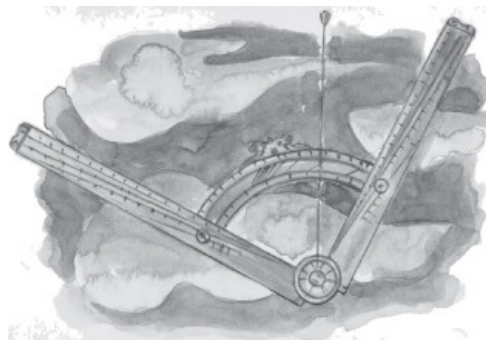
ALBA: - Sei lá... Acha mesmo? Há muitas formas de silenciar aqueles que pensam contra a corrente...



Capítulo 7

A ALMA E AS MÁQUINAS

No terreno do conhecimento, quase sempre se avança aos poucos. A descoberta importante é feita por muitos, embora sempre deva existir alguém que se dê conta, finalmente, de que algo que antes era desconhecido está se esclarecendo pela primeira vez. A ciência moderna chegou pelas mãos de quem inventava coisas e de quem formulava teorias, mas o passo decisivo se deveu a alguém que, ao mesmo tempo, inventava e teorizava: Galileu Galilei. Esse grande sábio se dedicou não apenas a descobrir novos conhecimentos científicos, mas também a explicar como se deve investigar para chegar a tais conhecimentos.



Galileu sustentou que os achados científicos nunca podem ser feitos no mundo de papel dos livros, mesmo que tenham sido escritos por Aristóteles ou sejam as próprias Sagradas Escrituras. É preciso aprender a ler em outro grande livro, o da Natureza, que não é formado por folhas de papel, mas por árvores, seres em movimento, mares e estrelas. Deus escreveu a Bíblia com sermões e metáforas feitas de palavras, mas também escreveu outro grande livro, o Livro do Universo. E para conhecer esse outro livro é preciso aprender a ler de novo, por meio da experiência e da observação dos acontecimentos naturais. Para essa nova leitura, precisamos de instrumentos como o telescópio, que Galileu não inventou, mas melhorou substancialmente, e que nos permite “ler” nos céus mais remotos. Graças a esse aparelho, Galileu descobriu os três satélites do planeta Júpiter e também se convenceu de que Copérnico tinha razão: é a Terra que gira em torno do Sol, como os demais planetas, e não o Sol que se move. Sua descoberta provocou – como já vimos que era comum acontecer – a indignação eclesiástica. Galileu teve de encarar um processo perante o Santo Ofício inquisitorial e, para não acabar como Giordano Bruno, não lhe restou outro remédio a não ser renegar publicamente suas bem provadas teorias. Reza a lenda que, uma vez terminado o julgamento, deu um tapa no chão e foi ouvido murmurando: “E, no entanto, a Terra se move!”.

Galileu sustentava que o grande Livro do Universo está escrito por Deus com tudo o que existe, se move e age na realidade, mas, depois da experiência que observa, a chave para compreender esse livro está na matemática: cifras, relações e figuras geométricas. A matemática é a fórmula para deixar claro o que nos revela a experiência, e da combinação de ambas nasce a ciência moderna, que tantos avanços importantes trouxe ao nosso mundo.

A matemática também foi o principal objeto de estudo de quem é considerado o primeiro filósofo propriamente moderno: o francês René Descartes. Estudou com os jesuítas e, embora não tenha ficado satisfeito com a formação escolástica que recebeu, sempre manteve relações amáveis com eles, em especial com o padre Mersenne, seu confidente por meio de uma abundante correspondência. Naquela época, alistar-se no exército podia ser uma boa forma de viajar e ver o mundo: Descartes a utilizou e isso lhe permitiu conhecer grande parte da Europa, enquanto estudava matemática e física. Instalou-se por fim na Holanda, em busca da tolerância e da liberdade de pesquisa. Escreveu tratados sobre geometria, mas também sobre a luz, o corpo e os meteoros. Quando ele já gozava de certa fama, a rainha Cristina da Suécia – muito interessada pela cultura e as ciências – o convidou a se mudar para Estocolmo para lhe dar aulas particulares. O problema é que a única hora que a soberana tinha livre era as cinco da manhã, que não é um bom momento para filosofar, e sim para estar bem cobertinho na cama... sobretudo na Suécia, com o frio que faz. Além disso, Descartes nunca havia tido boa saúde, de maneira que em uma daquelas madrugadas pegou uma pneumonia e morreu. Aos filósofos, nunca foi muito proveitoso empenhar-se em satisfazer os príncipes.

A maior preocupação intelectual de Descartes foi buscar a certeza no conhecimento. Como podemos chegar a uma certeza em todos os saberes semelhante à que temos em matemática? Mas sua originalidade foi concentrar-se em elementos biográficos para indicar o caminho – em grego, “método” – a seguir: antes de ditar normas para todos, narrou, em primeira pessoa, sua própria aventura intelectual. Descartes conta que certa noite estava sentado ao lado da estufa, em seu acampamento militar, e de repente começou a duvidar de tudo o que havia aprendido até aquela data. E se tudo o que sabia fosse errado? Podia ter certeza de alguma coisa? “Os sentidos – meditou – me indicam agora que estou ao lado da estufa, em meu acampamento, cercado de árvores e sob as estrelas. Mas os sentidos às vezes me enganam (por exemplo, uma bengala enfiada na água parece à primeira vista que deixou de ser reta etc.) e quando estou adormecido vejo coisas que me parecem muito reais, mas só existem na minha imaginação. E se tudo fosse um sonho, tanto a estufa como as árvores, as estrelas... e inclusive meu próprio corpo?”.

“No entanto, as verdades da matemática parecem garantidíssimas: dois e dois são quatro, esteja você adormecido ou acordado. Mas... de onde vem essa certeza? E se, por exemplo, sou vítima de um demônio brincalhão, que me leva a acreditar na aritmética ou na geometria porque acha divertido me enganar? Essa suposição é bastante estranha, mas tampouco posso ter certeza de que tudo não seja estranhíssimo...”. Descartes estava confuso. De repente decidiu que, embora fosse só por um tempo, ia parar de acreditar em tudo aquilo que lhe parecia duvidoso: o mundo e as coisas que o cercam, seu corpo, a própria matemática... “Está aí, demônio brincalhão? Pois saiba que não vai ficar comigo! Bem, agora não acredito mais em nada de nada – pensou Descartes –, de maneira que não há nada certo, tudo é duvidoso... Tudo?”

Mas não, há pelo menos alguma coisa garantida, garantidíssima; e Descartes começou a sorrir, aliviado, ao se dar conta disso. A garantia é a própria dúvida: “Caramba, garanto que estou duvidando de tudo! E, se duvido, é porque estou pensando. E, se penso, isso prova que existo: sou uma coisa que pensa e duvida... mas garanto que sou”. Por fim Descartes havia encontrado algo claro e evidente, a partir do que poderia voltar a acreditar na realidade. Porque, se a evidência de que existia lhe era irrefutavelmente clara por mais que duvidasse de todo o resto, esse critério de clareza e evidência poderia lhe servir para identificar outras verdades igualmente certas como a da sua existência. Por exemplo, estava cheio de ideias que lhe vinham de seus sentidos, do mundo, das coisas, talvez de seus sonhos... de tudo o que era duvidoso. Mas tinha a ideia da perfeição absoluta, e essa ideia não poderia ter sido sugerida por nada deste mundo, onde tudo é imperfeito: de maneira que a ideia de perfeição torna evidente e clara a existência de um ser absolutamente perfeito a que chamamos de Deus. “Se

Deus existe, como é evidente, e é perfeito, tem de ser bom, porque a maldade (por exemplo, a vontade de enganar o próximo por zombaria) são imperfeições. Assim, Deus não permitirá que nenhum demônio antipático zombe de mim: posso confiar na matemática, em meus sentidos e na capacidade de minha razão. Adiante, pois; podemos aos poucos voltar à ciência e ao conhecimento”.

Uma vez estabelecidas as primeiras regras para se ter segurança no conhecimento, em sua obra mais célebre, *Discurso do método* (presente desde então na lista dos dez maiores *best-sellers* da história da filosofia), Descartes se dedicou a meditar sobre todos os temas imagináveis da metafísica, da física e até da psicologia (por exemplo, as paixões). Estabeleceu uma separação radical entre o mundo material (todos os corpos) – cuja característica principal é a extensão – e a alma, uma exclusividade humana caracterizada pelo pensamento inteligente. Os corpos materiais, vale repetir, se movem e trabalham somente de acordo com as leis mecânicas: Deus os acionou com um golpe inicial no começo dos tempos e eles continuam, sempre e para sempre, por inércia. As almas humanas, por sua vez, podem decidir a partir de sua livre vontade. Para Descartes, a consciência (quer dizer, a capacidade de experimentar sensações, dor, prazer etc.) é uma exclusividade da alma. Os animais, por não terem alma e serem simplesmente corpos, funcionam como puras máquinas: parece que sofrem dores ou têm satisfações, mas, na realidade, são tão incapazes de sentir algo como uma máquina de lavar ou um micro-ondas. O corpo humano também é uma máquina: a alma está unida a ele através da glândula pineal (situada na base do cérebro) e por isso experimenta o que acontece no corpo. Enfim, nessas questões as conclusões de Descartes são mais duvidosas do que claras e evidentes... apesar de seu método.

*

O pensamento de Descartes provocou impacto em toda a Europa culta de sua época: teve partidários entusiastas, seguidores críticos e adversários decididos, que, no entanto, também haviam sido influenciados por suas teorias. O mais destacado desses últimos foi o inglês Thomas Hobbes. Ele foi criticado muitas vezes por sua visão extremamente pessimista da natureza humana, concentrada em seu aforismo repetido até o cansaço: “O homem é o lobo do homem”. De fato, Hobbes leva na brincadeira a ideia aristotélica de que o homem é um animal sociável. Sim, sim, sociável... vá nessa! Segundo ele, os homens são egoístas, depredadores e fanfarrões: quando se reúnem com seus semelhantes só querem ridicularizá-los e se aproveitar deles. Se de vez em quando aparece uma sociedade bem organizada, na qual as pessoas podem conviver sem usar a violência contra o próximo, não é porque os homens tenham um instinto que os torna sociáveis, pelo contrário: é porque um poder inexorável e absoluto se impõe contra as tendências da natureza humana e consegue domesticá-la.

É possível entender melhor essa opinião negativa sobre o homem de Hobbes quando se recorda que o pensador viveu em uma época de grandes conflitos e guerra civil em seu país, que o obrigou a se exilar temporariamente na França (onde se relacionou, decerto, com Descartes). Viver uma guerra civil não exatamente fomenta o otimismo e a confiança na bondade humana: como espanhol, conheço um pouco esse assunto... Por outro lado, Hobbes era um materialista convicto. Concorde com Descartes quando esse diz que cada um de nós é uma coisa pensante, mas essa “coisa” não tem nada a ver com uma alma ou um espírito; resume-se, simplesmente, a um corpo. Nossos pensamentos provêm das imagens que os objetos do mundo e seus movimentos projetam sobre nossos sentidos corporais. Não há realidade fora dos corpos e toda a dinâmica do real deve-se a movimentos corporais. O que não é corpóreo não existe: Hobbes chegou a sustentar que Deus também tem de ter algum tipo de corpo material, pois aqueles que o imaginam como algo meramente espiritual e incorpóreo estão, sem se dar conta, negando sua existência.

Mas, como filósofo, o que mais interessa a Hobbes não são as questões contemplativas e metafísicas, mas as mais decisivamente práticas: ou seja, a organização da convivência social e a justificativa das instituições governamentais. Depois de Nicolau Maquiavel, é o segundo grande pensador político da era moderna. Para Hobbes, o sistema político desejável poderia ser deduzido quase geometricamente de dois princípios ou axiomas fundamentais, que definem a condição humana: primeiro, cada indivíduo humano tem uma avidez natural por usufruir sozinho de todos os bens sem compartilhá-los com ninguém; segundo, os indivíduos humanos são dotados de razão, a qual lhes indica que devem evitar por todos os meios a morte, o maior dos males. De acordo com o primeiro desses princípios, nós, humanos, tendemos a ser sociáveis e a nos aproveitar do próximo; e, de acordo com o segundo, compreendemos que esse comportamento pode ser muito perigoso, portanto devemos evitar que se generalize a violência contra todos.

Em uma época remota, chamada “estado de natureza” (que provavelmente jamais existiu, mas funciona como um mito para interpretar o presente), os humanos viviam em perpétuo combate uns contra os outros para se apossar dos bens deste mundo. Os mais fortes ficavam com a maior parte, e os débeis tinham de se resignar. Mas todos estavam em perigo, porque até o mais forte dorme de vez em quando e em seu descanso pode ser assassinado por fracotes astutos e traiçoeiros. A vida humana era para todos, em termos gerais, desagradavelmente incômoda, pobre, brutal... e breve. Por isso, todos os humanos fizeram um pacto entre si, do qual nasceu o Estado. Cada um se comprometia a desistir de usar a violência contra os demais, desde que os outros fizessem o mesmo. Aceitava-se um soberano acima de todos, com poder absoluto, que garantisse os direitos à vida e à propriedade de cada um. Os cidadãos se comprometiam a obedecer, sem reclamar, às leis do soberano, desde que esse garantisse sua vida e não os obrigasse a arriscá-la indevidamente ou a viver em perigo, como no detestável estado de natureza. Não haveria direito de se rebelar nem por motivos religiosos nem por ânsias rebeldes de outro tipo, salvo quando a própria pele estivesse ameaçada: o medo de morrer manteria os homens unidos e organizados, desde que o soberano cumprisse bem e com energia imparcial seu compromisso. A obra principal de Hobbes foi intitulada *Leviatã*, e a capa da primeira edição mostrava um homem gigantesco e coroado formado por milhares e milhares de homenzinhos, como se fossem células de seu imenso corpo social.

Tanto Descartes como Hobbes tentaram aplicar a nitidez dos raciocínios matemáticos aos problemas filosóficos. E o mesmo caminho, herdado de Descartes, foi seguido pelo pensador judeu Baruch Espinoza, nascido em Amsterdã em uma família hebraica exilada – como tantos outros de sua religião – primeiro da Espanha e depois de Portugal. Durante toda sua breve e sábia vida (que durou apenas quarenta e quatro anos), Espinoza não deu nada além de lições de sensatez, tolerância e alegria racional; em troca, obteve intransigência, exclusão e se transformou, durante séculos, em um dos autores mais caluniados e malditos da história da filosofia. Os judeus o excomungaram como herege, e até um fanático tentou, certa noite, apunhalá-lo na rua, mas só conseguiu rasgar seu manto. Os cristãos o vigiaram – era considerado um perigoso subversivo – e, depois que morreu, profanaram seu túmulo com pichações infames. Recusou honrarias e cargos acadêmicos. Sustentou sua vida modesta trabalhando em uma ótica como polidor de lentes. A clareza do cristal e a lucidez da visão ocuparam sua vida, não a ambição, o ódio nem o temor.

Espinoza se considerava discípulo de Descartes, mas não se dedicou simplesmente a repeti-lo; procurou corrigir as partes do pensamento do mestre que considerava equivocadas. Manteve uma separação radical entre os corpos, regidos pela necessidade mecânica, e as almas, dotadas de livre-arbítrio. Espinoza quis acabar com essa dualidade, porque achava que ela suporia, na realidade, a existência de dois reinos distintos, inexplicavelmente sobrepostos

e coordenados. Em seu pensamento – exposto em uma obra intitulada *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*, que nunca chegou a ver publicada – sustenta que tudo o que é real é formado por uma única substância, causa de tudo o que existe e por sua vez não causada por nada, a qual podemos chamar de Natureza ou, se preferirmos, de Deus. Tudo o que existe é uma maneira ou forma peculiar dessa substância, assim como cada uma das ondas do mar é apenas uma modificação, mais ou menos efêmera, do imenso conjunto das águas. Essa substância universal, chame-se natural ou divina, tem infinitas características ou atributos, a maioria dos quais nem sequer podemos imaginar: mas conhecemos pelo menos dois deles, a extensão e o pensamento. A extensão é formada pelos corpos, e o pensamento pelas ideias, ambos coordenados e submetidos à mesma ordem necessária. Quando queremos entender os corpos, devemos seguir a cadeia casual que os une entre si, e para entender as ideias devemos aplicar essa mesma norma à maneira como umas derivam das outras.

O ser humano é formado por seu corpo, que pertence ao atributo da extensão, e pela ideia ou alma desse mesmo corpo, que é um modo do atributo do pensamento. A alma é uma ideia múltipla, formada pela multidão de ideias variáveis que respondem a cada um dos múltiplos estados do nosso corpo, que muda de acordo com a influência que exercem sobre ele os demais corpos existentes. A maioria dessas ideias são confusas e imperfeitas, porque respondem apenas aos movimentos do nosso corpo, ignorando o resto da dinâmica que move todos os demais. Se nossa alma só é dirigida pelas percepções sensíveis e a imaginação que se baseia nelas, nunca teremos uma visão clara e conclusiva da realidade. Mas, se conseguirmos nos sintonizar com as ideias universais e eternas, como a própria substância, alcançaremos a verdade e nos alçaremos sobre o angustiante barulho dos minúsculos e mutáveis erros cotidianos. Um erro, por exemplo, é acreditar que o homem é “livre”, como se fosse uma espécie de reino à parte, não submetido ao resto da substância universal e à sua ordem necessária. Não somos livres para inventar uma natureza própria a nosso bel-prazer, nem um corpo que funcione como nós queiramos. Eu sou “livre” para escolher entre a carne ou o peixe na hora de comer, e entre a água e o vinho quando tenho sede, mas não sou “livre” para comer pregos ou beber água sanitária porque meu corpo não suportará; se quero sair de casa e vivo no sexto andar, posso optar por descer a escada ou tomar o elevador, mas não posso me atirar da janela e começar a voar feito um passarinho. De maneira que quanto mais me deixar levar pelos caprichos da minha imaginação, incentivada por ideias confusas, menos livre serei, ou seja: menos farei o que me convém e preciso, mais me arrastará o que não sou eu, o que me cerca... E, quanto melhor compreender por meio de ideias verdadeiras o que sou e o que é o mundo, melhor entenderei minhas necessidades e agirei em consequência. Ser verdadeiramente livre – não na ilusão – é aceitar a necessidade do que sou.

A mesma coisa acontece com o que chamamos de “Bem” e “Mal”. Na substância universal, ou Deus, não há nem bem nem mal, porque tudo é necessariamente como tem de ser. Mas nós, humanos, acreditamos que somos algo especial na natureza e que tudo o que existe deve nos comprazer e nos servir, de maneira que às vezes nos aborrecemos com certos aspectos da realidade e dizemos que estão “mal”, ou ficamos felizes com outros e os elogiamos, dizendo que estão “bem”. Bobagens... Se estou nadando no mar e dou de cara com um grande tubarão branco, direi que é um bicho muito “mau” e, de fato, a mim não me fará nenhum favor. No entanto, eu serei algo “bom” para o tubarão, porque resolverei seu almoço do dia: o tubarão também é parte de Deus, nem melhor nem pior do que eu. De maneira que o bom e o mau são qualificações que só têm sentido quando se referem ao que convém a mim, mas não em termos absolutos.

O ser humano é submetido a paixões, quer dizer, ao que nos acontece por influência do restante do Universo. Por exemplo, amo o que me parece bom e odeio o que acho que é mau, de acordo com o que já dissemos. Todas as paixões se baseiam em ideias confusas, mas nem todas são iguais: há paixões alegres, como o amor, que aumentam nossa capacidade de agir de

acordo com nossa natureza, e paixões tristes (o ódio, a inveja, o remorso etc.), que nos afastam de fazer o que nos convém, nos levando ao caminho mais prejudicial. Não há nada melhor para o homem que a alegria, sobretudo quando se purifica da confusão habitual e responde a uma ideia verdadeira, universal e eterna do que é a substância da qual fazemos parte: a isso Espinoza chamou de “amor a Deus”.

Por sua natureza, o ser humano foi feito para viver em companhia e harmonia com seus semelhantes. Nada pode ser mais útil para um homem do que outro homem, embora existam tantos perversos e iludidos por suas paixões. O sábio – ou seja, o homem livre que sabe o que precisa de verdade – sempre preferirá viver na cidade, entre seus semelhantes, do que solitário, na selva ou no alto de uma montanha, sem outra companhia a não ser a de algum urso. Para viver “na natureza” não é necessário sair de casa, porque tudo faz parte dela: a mesa, a televisão ou o semáforo, assim como a árvore, a estrela ou o rio. De maneira que a natureza do homem é viver em sociedade, e não é verdade que os homens são inimigos ou rivais uns dos outros, como acredita Hobbes: isso é apenas o efeito de paixões tristes e ideias confusas.

O Estado não deve atemorizar os homens, mas garantir sua liberdade, ou seja, a possibilidade de agir de acordo com a própria natureza. E, como a alma humana não atua em nada tão propriamente como na procura do conhecimento e da verdade, o Estado deve fomentar a livre investigação e discussão das ideias, evitando colocar sua força a serviço da intransigência obtusa, da superstição ou da inquisição que proíbe o vizinho de pensar. Está claro agora porque Espinoza foi tão odiado e considerado o pior dos inimigos por aqueles que supõem que Deus é uma espécie de tirano muito supersticioso, incapaz de agir racionalmente como eles?

*

Diante de Espinoza se alçou outro filósofo que compreendeu bem a importância de seu pensamento, mas optou por defender ideias opostas, pelo menos em parte: Gottfried Wilhelm Leibniz. Eram pessoas muito diferentes: Leibniz, homem do mundo, se movia na corte como um peixe na água, sabia agradar os poderosos e não desdenhava subsídios que lhe permitissem viver sem estresse. Mas não era, de jeito nenhum, um desses dândis sanguessugas que vemos borboletear em torno de príncipes e ministros: tinha um talento extraordinário e o usou nas mais diversas áreas, como a matemática (descobriu o cálculo infinitesimal), a lógica, a teologia, a história e também a política (foi um precursor ao tentar unir os reinos europeus). Em certa ocasião, visitou Espinoza em seu escritório na Holanda, mas quase clandestinamente, e depois negou todo o assunto: não queria ser relacionado com o perigoso judeu que o fascinava e cujo gênio era dos poucos capazes de entender.

Leibniz também acreditava em uma ordem do mundo, mas não geométrica e necessária como a de Espinoza, e sim espontânea e livre. É claro, embora olhando superficialmente pareça caótico e absurdo, tudo no Universo responde a um propósito: algo parecido com esses passatempos dos jornais, que oferecem uma série de pontos aparentemente dispersos mas que podem ser unidos com uma linha – consciente de seu ordenamento – para representar um rosto ou qualquer outra imagem. Deus é o desenhista secreto e voluntário dessa ordem que às vezes nos escapa. Para Deus não existe a necessidade, porque é perfeitamente livre, mas a possibilidade, quer dizer, o conjunto de alternativas entre as quais sua vontade criadora escolhe. E, como além de onipotente é bom, o projeto de Universo que realizou é o melhor de todos os possíveis. Nós, que só somos capazes de ver uma pequena parte do conjunto, naturalmente não concordamos. Como este mundo cheio de guerras, doenças e injustiças pode ser o melhor possível? Pois sim, ele o é para quem considera a totalidade, da mesma maneira que um quadro é melhor quando inclui sombras e não apenas luzes, cores escuras e não

apenas brilhantes. Por exemplo, Deus poderia ter feito todos os seres humanos obrigatoriamente bons, mas isso teria lhes roubado sua liberdade. É melhor que sejam livres, embora por isso escolham às vezes praticar maldades. A possibilidade do mal melhora o mundo, segundo Leibniz.

No universo de Leibniz, nada foi feito mecanicamente e em série, porque tudo é individual e único. Não há dois seres iguais, pois se fossem exatamente iguais seriam o mesmo. Toda a realidade é composta de mônadas, uma espécie de átomos espirituais, simples, que não têm extensão nem, portanto, partes divisíveis. Cada uma das mônadas é diferente das demais e todas foram criadas diretamente por Deus, que também é o único que pode destruí-las. As mônadas são como pequenos mundos completos e fechados em si mesmos: não têm janelas, quer dizer, comunicação umas com as outras, e, no entanto, todas são coordenadas e cada uma inclui dentro de si a representação mais ou menos confusa – já dissemos que todas são diferentes – do conjunto universal. Como pode acontecer tal concordância? Precisamente pelo que Leibniz chama de “harmonia preestabelecida determinada por Deus”. Imaginemos dois relógios que marcam sempre a mesma hora: o ingênuo acreditará que um influi no outro, mas o sábio compreende que foram colocados na hora, acertados, pelo mesmo grande Relojoeiro. Assim, seus corpos são regidos por mecanismos materiais, e as mônadas espirituais respondem exatamente a eles, porque o Criador decidiu essa coordenação automática entre uns e outros, desde o primeiro dia da criação e para todo o sempre.

Um discípulo de Descartes bem diferente dos outros foi o francês Blaise Pascal. Assim como Descartes ou Leibniz, se destacou como grande matemático (e precoce: se diz que ainda menino inventou sozinho os principais axiomas da geometria), mas sua principal preocupação foi a fé no além e na possível salvação eterna da alma. Abandonou o estudo da matemática, em que tanto se destacava, precisamente porque achou que, apesar de ser uma ciência clara e exata, não facilitava sua comunicação com os outros seres humanos. Para nos comunicarmos a fundo com os demais (e também para compreender melhor a nós mesmos) não basta a razão: também são necessárias a fantasia, a imaginação, a sensibilidade, a angústia... e, finalmente, a fé. Como bom cartesiano, Pascal usa o método racionalista, mas é precisamente o racionalismo que o leva a desconfiar da razão.

Pascal não se preocupa principalmente com o conhecimento ou a ciência por si mesmos, mas com a condição humana. O que é o homem? Alguém situado entre dois infinitos, o infinitamente grande do Universo e o infinitamente pequeno das moléculas e dos átomos. E não podemos conhecer totalmente nem um nem outro, porque somos limitados por uma inteligência e experiência finitas, que mal conseguem vislumbrar essas infinitudes que nos cercam. No entanto, a dignidade do homem é sua capacidade de refletir: somos uma frágil vara de bambu que qualquer vento cósmico pode romper, mas uma vara pensante. Somos criaturas miseráveis, mas pelo menos sabemos que somos miseráveis; temos uma consciência do que somos, disso carecem as árvores, os furacões e as estrelas. O infinito Universo pode, com toda facilidade, nos destruir, mas não nos arrebatar essa dignidade intelectual que, em certo sentido, nos torna superiores ao que nos destrói. Equivocam-se aqueles que só falam da grandeza humana, porque ignoram nossa pequenez diante dos espaços infinitos, cujo silêncio eterno sobressalta nossos corações; mas também aqueles que se deleitam em detalhar nossas evidentes limitações e misérias, porque omitem mencionar que a consciência delas é nobre e elevada. Diz Pascal: “Eu recrimino igualmente aqueles que tomam o partido de louvar o homem, aqueles que tomam o partido de injuriá-lo e aqueles que resolvem se desentender. Eu só posso aprovar aqueles que procuram gemendo”.

O ser humano não é nem um anjo nem uma besta: e quem se empenha em se fazer de anjinho termina sendo mais besta que os demais (às vezes o severo Pascal exhibe um feroz humor negro...). Como não podemos evitar os males da nossa condição – a morte, a dor, a

ignorância *etc.* -, a maioria dos homens se refugia na diversão, ou seja, em tudo o que os afasta de refletir sobre sua existência e o que acontece com ele: ficamos tontos com jogos, comédias, conversas banais, ambições ridículas de poder ou riqueza, inimizades guerreiras com vizinhos *etc.* Tudo menos ficarmos a sós conosco mesmo e pensar verdadeiramente no que podemos esperar... ou temer. É aqui que intervém, para Pascal, a fé. A fé em um Deus salvador e em uma vida após a morte, é claro, não é uma certeza evidente nem indubitável: menos ainda algo que se possa alcançar através de raciocínios e demonstrações. Assemelha-se mais a uma aposta. O crente aposta sua vida na existência de Deus e na prática religiosa para resgatá-lo da morte e da insignificância. Se por acaso se equivocar e perder, pensa Pascal, não vai desperdiçar grandes coisas porque, afinal de contas, as riquezas e prazeres não valem muito a pena; mas, se acertar e ganhar, conquistará nada menos que uma eternidade feliz ao preço de alguns anos de austeridade e caridade sobre a terra.

Outro dos filhos indisciplinados de Descartes (que aprendeu muito de sua filosofia, mas se rebelou contra ele) foi o napolitano Giambattista Vico, um autor às vezes confuso e um pouco caprichoso, mas profundamente original. Vico também se opôs à ideia geométrica do conhecimento racional proposto por Descartes. Nós, humanos, estamos vitalmente seguros de muitas coisas que não podemos demonstrar nem são evidentes no sentido matemático do termo: o verdadeiro, que é imprescindível para a razão, não é a mesma coisa que o certo, que é indispensável para a vida. Na maioria das questões cotidianas não podemos aspirar a um conhecimento claro e distinto de todas as circunstâncias: se esperamos tê-lo e entretanto não fazemos nada, estamos perdidos. Constantemente temos de agir, a vida o exige, e para a ação o importante não é a verdade clara e distinta, mas o provável. No fundo, conhecer algo completamente supõe saber fazê-lo, e por isso só Deus, que é seu Autor, pode conhecer inteiramente a natureza. O ser humano, por sua vez, só pode ter ideias limitadas e abstratas a respeito dos acontecimentos naturais ou de si mesmo, pois nada disso é obra sua, mas, no entanto, compreende perfeitamente a matemática, porque foi inventada por ele.

Mas há outra coisa que os humanos vão fazendo, Tateando, e de maneira problemática: a história. A grande contribuição de Vico foi transformar a história em uma questão central da filosofia moderna. A história é a procura da Cidade Ideal, da comunidade perfeita na qual os homens possam viver de maneira plenamente harmônica. Ao longo dos anos, foi se desdobrando a longa marcha que conduz o homem, desde sua queda e seu pecado original no Paraíso até uma nova condição feliz. O que conta na história não é constatar o que foi, é e será, mas o que devia, deve e deverá ser, ou seja, a avaliação dos acontecimentos. Naturalmente, essa marcha para o melhor não é sempre impulsionada por motivos nobres ou desinteressados, porque nós, humanos, agimos levados por desejos egoístas e estreitos, mas, apesar de tudo, a Providência faz a sociedade avançar. Tampouco esse avanço é linear e inexorável - Vico não acredita em um progresso constante como outros pensadores do século seguinte -, mas cheio de obstáculos, retrocessos e às vezes tropeções irremediáveis.

Segundo Vico, o avanço histórico passa por ciclos que começam Tateando, chegam ao seu auge e depois entram em decadência para abrir passagem ao ciclo seguinte. Descreve-os em detalhe - às vezes com muitos detalhes e digressões - em sua obra intitulada *Ciência nova*. Primeiro veio a "era dos deuses", quer dizer, as comunidades primitivas centradas na autoridade da família e no temor a Deus. Depois chegou a "era dos heróis", baseada na supremacia aristocrática dos mais valentes e audazes, para então abrir caminho à "era dos homens", na qual estamos agora, onde se espalha o pensamento mais maduro, mas não só no plano da razão geométrica como também, e muito especialmente, na sabedoria poética, pois a poesia é uma capacidade diferente da meramente intelectual que nos permite recuperar as antigas formas primitivas de conhecimento e prolongá-las frutiferamente até o momento presente. De fato, a forma mais completa de conhecimento é a filosofia, mas a ela só se dedica uma minoria, e por isso a poesia e as religiões são imprescindíveis para que a multidão

humana conheça os ideais – mesmo que de maneira imprecisa – e se encaminhe a eles.

*

Descartes, também na Inglaterra, teve um estudioso ilustre e em parte divergente: John Locke. Mas em Locke a influência de Descartes foi contrastada com a de seu compatriota Thomas Hobbes. Como esse último, Locke não se dedicou apenas à filosofia meramente teórica, mas também, de forma mais prática, à política. E conheceu os altos e baixos das lutas partidárias: sofreu, de maneira mais preventiva, o exílio na França e na Holanda, até se transformar, finalmente, em uma respeitadíssima e influente personalidade de seu país. Precisamente, uma de suas primeiras obras foi *Carta sobre a tolerância*, na qual defendia essa imprescindível virtude democrática em uma época sacudida por conflitos e perseguições religiosas... que acabavam se transformando em lutas civis.

Locke seguiu a tradição empírica dos pensadores britânicos, inaugurada por Francis Bacon, continuada por Hobbes e que, de uma maneira ou outra, chega aos dias de hoje. Para Locke, como para Descartes, o objeto do conhecimento humano são as ideias, mas, segundo ele, não há outras ideias em nosso entendimento além das que provêm da experiência. Sem a informação sensorial sobre a realidade do mundo fornecida por nossos sentidos, nossa mente permaneceria em branco, como uma página em que nada fora escrito. Mas a experiência dos sentidos não nos proporciona nada além de ideias simples, as mais elementares de todas: formas, cores, sons, repouso ou movimento e também o prazer, a dor, a unidade ou a própria existência das coisas, o que há e o que não há. A partir dessas ideias simples, formam-se, através dos mecanismos de combinação, justaposição e análise, as ideias mais complexas, essenciais para as formas mais sofisticadas e científicas do nosso saber. O entendimento humano recebe tudo passivamente da experiência, mas depois age e relaciona as ideias recebidas, umas com as outras. Graças a isso, cunhamos os conceitos do universal e do geral, que se tornam patentes por meio da linguagem e só existem como termos, palavras, na linguagem: a partir do particular, que é a única coisa que nossos sentidos encontram no mundo real, chegamos aos termos universais da linguagem, que expressam nossas ideias mais complexas.

Locke também teorizou sobre questões políticas, tentando definir como deveria ser a melhor forma de governo. Suas reflexões estão sempre repletas de bom senso e moderação, aspirando a uma defesa firme, mas socialmente ordenada, das liberdades individuais. Foi o primeiro a tratar da separação dos poderes, pois, segundo ele, deve existir um poder legislativo parlamentar que estabeleça, por maioria, as leis, e depois um poder executivo que as coloque em prática de maneira efetiva. E também concedeu, pela primeira vez, importância à educação dos cidadãos, rejeitando os castigos corporais que então – e mesmo depois, durante muito tempo – eram vigentes nas escolas, e defendendo que se educasse não apenas em conhecimentos objetivos, mas também formando pessoas capazes de viver socialmente com os demais, sendo influenciadas pela aprovação ou desaprovação fundamentada de seus concidadãos.

*

Nemo e Alba estão sentados diante de um quadro-negro repleto de símbolos geométricos, brincando com um gato.

NEMO: – Então todos esses sábios são mais ou menos racionalistas... mas cada um entende a razão do seu jeito.

ALBA: – Isso. Se a razão é geometria, se é experiência, se precisa de imaginação e poesia,

se deve se ocupar da verdade ou da probabilidade ou de... sei lá eu!

NEMO: - E não esqueça Pascal! Se entendi direito, ele disse que a razão é muito útil pra entender que, afinal, você não pode confiar nela e que a fé é melhor. Imagina!

ALBA: - É possível que todo mundo acerte em parte, cada um do seu jeito. Sabe a história dos cegos que encontraram um elefante?

NEMO: - Só quero ver que bobagem você vai inventar agora.

ALBA: - Nada de bobagem. Presta atenção: uns cegos tropeçaram em um elefante e começaram a tocar nele pra ver o que era. O primeiro tocou na tromba e disse que era uma serpente. O segundo apalpou uma pata e teve certeza de que era uma árvore. O terceiro encostou no corpão e disse que tinha encontrado um muro. O último agarrou o rabo e riu de como os outros eram bestas, pois o que estava ali era uma corda... Mas, na verdade, todos estavam falando da mesma coisa.

NEMO: - Que paciência a do pobre elefante... Eu acho que a razão é como esses trecos que os turistas carregam: você abre de um lado e sai uma navalha, de outro, um saca-rolhas, de outro, uma lupa ou um abridor de latas, e assim por diante. A razão serve pra tudo, mas tem formas diferentes de acordo com o uso que queremos fazer dela.

ALBA: - Bem, continuo com meu paquiderme. Como é possível que pra Descartes os animais parecessem máquinas? Alguém pode achar que o elefante é um aparelho sem vida? Ou um cão? Ou esse gatinho... que absurdo.

NEMO: - Verdade, parece impossível pensar que gatos, cachorros, elefantes ou tigres são máquinas. Mas outros casos... Faz um tempo li um romance de ficção científica em que uma nave terráquea chegava a um planeta desconhecido e os tripulantes eram atacados por um enxame de insetos voadores... que eram, na verdade, minúsculos robôs. Assim, não achei isso tão estranho...

ALBA: - É, mas quem faz os robôs somos nós, e não a natureza. Bem, claro, olhando bem... por dentro todos somos cheios de tubos, válvulas ou coisas assim, como as máquinas.

NEMO: - Mas a alma...

ALBA: - Ah, sim, a alma! Essa é outra... que vem pra complicar tudo.



Capítulo 8

FAÇA-SE A LUZ!

Em todas as épocas há pessoas que decidem aceitar e respeitar a interpretação do mundo que os demais lhes oferecem, ou seja, seus pais, os antepassados, os sacerdotes, os professores ou as autoridades governamentais. Podemos chamá-las, em um sentido amplo, de “crentes”, porque creem no que lhes ensinam esses veneráveis mestres sociais. Seu comportamento é semelhante ao das crianças, pois quando somos pequenos não temos outro remédio senão acreditar no que dizem os adultos, para irmos aprendendo aos poucos as coisas mundanas. Quando éramos crianças, todos fomos crentes, que remédio. Podemos dizer que aqueles que continuam sendo “crentes” quando crescem é porque escolhem, em certa medida, ser crianças durante toda a vida... É mais cômodo, mais tranquilizador, dá menos trabalho.



Outros, por sua vez, deixam de ser crentes quando vão ficando maiores. Decidem pensar por si mesmos e questionar aquilo que lhes ensinaram, em vez de acreditar em tudo de pés juntos. Estudam a realidade, comparam opiniões diferentes e mesmo opostas ao que lhes disseram os mais velhos *etc.* E, sobretudo, confiam mais em seus raciocínios do que nas lições recebidas, por mais respeitáveis que sejam. Algumas vezes, depois de tudo, chegam à mesma conclusão que lhes haviam ensinado os mais velhos, mas agora a aceitam não porque vieram da temida autoridade, e sim porque eles mesmos foram capazes de pensá-las como verdadeira. Em muitos outros casos, descobrem que as velhas crenças eram falsas, que é preciso substituí-las por outras mais bem fundamentadas, ou, pelo menos, apresentar dúvidas razoáveis. Isso costuma lhes trazer problemas, porque os crentes os chamarão de “hereges”, “ímpios”, “subversivos” e não sei o que mais. Eu os chamaria simplesmente de “pensantes”. A batalha das ideias é travada entre os “crentes” e os “pensantes”.

Em certas épocas, predominam claramente os primeiros, mas, às vezes, são os segundos que se impõem no final das contas. Sem dúvida, na Idade Média os crentes ganharam de goleada; depois ficaram empatados durante muito tempo e no século XVIII os “pensantes”

dominaram o placar. Esse século foi chamado de “o das Luzes” e também de a época do Iluminismo. Foi um momento histórico em que muitos homens desistiram de continuar sendo, intelectualmente, como crianças, lançando-se à aventura de um pensamento que não reconhecia autoridades infalíveis nem tradições que não pudessem ser discutidas; seu lema era: “Pare de acreditar, atreva-se a saber!”. O resultado dessa aventura e dos caminhos revolucionários do conhecimento que inauguraram a ciência, a política e a filosofia configuraram a modernidade.

O Iluminismo consiste na aplicação da análise racional dos enigmas da natureza e dos problemas da convivência humana. As tradições deixam de ter peso na argumentação e o sobrenatural passa a ser visto, simplesmente, como uma fraude ou superstição. A própria religião não é totalmente abandonada, mas deve renunciar a seus aspectos maravilhosos (milagres e o resto) para se reduzir ao ensinamento moral (um atrevido iluminista, John Toland, escreveu um livro intitulado *Cristianismo sem mistério*). É claro, os clérigos e seus sermões não são bem-vindos quando se trata de questões científicas ou políticas, e a intolerância (quer dizer, a perseguição e a hostilidade contra aqueles que pensam de forma diferente) é denunciada como o primeiro pecado social.

Alguns anos antes, os iluministas teriam sido queimados na fogueira sem qualquer piedade. No século XVIII, não padeceram uma sorte tão trágica, embora muitos deles não tenham se livrado do cárcere ou do exílio. E também de alguma surra, como foi o caso de Voltaire. No entanto, tiveram um público incipiente, que os lia e apoiava. Durante séculos, os ensinamentos dos filósofos (se fossem professores universitários) só chegavam aos estudantes, a colegas do mesmo ofício com os quais dialogavam ou se correspondiam e, no melhor dos casos, a alguma figura da nobreza que, excepcionalmente, não se dedicasse apenas à caça e à guerra, como o resto de sua classe arrogante e analfabeta. Mas, no Século das Luzes, o surgimento de pequenas editoras, o nascimento das primeiras gazetas ou jornais e até do correio público (como foi importante para a cultura o surgimento do selo postal, uma espécie de internet da época!) permitiram que muitas pessoas da classe média conhecessem e se interessassem pelas novas ideias: comerciantes, advogados, professores, artesãos, militares aposentados e também senhoras cultas, porque, finalmente, a mulher – pelo menos as das classes altas de certos países – começou a ser devidamente educada. Toda essa gente nova se interessou pelos ensinamentos iluministas e conseguiu, com o apoio deles, não ser esmagada por seus inimigos inquisitoriais.

Para a maioria dos pensadores iluministas, “conhecimento” equivale a “ciência física”. E o modelo de cientista que fez grande ciência como se deve tem um nome: Isaac Newton. Um poeta iluminista inglês, Alexander Pope, chegou a afirmar (com um toque de humor, isso sim) que Deus não disse “Faça-se a luz” e sim “Faça-se Newton”, e dessa forma a luz chegou ao mundo. O método de Newton é, na realidade, um prolongamento triunfal do inaugurado por Galileu Galilei – com tropeços inquisitoriais já mencionados. Nada de inventar hipóteses genéricas sobre como devem ser os assuntos do Universo para dar sabor à teoria e depois explicar os fatos particulares de maneira que não tenham mais remédio a não ser confirmá-las. Newton disse: “Eu não invento hipóteses”. Em vez disso, ele observa os fatos particulares, os submete à regularidade matemática e, aos poucos, vai chegando aos primeiros princípios da realidade. Assim descobre a teoria da gravitação universal, que, sob uma única lei física, dá conta de fenômenos aparentemente diversos como o movimento dos astros, a queda dos corpos, as marés etc.... Mas tampouco com essa descoberta Newton pretende desentranhar a essência dos fenômenos universais, quer dizer, o que são, mas se contenta em oferecer uma descrição adequada e suficiente de como funcionam. A maioria dos iluministas dará como certo que esse é o caminho adequado para conhecer aos poucos e sem delírios, e conseguir, além disso, fazer achados teóricos de extrema importância. O curioso é que o próprio Newton não se satisfez com o que recomendava, porque introduziu elementos mais “crentes” do que

“pensantes” em seu sistema e chegou, às vezes, a conclusões teológicas a respeito de suas descobertas científicas. Bem, ninguém é perfeito... nem sequer sir Isaac Newton.

*

Um dos maiores admiradores de Newton foi também o representante mais conhecido e combativo de todo o Século das Luzes: o francês François-Marie Arouet, que escolheu Voltaire como nome de guerra (e em seu caso o foi, sem dúvida). Viveu muitos anos e escreveu nos gêneros mais diversos: poesia, teatro, história, filosofia, narrativas... e milhares de cartas, pois se correspondeu com muitas personalidades de sua época, desde príncipes até senhoras entediadas mas engenhosas. A biografia de Voltaire é cercada de admirações apaixonadas e ódios ferozes: como era um espírito profundamente irônico e com grande habilidade e graça para encontrar o lado ridículo de muitas atitudes e crenças comuns em sua época, conquistou muitas inimizades, mas também um grande número de leitores entusiastas. Alguns versos satíricos, atrevidos, contra o regente da França lhe custaram alguns meses na Bastilha, a prisão de Paris. Depois enfrentou um nobre poderoso que ofendera uma atriz amiga e ganhou uma imensa surra dos criados do rancoroso aristocrata. Então fugiu para a Inglaterra, a fim de evitar mais problemas. Essa viagem mudou sua vida.

Na Grã-Bretanha, encontrou uma sociedade muito mais tolerante às opiniões religiosas do que a francesa. “Cada inglês vai ao céu pelo caminho que prefere”, comentou, admirado. Também achou incrível que os ingleses celebrassem muito mais um sábio como Newton – que acabara de morrer e cujo funeral mobilizou todo o país – do que teólogos ou personagens da corte. Os ingleses submetiam seu rei ao controle do Parlamento (já haviam cortado a cabeça de um rei anterior porque não se permitira ser controlado), cultivavam a ciência e os conhecimentos práticos e, inclusive, tinham um teatro bem mais emocionante e menos rígido do que o francês. Embora Voltaire achasse que faltava a Shakespeare um pouco de bom gosto, não duvidava de que era um poeta dramático de primeira ordem e se encarregou de falar a seu respeito aos franceses, que o ignoravam. Na Inglaterra, também conheceu a obra do grande mestre da sátira Jonathan Swift, autor de *As viagens de Gulliver*, cujos contos fantásticos com intenção crítica iriam depois lhe servir de modelo. Voltaire provavelmente idealizou muito a Inglaterra em *Cartas filosóficas*, que escreveu para contar o que havia descoberto ali, mas, através desse modelo, expressou seus próprios ideais para orientar a transformação social da França e do restante da Europa.

Para Voltaire, o importante era aperfeiçoar a vida humana e proporcionar felicidade à maioria, e não desentranhar os mistérios do Universo. A filosofia tinha, a seu entender, uma dimensão fundamentalmente prática: não era uma arma para combater as superstições, a ignorância ou as diversas formas de fanatismo. Voltaire lutou contra qualquer intolerância, contra todos os que queriam impor suas crenças aos demais, com o grito feroz: “Pense como eu ou morra”. Advogou pela humanização do sistema penal e pela supressão da tortura e da pena de morte, seguindo, assim, os passos de outro iluminista, o italiano Cesare Beccaria, autor da obra *Dos delitos e das penas*, que discorre sobre a reforma da Justiça. Até o fim de sua vida, já convertido em uma figura de referência em toda a Europa, Voltaire interveio para esclarecer erros judiciais e condenações injustas de inocentes. Sabia muito bem mobilizar a opinião pública – que começou a nascer naquela época – através de panfletos anônimos (que todo mundo sabia que eram de sua autoria) e breves parábolas repletas de malícia e, ao mesmo tempo, eficazes e divertidas. Inventou, assim, a figura moderna do intelectual, cuja autoridade moral não depende do poder político ou acadêmico, mas da influência que exerce sobre a sociedade por meio de seus textos.

Embora criticasse o clero com vigor e tivesse pretensões de influir na vida política ou moral, Voltaire não adotou uma atitude francamente atea ou materialista (como outros

iluministas franceses: Helvétius, o Barão d'Holbach ou La Mettrie, que escreveu uma obra significativamente intitulada *O homem-máquina*. Considera-se “deísta”, ou seja, acreditava em um Deus que organiza a natureza como um relojoeiro supremo, que dá corda em seu imenso mecanismo e ao mesmo tempo garante normas morais universais, baseadas na benevolência e na solidariedade entre os seres humanos, que nada têm a ver com as proibições regionais de comer certos alimentos ou a obrigação de cobrir determinadas partes do corpo, nem muito menos com a barbaridade de queimar vivos aqueles que não compartilham nossos caprichos teológicos. Afinal de contas, a ideia de Deus parecia a Voltaire socialmente útil, e essa utilidade era um argumento melhor a seu favor do que as cinco vias de São Tomás de Aquino.

Em sua grande obra sobre a história universal, *Ensaio sobre os costumes*, Voltaire trilha um novo caminho: em primeiro lugar, não apenas fala das grandes conquistas culturais da Europa (que queria, utopicamente, unida, pois dizia que a “Europa é uma nação feita de nações”), mas também das alcançadas por países remotos como a China e a Índia. Mas, além disso, como fizeram historiadores mais recentes, não reduz mais sua crônica a batalhas e a coroações de reis, mas fala de descobertas científicas e outros feitos intelectuais e sociais. Apesar de muitos tropeços e retrocessos, pensa que a razão vai abrindo caminho aos poucos no mundo moderno, contra superstições e tiranias: há um certo progresso na humanidade. No entanto, seu otimismo é muito relativo. Sua narrativa mais célebre, *Cândido*, conta as desventuras de um jovem ingênuo que acredita nos ensinamentos de seu mestre – um seguidor de Leibniz convencido de que o nosso mundo é “o melhor dos mundos possíveis” –, até que a evidência trágica da maldade humana e os desastres da história se encarregam de desenganá-lo. Voltaire foi apaixonado pela vida – maravilhosa, dramática e contraditória – e concluiu um de seus poemas com esta declaração categórica: “O paraíso terrestre está onde eu estou”.

*

No entanto, a primeira grande figura do Iluminismo na França – cronologicamente anterior ao próprio Voltaire – foi Charles-Louis de Secondant, o barão de Montesquieu. Seu primeiro livro, *Cartas persas*, é uma sátira: através da visão maravilhada do jovem persa Usbek, que viaja a Paris, Montesquieu critica com humor a forma de vida que todos ali consideravam então “normal”, sem perceber seus absurdos e intransigências (somos acostumados a acreditar que nossa maneira de viver, de comer, de rezar ou de pensar é a mais “natural” de todas e que as outras são muito “estranhas”). Nos salões, as senhoras perguntam a Usbek: “Mas, ouça, como é possível ser persa?”, sem se dar conta de que em outras latitudes haverá alguém que pergunte como é possível ser francês... ou europeu.

Mas a obra fundamental de Montesquieu é *Do espírito das leis*, que estuda as leis que regem a convivência humana. As leis da natureza – o clima de cada país, sua paisagem, seus cultivos *etc.* – influem na conduta humana, mas não a determinam: apesar de estar submetida a essa necessidade natural, a conduta dos homens é livre e rebelde. As leis dos países respondem à invenção dos homens, não à imposição divina ou natural. Cada forma de governo exige dos cidadãos um tipo de disposição, que será “temor” nas tiranias despóticas, “honra” nas monarquias baseadas nos preconceitos de classe aristocráticos, e “virtude cívica” nas repúblicas. Embora cada uma tenha vantagens e desvantagens, Montesquieu prefere aqueles sistemas políticos – por exemplo, o inglês – que consideram a separação dos três poderes (legislativo ou parlamentar, executivo ou governamental e judiciário) como a melhor garantia das liberdades públicas.

*

Cada época tem algum acontecimento técnico ou conquista cultural emblemático que dá o sinal verde para uma forma de ver e de fazer realmente nova. Atualmente é sem dúvida a internet, com tudo o que ela implica no âmbito da comunicação e do conhecimento, mas, no Século das Luzes, foi a *Enciclopédia*, dirigida por Diderot e d'Alembert. Para entender seu enorme impacto social, você precisa imaginar uma Wikipédia cujos conteúdos não fossem apenas acessíveis a qualquer um, mas também escritos por alguns dos melhores especialistas em cada tema, embora não fossem academicamente reconhecidos. Tudo começou com uma empreitada modesta e meramente comercial. O editor parisiense Le Breton quis traduzir para o francês a enciclopédia de Chambers, uma obra inglesa que fizera sucesso em seu país. Encomendou a versão a Diderot e d'Alembert, que, em vez de simplesmente traduzirem a obra, se propuseram a realizar um trabalho semelhante, mas totalmente novo: a enciclopédia inglesa era uma simples obra de consulta, mais conformista, mas a enciclopédia francesa seria uma peça de erudição profundamente moderna e até revolucionária. Não se limitaria a exibir uma compilação dispersa de conhecimentos por ordem alfabética; deveria expor a articulação racional entre eles, até chegar a algo semelhante a um mapa-múndi de todos os saberes humanos.

A *Enciclopédia* começava com um longo prólogo de d'Alembert, um respeitado matemático e devoto do método científico. Seguindo Francis Bacon, estabelecia que o homem tem três capacidades cognitivas: a memória, que registra de modo passivo os acontecimentos; a razão, que os conecta aos acontecimentos chegando a novas conclusões; e a imaginação, que propõe audazes combinações inéditas a partir desses materiais. Cada uma dessas capacidades dá lugar a uma área de conhecimento principal: da memória provém a história (em seu sentido mais amplo, que inclui o registro de todos os fatos de que temos conhecimento), da razão vem a filosofia (que inclui todas as ciências e exclui a metafísica e a teologia, porque carecem da base empírica fornecida por nossos sentidos) e da imaginação dependem as belas artes: a literatura, a pintura, a escultura *etc.* Esses são os três ramos principais da grande árvore da sabedoria humana que a *Enciclopédia* deveria refletir e ilustrar da maneira mais minuciosa possível.

Conforme foram aparecendo os inúmeros volumes dessa grandiosa obra, o alerta se espalhou pelos poderes mais reacionários da sociedade, encabeçados – como tantas outras vezes – pela Igreja Católica. Embora os artigos da obra tratassem, em geral, de modo bastante respeitoso os dogmas religiosos, era evidente que a fé não fora considerada com o mesmo apreço dado às descobertas científicas ou às conquistas das artes úteis. Além disso, os artigos históricos mostravam pouco entusiasmo pelo reis, as conquistas e as grandes batalhas: em vez disso, davam importância àqueles que haviam combatido o fanatismo e defendido a tolerância. As autoridades da monarquia francesa consideraram essa preferência como uma inquietante e subversiva falta de respeito. Em várias ocasiões, a publicação da *Enciclopédia* foi interrompida e o material preparado para compor um determinado volume confiscado; Diderot chegou a passar algum tempo na prisão. Mas a iniciativa, com atrasos e dificuldades, seguiu em frente. Os assinantes, que esperavam cada um dos volumes e os pagavam antecipadamente, permaneceram fiéis, de maneira que Le Breton teve motivos para continuar até o final: ao menos uma vez o interesse comercial e o cultural se apoiaram mutuamente. É verdade que muitos abandonaram o barco antes de chegar ao porto: d'Alembert ficou assustado e retirou-se do debate, Voltaire se aborreceu com tanta erudição e escreveu seu próprio *Dicionário filosófico*, mais concentrado e polêmico, e muitos outros deram para trás para não ter problemas ou dissabores.

A verdade é que a *Enciclopédia* foi concluída graças a Denis Diderot, que não apenas a dirigiu até o final, mas também escreveu inúmeros artigos, organizou o material de cada volume, driblou a censura fingindo acatar suas proibições e até suportou passar uma pequena temporada na prisão por causa dela. Mas, além disso, Diderot teve tempo para escrever

romances, obras teatrais, diálogos filosóficos e ensaios sobre a natureza, o teatro, a arte, a psicologia e a moral. Intelectualmente, representa uma estranha mistura, pois foi ao mesmo tempo cético e entusiasta: era fascinado pelas constantes transformações que acontecem no Universo, desde os átomos às estrelas, e zombou daqueles que acreditam que tudo permanece sempre igual por sentirem vertigem diante do perpétuo movimento que tudo transforma. Quando o viajante Bougainville voltou dos mares do Sul e contou como viviam ali os chamados selvagens, aparentemente sem leis morais ou religiosas, escreveu um livrinho fantástico no qual imaginava uma ilha semelhante em que todo mundo era espontaneamente feliz graças à liberdade dos costumes. É, sem dúvida, possível discordar de muitas das ideias de Diderot, mas é difícil não admirar sua perseverança combativa ou deixar de sentir simpatia por seu humanismo apaixonado e sensual.

*

Poderíamos acreditar que o pensamento iluminista francês não fez nada além de repetir as mesmas ideias (razão, ciência, ceticismo, tolerância etc.), mas há um caso discrepante muito importante, porque criticou o Iluminismo com armas iluministas e a longo prazo teve mais influência nos pensadores vindouros do que qualquer um de seus contemporâneos. Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, mas flanou por várias cidades europeias e viveu em Paris, onde ficou amigo de Diderot (publicou na *Enciclopédia* artigos sobre música, uma de suas grandes paixões, que o levou a compor uma ópera). É preciso advertir que ser amigo de Rousseau não era coisa fácil: a maioria durava pouco no posto e Diderot não foi uma exceção; exatamente em um dos melhores momentos desta amizade, certo dia, quando se dirigia à prisão para visitar um Diderot encarcerado por culpa dos inquisidores contrários à *Enciclopédia*, Rousseau fez um achado que haveria de inspirar o melhor de seu pensamento: em uma gazeta ou jornal, leu o edital de um concurso destinado a premiar trabalhos sobre o seguinte tema: “As ciências e as artes aperfeiçoaram os costumes dos homens?”. Voltaire, Diderot ou qualquer outro iluminista teriam argumentado em sentido afirmativo, mas Rousseau resolveu escrever um ensaio para dizer que não.

Em seu texto – que, sabe-se, ganhou o primeiro prêmio –, Rousseau não negava que os conhecimentos que tiram o homem de sua ignorância primitiva podem propiciar mais bem-estar e entretenimento à vida cotidiana, mas sublinhava que também têm consequências prejudiciais. Contra os otimistas do progresso, afirmava que todos os confortos e sofisticações têm seu preço: luxo, vaidade, afã de riqueza e escravidão de muitos. Sobretudo, essa vida social mais complexa introduz no meio dos seres humanos a semente da desigualdade. Imaginemos que em sua origem os homens viviam em um estado de natureza em que ignoravam a propriedade ou a autoridade e cada um só se preocupava em preservar a vida como melhor podia. De repente, alguém diz: “Essa terra, essas árvores ou aquela montanha são minhas, que ninguém as toque!”. Surge a propriedade privada e depois o poder, os juízes, os policiais etc. Caímos na armadilha! A inocente selvageria primordial se perverteu em culpa e conflito social.

Rousseau, é claro, não acredita que seja possível voltar ao estado de natureza primitivo nem nos aconselha a nos transformarmos de novo em bons selvagens (até adverte que tais santos talvez nunca tivessem existido). No entanto, propõe que devemos tentar corrigir os males da sociedade refletindo sobre eles sem autoindulgência. No terreno político, sua obra *O contrato social* estabelece as normas de um regime ideal de Estado, no qual cada um renuncia a sua liberdade natural para obter junto aos demais a liberdade civil e o direito à propriedade. As decisões devem ser tomadas democraticamente pelos cidadãos, mas desde que não representem a vontade de todos (quer dizer, os interesses egoístas de cada um), e sim a vontade geral (ou seja, a aspiração razoável de cada um ao bem comum da sociedade). Até

seria aconselhável fomentar uma religião civil que, em vez de prometer a salvação de cada indivíduo, transformasse o bem da sociedade na salvação de todos. Também no terreno educacional era necessária uma reforma profunda. Em seu romance *Emílio, ou da educação* – talvez o livro filosófico sobre educação mais influente já escrito – ele narra a história da formação de um menino cuja bondade natural não é contrariada por imposições artificiais, mas fomentada e usada para transformá-lo em uma pessoa socialmente útil, fazendo com que seu amor espontâneo por si acabe se transformando em amor ao próximo. É curioso que, apesar de seu interesse teórico pela educação, o filósofo preferisse praticá-la o menos possível: entregou seus próprios filhos, assim que nasceram, a um orfanato. Na obra de Rousseau, combinam-se o uso iluminista da razão com certa desconfiança em relação a ela, também racionalista, e o reconhecimento da importância do instinto, dos sentimentos e das paixões. Foi, ao mesmo tempo, revolucionário e conservador, e com isso conquistou inimigos em todas as facções de sua época, mas também ganhou incontáveis discípulos no futuro... até os dias de hoje.

*

Desde o começo, o Iluminismo não foi apenas uma questão francesa. Também teve representantes nos países anglo-saxões. Um dos primeiros foi o irlandês George Berkeley, que se dedicou ao ofício, não muito comum entre os filósofos, de bispo (só me lembro, nesse grupo, de Santo Agostinho), além de ser teólogo, teórico de matemática e de economia política. E, sobretudo, um maravilhoso e engenhoso escritor, como demonstra em *Três diálogos entre Hylas e Philonous*. Berkeley se interessava mais pela defesa das crenças religiosas do que pela filosofia pura e simples. Como bom anglo-saxão, é empírico – na linha do mestre John Locke –, mas sua habilidade consiste em usar o empirismo a favor da religião, e não contra ela. A maioria daqueles que sustentam que todo nosso conhecimento provém dos sentidos acabam defendendo posturas materialistas, mas Berkeley acusa-os de inconsequência, porque afirma que precisamente a “matéria” é algo que nenhum sentido revela.

Suponhamos que contemplo uma maçã: meus sentidos me fornecem cores, forma, firmeza ao tato, aroma, sabor... mas nunca nada parecido com uma coisa material que subjaz e provoca esse acúmulo de impressões. Se temos de ser empíricos, que o sejamos até o final: só existe aquilo que eu – quer dizer, meu espírito, minha alma – percebo. E posso ter certeza de sua existência só enquanto o percebo: quem me disse que a maçã continua existindo quando eu me viro de costas e não a vejo, nem a toco, nem a cheiro, nem...? Que eu existo, que a alma sente e pensa, é indubitável e já o disse Descartes. Então, devo acreditar que todas as coisas “desaparecem” quando meus sentidos não as percebem? Pois deveríamos supô-lo... a não ser que Deus exista. Porque Deus percebe tudo constantemente, as estrelas mais distantes e o fundo do mar, as maçãs às quais dei as costas e meu filho, que deixei no colégio e só voltarei a “percebê-lo” dentro de algumas horas: graças a Ele, que percebe tudo sem parar, o Universo e sua imensa população nunca deixam de existir. De maneira que o empirismo radical é um argumento a favor da alma e de Deus, não da matéria.

*

Embora tivesse muito pouco a ver com um bispo ou qualquer tipo de crente ortodoxo, o escocês David Hume aproveitou, para estimular seu fecundo pensamento, as ideias de Berkeley, assim como as anteriores de John Locke. Hume não foi apenas um grande filósofo, mas também psicólogo, magnífico historiador (sua *História da Inglaterra* ainda serve de modelo para os historiadores modernos) e até um precursor do que depois foi chamado de

“antropologia”, em seu estudo a respeito da origem das ideias religiosas. Mas, seu principal campo de reflexão, em todo caso, foi a natureza humana. Hume foi um empirista radical, até mais do que Berkeley; para ele só existem as impressões que nossos sentidos nos trazem. O que chamamos de “ideias” não passam de recordações de impressões passadas.

Todo o resto são conjecturas que fazemos a partir de nossas percepções e que aceitamos por força do hábito. As coisas do mundo? Nós temos apenas impressões de cor, forma, sabor, tamanho, e, a partir da combinação delas, acreditamos que existem algumas coisas que chamamos de maçãs ou estrelas. A alma? O eu? Temos apenas uma sucessão de impressões e a memória de impressões passadas que se associam às presentes, cuja continuidade nos leva a crer que há uma entidade ou sujeito que protagoniza tais faíscas sensoriais. As leis da natureza, como a causalidade? São simples hábitos ou rotinas que consideramos vínculos objetivos, ou seja, como estamos habituados a ver que o trovão segue o relâmpago, decidimos que é este a causa daquele. Hume é um cético decidido, quer dizer, duvida seriamente de que possamos conhecer alguma coisa com certeza objetiva, pois todas as nossas impressões são subjetivas. Mas, também duvida do próprio ceticismo, ou seja, está convencido de que quando deixarmos de filosofar – mania que costuma durar pouco – voltaremos a acreditar que existem coisas com tais ou quais atributos na realidade externa, que temos alma e que as causas são algo certo e garantido.

Deus? A religião? Hume supõe que a origem da religião é o politeísmo, quer dizer, uma série de entidades fantásticas boas ou más, favoráveis ou desfavoráveis, que os homens inventam para explicar aqueles fenômenos da natureza que os prejudicam ou lhes são benéficos. Como nossa vida é repleta de incertezas e nunca sabemos se poderemos conseguir o que queremos, inventamos interlocutores mágicos a quem podemos rogar pedindo sorte e ajuda. Tampouco o Deus providencial dos cristãos ou o Deus relojoeiro organizador da natureza dos deístas como Voltaire merecem seu apreço: em *Diálogos sobre a religião natural* (livro publicado postumamente, para evitar que tivesse problemas com os inquisidores), desmonta, com argumentos contundentes, todas as supostas provas cosmológicas ou morais favoráveis à existência destes grandes espíritos... definitivamente inverificáveis.

Quanto à questão moral, Hume alivia a ética dos rigores puritanos, sacrifícios e ameaças. Para ele, não há outra norma de conduta além do bem-estar humano: o que nos é agradável, prazeroso e útil é bom; o que nos faz sofrer, nos impõe padecimentos, é mau. Mas não se trata da busca de um bem-estar meramente egoísta, porque existe em cada um de nós – pelo menos nos melhores momentos! – um sentimento espontâneo de simpatia para com os nossos semelhantes, de maneira que tornar mais agradável a vida dos demais aumenta a nossa satisfação. Quanto à virtude social por excelência, a justiça, consiste em pretender o melhor para a organização social da qual fazemos parte, sem cuja cooperação a existência nos seria difícil, ou impossível. Algumas virtudes, disse Hume, são naturais, como o amor aos filhos ou a piedade em relação aos desafortunados. Outras, no entanto, provêm da necessidade de manter o vínculo social, como a fidelidade ao cumprimento das promessas ou a obediência à autoridade. De qualquer forma, o que procuramos com a moral é desfrutar melhor as possibilidades pessoais de nossa vida, e nada mais.

*

Mas, sem dúvida, o filósofo mais importante do Século das Luzes não foi francês nem anglo-saxão, mas alemão. Chamava-se Immanuel Kant e nasceu, viveu toda a vida e morreu na cidade prussiana de Königsberg, que hoje faz parte da Rússia. Aqueles que supõem que para adquirir conhecimentos e ampliar a visão de mundo é imprescindível viajar, tropeçam, em Kant, num argumento contra essa teoria: sem ter dado nunca um passo fora de sua cidade natal, chegou a ser não apenas um dos homens mais cultos e sábios de sua época, mas,

também, um dos três ou quatro maiores pensadores da história do Ocidente. Sua vida carece de acontecimentos e peripécias notáveis: uma revista de fofocas ou um romance de aventuras não teriam muito a dizer a seu respeito. Mas foi, no entanto, protagonista de grandes acontecimentos revolucionários, embora todos tenham ocorrido no silêncio de seu escritório, enquanto pensava e escrevia.

Ganhou a vida como catedrático de filosofia, inaugurando a moderna saga dos pensadores – hoje, majoritariamente, professores. Sua pontualidade é lendária: todos os dias saía para passear e dizem que os habitantes de Königsberg acertavam seus relógios quando o viam passar, nem um minuto antes nem um minuto depois da hora habitual. No entanto, não foi um sujeito rude nem entendiente, mas de conversa amena e com extremo senso de humor. No final da vida, a demência senil foi se apoderando dele, o que atualmente chamamos de mal de Alzheimer. Como ia perdendo a memória, anotava em seu diário os temas das conversas que tivera com amigos, para não se repetir. Também começou a ter pesadelos noturnos, causados por seus transtornos cerebrais; uma de suas anotações se refere, provavelmente, a eles: “Não se entregar aos pânico das trevas”. Aqui ouve-se a definitiva palavra firme a valente do grande iluminado.

Kant admirava a obra de Isaac Newton, que conseguira assentar a ciência física em uma base segura. E aspirou a se transformar no Newton da filosofia, quer dizer, transformá-la também em uma ciência bem fundamentada. É possível tal coisa? Dado que o instrumento da filosofia é, indubitavelmente, a razão, será necessário fazer uso crítico dela e transformá-la em juiz de si mesma, de seus métodos e de suas possibilidades. O grande tema da filosofia é o ser humano, sujeito da razão e também objeto de seu estudo. Para Kant, a questão humana abarca três grandes perguntas indiscutíveis: a primeira, “o que posso saber?”; a segunda, “o que devo fazer?”; e a terceira, “o que posso esperar?”. Do grau de certeza com que possamos responder a essas questões dependerá o destino da filosofia como saber científico.

Kant responde à primeira delas, que trata do conhecimento, em *Crítica da razão pura*, sua obra mais célebre e influente, escrita aos cinquenta e sete anos, idade em que outros começam a pensar na aposentadoria. Na questão do conhecimento humano, se enfrentaram, ao longo dos séculos, filósofos racionalistas, como Descartes, que consideram nosso entendimento como a principal fonte do saber, e outros empiristas, como Locke ou Hume, que afirmam que tudo o que sabemos nos chega por via dos sentidos. Nenhuma dessas perspectivas convencia Kant, embora pensasse que as duas tinham, em parte, razão. No conhecimento humano, se dá uma matéria e uma forma: a matéria recebe a contribuição dos sentidos, mas a forma, com sua capacidade de organizar os dados sensoriais, lhe dá o entendimento. Sem a matéria que nos é dada pelos sentidos, nosso entendimento permanece vazio, mas, sem a ordem dada pelo entendimento, os dados sensoriais são um caos cego e disforme. Uma coisa parecida acontece quando as crianças fazem pudins de areia na praia usando um potinho como molde: se o potinho não for enchido de areia, não haverá pudim; mas tampouco haverá pudim se a areia não se submeter à forma que o potinho lhe dá.

De maneira que o que podemos conhecer é uma combinação entre o que os nossos sentidos percebem das coisas e a forma que nosso entendimento proporciona a esses dados: o resultado é o que Kant chama de fenômenos, que não são nem as coisas em si mesmas (nós conhecemos tudo de acordo com as categorias ou capacidades de nosso entendimento; talvez outros seres com entendimento distinto e sentidos diferentes as conheçam de outra maneira) nem tampouco uma invenção de nossa razão pura e desligada da experiência. Mas acontece que a razão não se resigna a se limitar a trabalhar com dados sensoriais e quer ir mais além: as grandes ideias metafísicas, quer dizer, a alma, o mundo como totalidade universal e Deus são aspirações ambiciosas da razão, que quer voar mais longe do que a experiência concreta permite. É uma ambição muito humana, mas que fracassa em um acúmulo de contradições insuperáveis: algo semelhante a uma pomba que, ao voar, percebe a resistência que o ar lhe

oferece e pode supor que sem ar – no vazio – voaria melhor e mais alto, ignorando que esse ar que lhe oferece resistência é também o que a sustenta em seu voo.

A próxima grande pergunta: o que devo fazer? Nós, seres humanos, somos ativos e, constantemente, temos de tomar decisões para fazer isto ou aquilo. Na maioria dos casos, são as circunstâncias que nos impõem o caminho que devemos seguir: a necessidade de comida ou abrigo, o instinto de preservação, o afã de recompensas ou o medo dos castigos, a simpatia que sentimos pelos demais *etc.* Assim, nosso comportamento é heterônomo (ou seja, segue uma norma alheia que nos chega de fora, como se alguém ou algo nos desse uma ordem que obedecemos). Para Kant, essa forma de agir pode ser prudente ou justificada, mas não é, propriamente, moral. O verdadeiro comportamento moral tem de ser autônomo, quer dizer, brotar de uma lei que não me impõe nada, que eu aceito como fruto de minha própria liberdade de ser racional. Essa norma autônoma tem de expressar o melhor da minha vontade, não meu apetite, nem minha ambição, nem meu medo dos castigos. Deve ser um imperativo, uma ordem que eu dou a mim mesmo pelo simples respeito ao melhor que há em mim: não estará condicionada a conseguir isto ou aquilo, mas será um imperativo categórico, que procura o bom de maneira absoluta e nada mais.

Como saber que esse imperativo provém, verdadeiramente, da boa vontade e não de algum interesse mais elevado? Quando faço algo que beneficia a mim, mas não aos outros, é como se ditasse uma lei que vale só para mim, não aos demais; aquele que mente é como se pensasse: “Está certo que eu minta quando me convém, mas quero que os outros me digam a verdade (porque se todo mundo começar a mentir não tirarei mais vantagens de minhas próprias mentiras)”. E aquele que rouba pensa: “É certo que eu roube o que quiser, mas que os outros não me roubem (porque, caso contrário, será impossível desfrutar o que roubei)”. Mas quando faço algo realmente bom é como se dissesse: “Quero que todo mundo aja como eu, ou seja, como um ser humano racional que respeita seus semelhantes e não os usa como ferramentas ou simples marionetes. Deste modo não me comportarei por capricho ou procurando proveito, mas porque devo respeitar a humanidade em mim e em todos os demais”.

E, por último: o que posso esperar? Aqui a resposta de Kant tem duas vertentes, uma histórico-política e outra religiosa. Como espírito realmente iluminista – hoje diríamos “progressista” –, é um universalista convicto, quer dizer, acredita na importância primordial de todos os seres humanos e em sua autonomia acima de países, raças, estados, classes sociais *etc.* Apesar de seus hábitos aparentemente nem um pouco rebeldes, Kant simpatizou com a Revolução Francesa e condenou energicamente os abusos do colonialismo europeu. No entanto, em questões políticas podia ser idealista, embora não meramente ingênuo: sabia que os seres humanos têm a tendência de cooperar entre si por sua própria natureza social, mas também que encontram em ideologias, religiões, ambições políticas *etc.*, mil razões para se enfrentarem. Padecemos de uma “insociável sociabilidade” e as comunidades humanas se movem entre guerras que as arruinam e a cooperação comercial que as tornam prósperas. O ideal é uma paz perpétua que não seja a dos cemitérios, mas a que provém da harmonia de interesses bem entendidos. Para alcançá-la, os países deverão se munir de constituições republicanas (os reis declaram guerras, mas não os povos) e terão de ser criadas federações internacionais de Estados livres que favoreçam a hospitalidade cosmopolita e proíbam os enfrentamentos bélicos. É difícil, mas não impossível: sobretudo, afirma Kant, é necessário para que se cumpra o melhor destino da história humana.

No terreno pessoal, cada um de nós sabe que o cumprimento do dever ético não é acompanhado pela felicidade mundana. De fato, a verdadeira moral não age nunca à espera de prêmios de nenhum tipo. Mas o homem pode se perguntar pelo sentido do dever moral, que não nos faz felizes, e sim dignos de felicidade... se o mundo fosse benfeito. Por que não acreditar que, de fato, em algum lugar o dever moral e a felicidade se harmonizam? Não neste

mundo, naturalmente, mas talvez no além, se Deus existir e nossa alma for imortal. Não podemos conhecer nada disso, porque transcende e supera tudo o que nossos sentidos fornecem ao nosso entendimento. Portanto, é inadmissível qualquer fanatismo religioso, ou a pretensão de impor crenças aos demais pela força, que dirá torturá-los ou assassiná-los em nome da fé. Mas a esperança não pode ser descartada. Kant, finalmente, se esforça para reconciliar seu racionalismo pensante com sua fé de crente.

*

Mas nem todos os iluministas alemães foram tão doutorais como Kant nem escreveram obras tão monumentais como as suas: houve espíritos literalmente mais leves, embora não menos profundos. Por exemplo, Georg Christoph Lichtenberg, que foi discípulo de Kant, cientista respeitado, apaixonado pela filosofia, pelo teatro e pelas mulheres, coisa que lhe deu certa fama de libertino. A obra filosófica de Lichtenberg é formada por aforismos, ou seja, por pensamentos expressos de maneira breve e concentrada, quase sempre com muito humor. Às vezes resume em poucas palavras a própria essência do Iluminismo: “Devemos todo o mal deste mundo ao respeito, frequentemente exagerado, pelas antigas leis, os velhos costumes e a antiga religião”; ou “No mundo é possível viver muito bem dizendo profecias, mas não dizendo verdades”. Em outras ocasiões, ataca com sutileza as atitudes puritanas que recomendam renunciar aos prazeres: “A moderação pressupõe o gozo; a abstinência, não. Daí que existam mais partidários desta do que daquela”. Ou, ainda: “Entre as sentenças mais sagradas de Shakespeare, adoraria que, alguma vez, aparecessem em vermelho aquelas que devemos a um cálice de vinho bebido em um momento de felicidade”.

*

Paris, mil setecentos e pouco. Alba e Nemo estão sentados em um café. Acabaram de jogar uma partida de xadrez.

NEMO: – Sabe do que mais gosto nos iluministas? Que não eram professores.

ALBA: – Você está esquecendo Kant...

NEMO: – Ah, Kant é uma exceção. Mas os outros, Voltaire, Diderot, Rousseau, Hume... os enciclopedistas e o resto, sabe. Eram escritores, poetas, músicos... ou seja, pessoas dedicadas a fazer coisas bonitas, não a dar aulas.

ALBA: – Uma aula também pode ser bonita.

NEMO: – Lá vem a cê-dê-e!

ALBA: – Você não teria gostado de ver uma aula de Kant?

NEMO: – Como não sei alemão...

ALBA: – Enfim, com seu francês também teria entendido pouco as piadas de Voltaire... Não, falando sério, acho que em parte você tem razão.

NEMO: – Eu? Você acha que estou certo? Ai! Vou desmaiar!...

ALBA: – Eu disse que você tem um pouco de razão, não fica se achando.

NEMO: – Mas eu achei...

ALBA: – Olha, o mais importante não é que os iluminados não fossem professores nem dessem aulas... O que importa é que quem se interessava pelas ideias deles não eram seus alunos.

NEMO: – E não é a mesma coisa?

ALBA: – É... e não é.

NEMO: – Como você explica bem!

ALBA: - Quero dizer que o público que lia, ouvia e até os defendia quando eram atacados era formado por voluntários. Não faziam isso por obrigação, para passar de ano, mas porque tinham vontade, porque gostavam.

NEMO: - Viu? Porque diziam coisas bonitas de um jeito artístico.

ALBA: - Pode ser. Mas, mais do que isso, porque as pessoas percebiam que aquilo tinha muito a ver com a vida delas, e não apenas com os estudos.

NEMO: - Eram mais livres que em outros tempos?

ALBA: - Acho que começavam a se sentir mais livres e queriam aprender coisas que as ajudassem a se libertar totalmente. Tenho certeza de que as mulheres, em especial...

NEMO: - Claro, as mulheres!

ALBA: - Sim, as mulheres. Por acaso você não acha estranho que até agora não tenha aparecido nenhuma mulher nessa história? Não vá me dizer que pensamos menos que os homens.

NEMO: - Beeeeem...

ALBA: - Melhor ficar de bico calado, engraçadinho. Sim, as mulheres não foram filósofas antes porque não recebiam educação, não podiam escrever, ninguém as ouvia nem...

NEMO: - É, também não existiram muitas mulheres enciclopedistas, que eu saiba.

ALBA: - Claro que não! Mas, por outro lado, houve algumas, muitas, as mais sortudas, sem dúvida, capazes de ler a *Enciclopédia* e de conversar com seus autores. Até de influenciá-los. Isso sim é uma novidade importante!

NEMO: - Olha, acho isso incrível, viu? Que as mulheres estudem e sejam espertas como você: maravilhoso, maravilhoso... Mas, acho que nessa época isso só devia acontecer na França ou em países assim. Porque o que há na Espanha...

ALBA: - Falando no Iluminismo, as mulheres daqui se atrasaram muito... e os homens. Mas também chegaram aqui as luzes e a *Enciclopédia*, certeza que sim. Aos trancos e barrancos, mas chegaram. Senão, pensa... de onde saímos, você e eu?



Capítulo 9

A REVOLUÇÃO DAS IDEIAS



Às vezes pode parecer que as teorias dos filósofos são obsessões, elucubrações engenhosas ou chatas que pouco ou nada têm a ver com o que de fato acontece no mundo. As pessoas práticas, dizem alguns – talvez muitos –, não se preocupam com as ideias filosóficas, e sim com a vida real: a política, a economia, o futebol e outras questões igualmente urgentes. As coisas que os filósofos dizem, pobrezinhos, só interessam a outros filósofos ou a pessoas tão piradas como eles, que vivem nas nuvens... Foi mais ou menos isso o que disse uma senhora brincalhona, no começo do século XIX, ao escritor escocês Thomas Carlyle, que tentava convencê-la da importância e até do perigo das ideias dos filósofos. Como única resposta, Carlyle apontou uma prateleira de sua estante com obras de Voltaire, Rousseau e Hume e comentou: “Está vendo aqueles livros, minha amiga? Pois a segunda edição de cada um deles foi encadernada com a pele daqueles que zombaram da primeira...”.

De fato, não há dúvida de que o ambiente intelectual crítico, irreverente e até rebelde fomentado pelos iluministas e pela *Enciclopédia* foi determinante para a ideologia dos protagonistas da Revolução Francesa de 1789. Esse acontecimento político balançou a Europa tanto em suas instituições como em sua maneira de pensar. Por um lado, despertou uma ânsia inédita de liberdade política e mental, de igualdade e fraternidade popular. Foi compartilhada por muitos dos espíritos mais cultos e generosos da época, inclusive por pessoas não muito revoltadas como Kant. Por outro lado, o terror sangüinário daqueles acontecimentos assustou muitos outros, que compartilharam a triste constatação de madame Roland – grande entusiasta do começo da revolução – quando teve de ir à guilhotina: “Liberdade, liberdade! Quantos crimes são cometidos em teu nome!”. De maneira que todo o século que se seguiu ao chamando “das Luzes” foi marcado intelectualmente pelas consequências da grande Revolução Francesa (assim como daquela que pouco antes acontecera na América do Norte contra a Inglaterra e depois em várias colônias da América espanhola). Dessa maneira, nasceram novos pensamentos revolucionários e também outros, conservadores: uns eram partidários de impor a justiça; outros, de preservar até a morte a liberdade, sem que faltassem aqueles que pretendiam conciliar o melhor de ambos os campos. No terreno da filosofia, essa não foi, obviamente, uma época monótona nem entediante.

Como já dissemos, um dos pensadores mais influentes foi, sem dúvida, Kant. O mestre de

Königsberg tentou, em sua obra, assinalar a capacidade, embora também os limites, da razão, e estabelecer a autonomia ética dos humanos e sua correlativa dignidade, acima de instituições e fronteiras. Porém aqueles que o seguiram pelo caminho aberto por ele não se ativeram a todas suas prevenções e cautelas, mas o ultrapassaram em um e outro sentido. Já vimos em casos anteriores que na corrida de revezamento da filosofia se é fiel ao que nos ensina e que nos precede... traindo-o da melhor e mais razoável maneira possível. Assim se comportaram em relação a Kant pensadores tão diferentes quanto Fichte, Schelling e, sobretudo, Hegel.

*

Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu em Stuttgart e estudou em Tübingen, onde foi companheiro do também filósofo Schelling e do grande poeta Hölderlin. Os três jovens acompanharam com entusiasmo os acontecimentos revolucionários da França e até plantaram juntos uma árvore da liberdade para comemorar. Mas, ao contrário de outros, Hegel sentiu um entusiasmo similar por Napoleão, a quem considerava uma prolongação e herdeiro lógico da revolução: ao vê-lo entrar em Jena durante seu giro de conquistas pela Europa, admirou-o como se fosse “a alma do mundo... montada a cavalo”. Ainda mais difícil: quando, anos depois, celebrou o muito hierárquico e bastante autoritário Estado prussiano como o melhor feito histórico da razão absoluta, também continuou considerando a Revolução Francesa “uma magnífica saída do sol, uma sublime comoção, uma exaltação do espírito que fez o mundo estremecer de emoção”.

Em seu pensamento, essas diversas (e, para alguns, contraditórias) fidelidades não contêm nenhum paradoxo. Do nosso ponto de vista subjetivo de indivíduos pensantes, certos acontecimentos do mundo parecem dignos de atenção racional, e outros, por sua vez, consideramos absurdos ou desagradáveis. Para Hegel, no entanto, todos são uma expressão necessária de uma mesma razão que vai se abrindo em passos concatenados ao longo da história humana. Seu lema é: tudo o que é racional é real e tudo o que é real é racional. Para Hegel, a razão não é apenas uma capacidade dos indivíduos finitos, submetida às limitações apontadas por Kant, mas a estrutura dinâmica de tudo o que existe. O sujeito começa a pensar a partir de sua condição finita e empírica, naturalmente, mas, depois, o próprio desenvolvimento da razão deve levá-lo a ampliar sua perspectiva e fundir o finito no infinito e absoluto. Esta aventura intelectual é narrada em sua obra mais fascinante: *Fenomenologia do espírito*.

Partamos do mais simples e garantido: agora é dia. Essa verdade merece ser registrada e a anoto no papel. Deixo passar algumas horas e volto a reler a anotação: Surpresa! A verdade óbvia e evidente se transformou em falsidade, porque agora não é mais dia, reina a noite. Terei de me desesperar, cair no ceticismo? Não, devo aprender que a razão não é estática e limitada, mas dinâmica e em movimento, em direção à totalidade. Esse percurso, que acontece dentro de nós enquanto amadurecemos intelectualmente, mas também ao longo da própria história da humanidade, é o argumento do livro. Vai passando a limpo a percepção, o entendimento e a luta pelo poder entre o senhor e o servo, o Iluminismo, a revolução e o terror, o positivismo científico *etc.* Como quase todo o resto da obra hegeliana, a *Fenomenologia* é muito difícil de ler. Embora trate de assuntos que, em última análise, interessam a todos – se não fosse assim, não seria de um filósofo –, Hegel escreve principalmente para técnicos e professores de filosofia, o que torna a maior parte de sua obra inacessível aos principiantes e extremamente obscura para muitos que não chegam nem a isso. Mas, claro, a leitura não é nem mais nem menos “profunda” do que a de autores mais diretamente compreensíveis, como Montaigne, Hume ou Rousseau.

Hegel também escreveu a monumental *Ciência da lógica*, que é algo como o Everest com

seus angustiantes mais de oito mil metros de altitude que o aprendiz de filósofo deve ler para conquistar respeitabilidade. A lógica de Hegel não trata de como se argumenta, e sim de como se pensa. Em outras lógicas – a de Aristóteles, por exemplo – são assinalados os tipos de raciocínios errôneos, mas na de Hegel cada passo da razão é válido e também necessariamente falso, porque só o conjunto universal da razão realizada no mundo, a Ideia total e absoluta, pode aspirar “a verdade”. Essa forma paradoxal de avançar no pensamento – um passo para frente, outro para trás e depois dois para a frente – é chamada de dialética e é a contribuição mais frutífera de Hegel ao procedimento intelectual. Segundo a dialética, a razão estabelece primeiro uma afirmação, ou tese, depois compreende as objeções que a invalidam e passa a negá-la na antítese, para, em seguida, retomar uma e outra na síntese, que vai além de ambas, recolhendo-as e superando-as. O exemplo mais citado da dialética está no próprio começo da lógica: o ponto de partida é o ser, que não é isto nem aquilo nem nada determinado, apenas o puro e vazio fato de ser; mas, se o ser não tem determinações nem conteúdos, é... nada, ou seja, identifica-se com o que parece desmenti-lo, o nada, o que precisamente não é; mas, quando já estamos no nada, vemos que ao menos é isso: nada, ou seja, que, à sua maneira, é...; e a passagem do nada ao ser é o devir, que recolhe a afirmação primeira e a negação que a segue em um movimento que vai além. Complicadinho, não? Mas, quinhentas páginas depois, qualquer um se acostuma.

Os indivíduos moralmente autônomos de Kant impressionam pouco a Hegel. Cada um pode agir de acordo com sua pauta ética pessoal, mas não deve pretender que sua moralidade se imponha ao mundo. Ou talvez possa trabalhar de acordo com suas paixões – para Hegel, “nada grandioso foi feito no mundo sem paixão” –, mas a paixão tampouco pode ditar a suprema norma ética, por mais imprescindível que seja às ações individuais. Na realidade, a substância ética efetiva e verdadeira vai se formando à base de contribuições individuais que terminam se cristalizando em instituições históricas: a mais madura de todas elas é o Estado (e, se ele for prussiano, melhor ainda), culminação da marcha da Ideia na história e, portanto, o ponto final dela mesma. A filosofia mais elevada e, conseqüentemente, racional, não se adianta profeticamente à história, mas vem depois dela para consolidar idealmente o já acontecido. Porque, segundo a metáfora de Hegel, a ave da deusa Minerva (a coruja, emblema da filosofia desde a antiguidade) não lança vôo rumo ao crepúsculo quando o dia e seus acontecimentos já terminaram...

*

Os melhores discípulos de Hegel foram – como já vimos que costuma acontecer – aqueles que mais decididamente aproveitaram seus ensinamentos, mas invertendo seu sentido. Por exemplo, Ludwig Feuerbach, para quem a filosofia do futuro não deveria consistir em fundir o finito no infinito, mas exatamente o contrário: ou seja, revelar que esse infinito, chamado Ideia Absoluta, Deus ou coisa parecida, está realmente no finito, que é o homem. Filosofias como a de Hegel, com todos os seus méritos, não são na realidade nada além do que teologias, e a autêntica filosofia vindoura terá de ser uma antropologia, quer dizer, um saber centrado na infinitude abarcada pelo ser humano.

Feuerbach explica que a essência do cristianismo significa magnificar os atributos que descobrimos no homem – compaixão, amor, desejo de justiça *etc.* – e projetá-los na grande tela do céu, como parte do perfil gigantesco de Deus. O Deus dos cristãos é um ser humano idealizado no qual brilham, com fulgor de absoluto, todas as capacidades que nós, mortais, temos, como virtudes, aspirações ou projetos. Em outras religiões, pelo contrário, o que a crença idealiza é a relação do ser humano com a natureza, feita de temor e respeito ante sua força, assim como de reconhecimento de nossa pequenez diante dela.

Sem dúvida, o mais destacado seguidor de Hegel foi Karl Marx, que não foi apenas filósofo, mas também economista, jornalista e político. Não se dedicou ao ensino universitário – embora fosse qualificado para isso –; entregou-se à crítica das instituições e à agitação revolucionária, colaborando em diversas publicações radicais de esquerda e sofrendo a perseguição das autoridades, o que o levou da Alemanha a Paris, depois a Bruxelas e mais tarde a Londres, onde morreu e está enterrado, no cemitério de Highgate. Em Paris, ficou amigo de Friedrich Engels, seu fiel companheiro e também colaborador em grande parte de suas obras, assim como seu mecenas durante os últimos anos de sua vida em Londres. Com ele escreveu o *Manifesto do partido comunista*, uma peça magistral de literatura subversiva, cuja enorme influência, não apenas intelectual, mas histórica, chegou aos nossos dias. Mas foi em Londres, e mais precisamente na excelente biblioteca do Museu Britânico, que Marx escreveu *O capital*, uma obra monumental e inacabada na qual expõe suas ideias sobre economia, história e filosofia política.

Marx se interessou muito pela obra de Feuerbach, porque sustenta que todo pensamento crítico começa pela crítica à religião. Mas ficou com a impressão de que o colega ficou restrito ao terreno da teoria e do debate ideológico. Na última de suas *Teses sobre Feuerbach*, ele contrasta essa atitude com a sua própria: “Até o momento, os filósofos se dedicaram a interpretar o mundo, mas trata-se mesmo é de mudá-lo”. Durante séculos, os pensadores pretenderam se dedicar a uma contemplação desinteressada do mundo, mas Marx (como Platão!) queria usar sua reflexão para combater a tirania e promover uma melhor organização da sociedade. Se a filosofia não tivesse efeitos práticos, inclusive revolucionários, seria apenas outra modalidade de “ópio do povo”, como a religião, que não serve para nada além de adormecer os cidadãos e habituá-los a se resignar à injustiça social.

O propósito de Marx é virar a dialética hegeliana de cabeça para baixo e apoiá-la sobre os pés, em vez de sobre a cabeça, ou seja: em vez de transformar a Ideia Absoluta de Hegel na última etapa do desenvolvimento da razão, colocar nesse lugar privilegiado a descoberta da condição material da vida humana. Hegel acredita que é a consciência (em forma de razão, religião ou arte) que determina o ser do homem, mas Marx o corrige: é o ser humano, em sua materialidade (quer dizer, em suas relações sociais, laborais, econômicas e em seu desenvolvimento técnico), quem determina o que os homens vão pensar filosoficamente, vão acreditar religiosamente ou vão admirar como arte sublime. O que move a dialética universal não é a Ideia, mas a Matéria, que, no caso do ser humano, não é jamais uma mera questão de átomos e de mecânica, mas de confrontação social e de lutas pelo poder.

Em suas obras sobre economia política, Marx denuncia a insustentabilidade do sistema produtivo de sua época: os proprietários dos meios de produção industrial, quer dizer, os capitalistas compram a força de trabalho do proletariado cada vez a preços mais baixos, de maneira que vão transformando os operários primeiro em explorados e depois em pobres miseráveis. É verdade que historicamente os burgueses capitalistas foram imprescindíveis para acabar com o feudalismo e a aristocracia, mas depois se converteram em um obstáculo para a concretização da sociedade futura, sem classes nem hierarquias sociais, na qual os trabalhadores proletários serão emancipados e seremos todos igualmente proprietários do bem comum (daí o nome “comunismo”). Portanto, a revolução social não é uma exigência moral nem um imperativo ético, mas uma necessidade histórica que deve ser acelerada sublevando, através da crítica e da doutrinação, os explorados que ainda não sabem que o são.

No terreno econômico, Marx descreveu com bastante acerto a situação de sua época – o início da era industrial –, mas não previu que as próprias lutas sociais fomentadas por seu pensamento corrigiriam muitos dos males que apontava e freariam a pauperização dos trabalhadores. Os verdadeiros triunfos sociais que sua doutrina obteve não consistiram em

uma mudança de governo após uma guerra civil (que era o que muitos esperavam e tentaram ao longo do século em vários países), mas em conquistas como o Estado do bem-estar, a segurança em matéria de saúde e educação etc., todas arrancadas pela força dos capitalistas, que queriam, isso mesmo, evitar males maiores. No entanto, em alguns países nos quais aparentemente triunfou e exterminou seus adversários – a Rússia soviética primeiro, depois a China de Mao, a Cuba atual *etc.* –, o comunismo marxista se transformou em uma justificativa ideológica para ditaduras sanguinárias, que acabam com as liberdades sem propiciar justiça e desenvolvimento social de fato. Em tais casos, é lícito recordar que o próprio Marx certa vez disse: “Eu não sou marxista”.

*

Os filósofos criticaram, frequentemente, as ideias de seus colegas do passado e do presente, mas quase sempre preservando a cortesia e pelo menos uma certa aparência de respeito por eles. Uma notável exceção a essa regra foi Schopenhauer, que atacou como poucos os idealistas Fichte, Schelling e sobretudo Hegel, a quem qualificou como “farsante”, “criatura ministerial” e “cabeça dura”, entre outras gentilezas. Na avaliação dele, esses representantes da filosofia acadêmica prussiana eram simples burocratas que pervertiam a verdade e não pretendiam nada além de transmitir ideias edificantes em apoio ao Estado e às instituições: nunca se entristeciam nem preocupavam ninguém porque, no fundo, sua mensagem era sempre teológica, uma variante dissimulada do otimismo metafísico inaugurado por Leibniz.

Arthur Schopenhauer nasceu em Danzig, na atual Polônia, filho de um comerciante que se esforçou para educá-lo e de uma mãe romancista (com certo êxito popular) que detestava cordialmente e que lhe devolvia um “carinho” igual. Quase adolescente, viajou pela França e pela Inglaterra para conhecer o mundo: a morte de seu pai – talvez tenha se suicidado – poupou-o do desgosto de ter de se dedicar ao comércio e lhe proporcionou uma renda suficiente para poder se dedicar à filosofia, sua verdadeira vocação. Pouco depois de completar trinta anos, publicou sua obra fundamental, *O mundo como vontade e representação*, que, para sua imensa indignação, passou despercebida durante décadas. Tentou dar aulas na Universidade de Berlim, mas com pouquíssimo êxito: se empenhou em ensinar nas mesmas horas que Hegel, então no auge de sua fama, e não conseguiu que ninguém se interessasse (o que tampouco aumentou sua simpatia por seu celebrado colega). Instalou-se definitivamente em Frankfurt, onde se dedicou a escrever apêndices e corolários para sua obra principal. Aos sessenta e três anos, reuniu-os em uma compilação chamada *Parerga e Paralipomena*, em que abordava temas os mais diversos, desde conselhos sobre o amor e as mulheres, até considerações sobre fantasmas, duelos e loucura. E, finalmente, obteve o êxito e o reconhecimento que haviam lhe escapado durante toda a vida. Morreu pouco depois, muito feliz consigo mesmo.

Embora venerasse clássicos como Platão, Hume ou Goethe (que conhecera pessoalmente em encontros literários organizados por sua mãe), para Schopenhauer o maior gênio filosófico de todos os tempos foi Kant. Nem toda sua obra o convencia, naturalmente: só lhe interessava o autor da *Crítica da razão pura* e zombava do piedoso moralista crente. Também tentou aperfeiçoar e tornar menos cauteloso o pensamento kantiano, a exemplo de seus odiados idealistas acadêmicos, mas para isso recorreu a uma influência insólita e verdadeiramente original: a sabedoria hindu dos Upanixades, que conheceu na versão do orientalista francês Anquetil-Duperron. Desde que alguns dos gregos que acompanharam Alexandre, o Grande, à Índia trouxeram atitudes ali aprendidas (por exemplo, daqueles que chamaram de gimnosofistas ou “sábios nus”, marginalizados pela sociedade comum), nenhum filósofo havia se interessado pelos saberes asiáticos. Com Schopenhauer, o Oriente se incorpora ao pensamento europeu moderno: em seu gabinete de trabalho, desprovido de qualquer fetiche

religioso cristão, havia uma imagem de Buda.

Schopenhauer afirma que o que conhecemos da realidade não é nada além de nossa representação do que há, ou seja, o que Kant chamava de “fenômeno”. Ou seja, aquilo que provoca em nosso corpo tudo o que está fora de nós. Mas essa representação não provém do nosso entendimento, e sim da nossa intuição vital, a partir da qual operarão depois a razão e seus conceitos abstratos. Afinal de contas, a representação não é nada além do que os hindus chamaram de “o véu de Maya”, o conjunto de ilusões produzidas por nossos desejos e apetites vitais, que encobre o que não lhe interessa e embeleza o que prefere. Porque o que na verdade conta para nós, mundanos, é o que a vontade que fundamentalmente nos constitui quer do mundo: uma demanda infinita que sempre deseja mais e mais, sem contentar-se nunca com nada, desejando algo novo quando obtemos o que havíamos desejado. Na verdade, não é nossa razão idealista que determina o que queremos, e sim nosso selvagem e inconsciente querer, que domina o quanto entendemos e raciocinamos.

Desde os gregos, todos os grandes pensadores supuseram que tudo o que está bem no mundo é a totalidade de seu conjunto, e que os males provêm de nossa individualidade caprichosa e equivocada. Schopenhauer acha o contrário: o mundo é dor, porque o querer nunca se satisfaz e tudo o que existe é puro apetite de obter mais e mais, sem trégua nem objetivo final. Todos os seres sofrem – cada um a seu modo – porque nenhum se cansa de querer nem consegue da vida mais do que insatisfação. Mas precisamente o ser humano pode, através de sua razão, se dar conta desse absurdo e frear seu querer, apaziguá-lo ou até, em casos geniais, renunciar à vontade voraz. Primeiro, por meio da arte, que nos distancia do mundo e o representa sem nos obrigar a sofrer e desejar (a arte superior é a música, por meio da qual podemos ouvir a que soa a vontade sem nos vermos implicados nela); depois pela compaixão, o fundamento de toda moral, que nos permite compreender os sofrimentos do restante dos seres, não apenas humanos, mas também animais (os defensores da caça ou das touradas não receberiam nenhuma simpatia de Schopenhauer), e renunciar a lhes causar danos para impor nossos desejos; finalmente, pela santidade (sem deuses nem clero, desde já), que leva uns poucos a renunciarem da procriação e até do desejo cruel de viver, e lhes permite deixar se extinguir suavemente no nirvana, esse nada sem desejos nem estímulos dolorosos dos budistas.

As recomendações de Schopenhauer sobre o amor sexual, a política ou as relações sociais não chegam a ponto de predicar a própria santidade e a renúncia completa, mas pretendem reduzir ao mínimo os sofrimentos da vida usando o senso comum. Como – à diferença de tantos colegas filósofos – foi um excelente escritor, claro e engenhoso até quando abordava temas tortuosos, seus conselhos para viver melhor – ou talvez um pouco menos mal – chegaram a ser muito populares e mais lidos que o restante de sua filosofia. Um exemplo de sua perspectiva pessimista é a fábula dos porcos-espinhos no inverno como metáfora da vida social: quando chega o frio invernal, os porcos-espinhos sobem uns nos outros para transmitir calor, mas não podem se aproximar muito porque se ferem com os espinhos de seus semelhantes, devendo assim manter distância – assim como nós, humanos, procuramos a companhia dos demais para não perecer na solidão e fastio, mas não podemos nos frequentar muito de perto sem ferirmos uns aos outros com nossas ambições opostas.

*

Hegel baseou seu sistema filosófico na necessidade e no Todo; ninguém se opôs tão radicalmente a ele como Kierkegaard, que não teve sistema nenhum mas defendeu, contra os ventos e as marés, a possibilidade e o indivíduo. Søren Kierkegaard nasceu e viveu durante toda a vida em Copenhague, a capital da Dinamarca. Seu pai, um religioso atormentado, transmitiu a Søren sua obsessão pela culpa, a dificuldade de salvação e a distância de Deus.

Kierkegaard estudou filosofia em Berlim com Schelling, mas nunca foi professor nem tampouco pastor protestante, embora boa parte de sua obra seja composta de sermões e meditações religiosas. Na realidade, sempre andou livremente, escrevendo textos breves extremamente originais e literariamente excelentes, nos quais com frequência exibia um humor irônico (seu primeiro ensaio tratou, exatamente, do conceito da ironia). Assinou a todos com uma série de engenhosos pseudônimos, cada um dos quais oferecia uma nova perspectiva pessoal. Apesar de seu físico pouco afortunado (era meio corcunda), manteve um longo noivado com a bela Regina Olsen, porém o rompeu pouco antes do casamento devido a atribulações íntimas, sobre as quais só podemos fazer conjecturas. Em seus anos de vida, sofreu zombarias da revista satírica *O corsário*, que o fizeram sofrer muito, e travou uma polêmica com o respeitado teólogo hegeliano Martensen, fato que o deixou ainda mais isolado e incompreendido. Morreu aos quarenta e dois anos e quis em seu epitáfio apenas duas palavras: “Aquele indivíduo”.

Acima de tudo (e do Todo), o que interessa a Kierkegaard é o indivíduo concreto, o que existe e sofre, aquele para quem a verdade é algo que recebe sentido de sua própria vida. Hegel também fala, em seu sistema, do concreto e da verdade, mas, na realidade, são meros rótulos abstratos porque para ele só conta a evolução da razão e não a experiência vivida. Sua filosofia, diz Kierkegaard, é como uma loja em cuja vitrine há um cartaz que diz: “Lavanderia”; ao vê-lo, a pessoa decide levar sua roupa suja até lá para que a lavem, mas logo fica sabendo que o local não oferece serviço de limpeza, e sim apenas um cartaz qualquer, que está à venda.

O que o indivíduo conhece e o atormenta não é a necessidade, mas a possibilidade. O tormento provém de que, ao lado da possibilidade positiva, a “possibilidade-de-que-sim”, está também a “possibilidade-de-que-não”, do impossível, quer dizer, a possibilidade do nada que aniquila tudo o que é possível. A possibilidade depende de nossa liberdade, que deve escolher, mas também de circunstâncias de todo tipo, as quais devemos escolher e as quais escolhemos. Como agentes, intervimos no possível, mas não somos donos de seu resultado efetivo. Enfrentar essa vertigem incerta da possibilidade nos causa angústia, calafrio ante o permanente “talvez” que se abre diante de nós como uma tentação, ou seja, que ao mesmo tempo atrai e espanta. Com certeza, o lugar próprio da possibilidade é o futuro, o que ainda não aconteceu, ao qual nos precipitamos. Mas não está menos presente no passado, porque ali onde Hegel quer ver uma necessidade racional já cumprida, Kierkegaard continua contemplando possibilidades que foram, mas poderiam não ter sido: pendente de cada instante do passado também está o mesmo nada que ameaça os passos do porvir.

Para os indivíduos angustiados pela possibilidade, Kierkegaard considera que há três estágios de existência (o que não deixa de ser uma concessão à tríade dialética hegeliana, embora, segundo ele, cada um desses estágios possa conduzir ao seguinte, mas não necessária e inexoravelmente). O primeiro é o estágio estético, no qual se vive poética e luminosamente, escolhendo sempre o belo, o excepcional e mais prazerosamente satisfatório. Tudo o que é banal, rotineiro e sacrificado na existência é ignorado ou abolido. Assim vivem os grandes sedutores, pecaminosos mas deslumbrantes, como o Don Giovanni da ópera de Mozart, ou o Johannes protagonista de *Diário de um sedutor*, do próprio Kierkegaard. Mas a maldição do estágio estético é o tédio desesperado em que sempre desemboca, porque a perpétua busca do novo e sublime acaba aniquilada pelo fastio e a insubstancialidade.

O segundo estágio da existência é o ético, no qual não se alcança apenas uma vida a ser desfrutada pelos excepcionais originalíssimos, mas a vida que todos podem viver, submetendo-se ao dever e ao compromisso acatado. O matrimônio é o gesto ético por excelência – diante do capricho do sedutor – e também o trabalho, que cumprimos como obrigação e que qualquer outro poderia fazer em nosso lugar. Mas na disciplina da ética se assume, irremediavelmente, a culpabilidade que encerra cada indivíduo em sua vida, a disposição sempre inclinada ao mal,

que só o acatamento das leis nos permite afastar. Portanto, a ética é constantemente vivida como um perpétuo arrependimento irremediável, como algo insuficiente para quem procura a perfeição.

Daí a possibilidade (não a certeza nem a necessidade) de um terceiro estágio, o religioso. Nele, é possível ir além do dever e da lei moral, dando um salto para o que escapa a toda razão e necessidade, mas que pode salvar eternamente nossa individualidade. Em seu livro *Temor e tremor* (título admirável, que dá uma piscadela para esta obra que você está lendo), Kierkegaard narra a história de Abraão, a quem Jeová ordena – sem lhe dar nenhum tipo de explicação – que sacrifique seu filho Isaac. Trata-se de uma terrível violação da ética normal em nome da fé que o patriarca aceita com angústia, embora seja, finalmente, dispensado de cumpri-la. Abraão se arrisca a desafiar as normas morais em busca de algo superior à própria ética, mesmo que, racionalmente, isso pareça um desatino. Acredita para além da lógica e de suas explicações para acabar finalmente com todo temor e toda culpa. Essa é, segundo Kierkegaard, a função da fé em um Deus infinitamente estranho, ao qual não podemos compreender com a razão, mas que pode nos salvar da angústia por meio da sinceridade da própria angústia com que o reclamamos.

*

Por sua vez, o francês Auguste Comte coincide em muitas coisas com a visão hegeliana da sociedade e da história, mas não podemos dizer que seja discípulo ou imitador do alemão por uma razão muito simples: nunca o leu. Em linhas gerais, Comte era contrário a ler muito, porque, segundo ele, isso impedia o raciocínio pessoal, sem juízos prévios. De maneira que não leu Kant nem Hegel nem quase nenhum dos grandes filósofos – pelo menos foi o que disse. Comte nasceu em Montpellier e ensinou matemática em Paris, mas sua carreira acadêmica foi incompleta devido à publicação de suas obras filosóficas, que agradavam muito pouco a seus colegas mais conservadores. Durante um tempo, colaborou com o socialista utópico Saint-Simon (cujas teorias precederam o marxismo, embora fosse muito criticado por Marx), teve problemas psiquiátricos que conseguiu superar e foi amante de Clotilde de Vaux, que se transformou em sua musa inspiradora tanto durante sua vida como, sobretudo, depois de sua morte precoce. Além de fundar uma nova escola filosófica, o positivismo, também tentou reorganizar totalmente a sociedade de seu tempo e propôs uma nova religião social, sem Deus nem seres sobrenaturais, mas com diversos santos protetores, entre os quais incluiu, em um lugar destacado, sua amada Clotilde.

Comte é o precursor daquilo que hoje chamamos de “sociologia”, ou seja, o estudo mais ou menos científico das formas sociais. Segundo ele, são os tipos de conhecimentos que caracterizam os conjuntos dos seres humanos. Cada sociedade (e em certa medida cada indivíduo) passa por três estágios: o estágio teológico – subdividido, por sua vez, em fetichismo, politeísmo e monoteísmo –, no qual tudo o que acontece é atribuído à intervenção de um ou vários seres sobrenaturais; o estágio metafísico, no qual se supõe que a causa dos acontecimentos sejam forças abstratas, como a vontade ou o absoluto; e o estágio positivo ou científico, no qual os fatos observados são explicados pelas relações mútuas e as leis que derivam delas. Comte situava sua época no final do segundo estágio e no começo do terceiro.

Para Comte, o progresso social significa progresso da ordem e do controle da sociedade. Em suas ideias, tem mais de Sumo Sacerdote (e até de Sumo Inquisidor), do que de sábio. Por exemplo, afirma que devem ser proscritas todas as formas de investigação científica que não contribuem de forma imediata e verificável para o bem-estar social por serem excessivamente especulativas (se tivesse sido levado a sério, teria acabado com toda a ciência moderna: adeus à teoria da relatividade ou à física quântica!). A moral se resume ao preceito “Viver para os demais!”. Os filósofos positivistas deveriam ser os reitores absolutos de uma nova ordem

social, a sociocracia, na qual, como intérpretes da Humanidade, teriam o direito de ditar leis indiscutíveis aos indivíduos para impor a ordem conveniente à maioria. Um novo catecismo positivista devia ensinar aos cidadãos suas obrigações; um novo calendário promoveria a santos de cada dia cientistas, heróis e políticos, enquanto seria adorado coletivamente o Grande Ser – a humanidade – assim como o Grande Fetiche (o mundo) e o Grande Meio (o espaço, que também seria uma expressão de nossa grande fatalidade). Bem, em certa época de sua vida, Auguste Comte passou uma temporada no manicômio, mas vendo algumas de suas propostas sociais é de se pensar que teve alta muito cedo...

A filosofia inglesa foi marcada pelas ideias do utilitarismo, cujo pioneiro foi Jeremy Bentham, herdeiro da tradição que vai de Hobbes a Hume. Bentham se ocupou da filosofia moral e da filosofia do direito, mas também foi filantropo e reformador social. Assim como escrevia sobre o método de descobrir falácias na argumentação dos políticos, esboçava um novo tipo de prisão, supostamente mais humana que a de sua época – o Pan-óptico. Nele, os guardas teriam, a todo momento, os prisioneiros à vista. Apesar de sua timidez, com o passar dos anos foi se tornando um adversário cada vez mais ousado das ideias religiosas. Com outras personalidades progressistas, fundou o University College de Londres, e, ao morrer, deixou um legado pouco usual: seu próprio esqueleto, com uma máscara de cera no rosto, vestido com suas roupas e luvas e sentado em uma cadeira, com um grande chapéu. Foi colocado em uma vitrine – era preciso fazer alguma coisa com ele – e, se não me engano, ainda continua ali.

A doutrina utilitarista baseia toda sua normativa neste princípio: atue de tal modo que consiga a maior felicidade para o maior número de pessoas. Bentham queria transformar a moral em ciência exata, como a física. Para isso, teria de ser baseada em fatos indubitáveis, como a dor e o prazer. Dizer que uma ação é boa equivale a afirmar que nos causa prazer; afirmar que é moralmente boa equivale a declarar que causa prazer à maioria, ou seja, que é útil porque amplia a felicidade geral. A dificuldade está no fato de que não é simples calcular prazeres e dores. Por exemplo: o prazer que me dá o belo quadro de Goya que tenho em minha casa é maior do que o prazer do mendigo morto de frio que poderia se aquecer caso eu queimasse meu quadro na lareira? Comer um sanduíche de presunto proporciona mais, menos ou igual prazer do que ouvir uma ária de ópera? (Supondo que você goste de presunto e de ópera, claro). Também há valores, como a justiça, difíceis de reduzir a uma questão de prazer ou dor. Seria justo, quer dizer, moralmente valioso, alcançar o bem-estar de todo um país ao preço de torturar e executar um inocente?

*

As ideias utilitaristas foram explicadas de forma mais convincente e matizada por John Stuart Mill, filho de James Mill, um dos maiores amigos e discípulos de Bentham, que o educou de maneira cuidadosa, mas severíssima. Embora seja evidente que John aprendeu assim muitas coisas, também é claro que foi privado de todos os prazeres da infância, e se queixou disso mais tarde em seu interessante livro *Autobiografia*. Stuart Mill é um dos personagens mais adoráveis da filosofia moderna: embora não tivesse muito senso de humor – com uma educação como a que teve não era fácil desenvolvê-lo –, era um espírito generoso e nobre, intelectualmente honrado e argumentador minucioso. Especialista em encontrar sensatez em doutrinas um tanto enlouquecidas, escreveu um livro sobre Auguste Comte, onde destacou os aspectos mais interessantes de seu pensamento, sem ocultar suas muitas besteiras. Também escreveu um breve ensaio, intitulado *Utilitarismo*, em que defende um hedonismo qualitativo, segundo o qual deve haver uma hierarquia de prazeres, e afirma, por exemplo, que é melhor “ser um homem descontente do que um porco satisfeito”. Embora não fosse crente – como bom inglês não aceitava, em questões de conhecimento, mais do que nos dão nossos sentidos

-, esforçou-se para encontrar a utilidade social e pessoal das doutrinas religiosas, inclusive da imortalidade da alma, embora não ignorasse tampouco os perigos da superstição e da intransigência.

Em suas reflexões sobre economia política, Stuart Mill defende o individualismo liberal diante das pretensões dos socialistas utópicos e dos comunistas de transformar o Estado em planejador da economia. Mas, no entanto, não nega a este Estado outras funções sociais importantes: por exemplo, obrigar as crianças a frequentar alguma escola, controlar as jornadas laborais para impedir os prejuízos à saúde e a exploração, regular a emigração para combater a superpopulação, garantir a liberdade de associação dos trabalhadores e sua participação nas empresas, supervisionar as atividades beneficentes, prevenir os maus-tratos aos animais...

E, sobretudo, acabar com o poder despótico dos homens sobre as mulheres, garantindo a elas direitos idênticos e plena proteção legal, aspectos que defendeu em seu livro *A sujeição das mulheres*, obra precursora das ideias feministas. Tal como aconteceu com Comte, Stuart Mill também teve uma mulher - Harriet Taylor - que influenciou decisivamente em seu pensamento e morreu muito jovem, deixando-lhe um grande vazio. Escreveu com ela sua obra-prima, *Sobre a liberdade*, um livro belo e inteligente em que defende a autonomia do indivíduo diante da tirania da maioria (que Auguste Comte apoiara) e sustenta que a única razão pela qual a autoridade poderia intervir para coagir a vontade de uma pessoa seria quando fosse para evitar que os outros fossem prejudicados. No resto das questões, a função da autoridade estatal deveria se limitar a garantir um quadro de condições que permitissem a cada um tomar suas próprias decisões, já bem informado e depois de fazer a devida reflexão.

*

O melhor da filosofia é que nela se encontram protagonistas tão diferentes como os múltiplos aspectos da própria vida: ao lado de um pensador propenso às reflexões úteis e razoavelmente sensatas - às vezes sensatas demais - como John Stuart Mill, aparece outro arrebatado, truculento e exaltado como Friedrich Nietzsche, talvez um dos mais pessoalmente geniais e ao mesmo tempo controvertidos de toda a moderna história das ideias. Nasceu na cidade alemã de Röcken, filho de um pastor protestante que morreu quando ele ainda era criança, e estudou filologia clássica em Bonn e Leipzig. Sua enorme e original inteligência permitiu que se destacasse rapidamente, a tal ponto que, com apenas vinte e quatro anos, foi lhe oferecida uma cátedra em sua especialidade, na universidade de Basileia, na Suíça. Ali travou amizade com o compositor Richard Wagner, a quem a princípio admirou muito e com quem depois teve uma famosa ruptura. Na época publicou sua primeira obra, *O nascimento da tragédia*, que lhe custou o ódio de seus colegas filólogos mais conservadores: a repercussão desse livro e sua saúde frágil, que começou a lhe causar sérios problemas, arruinou sua carreira acadêmica. Mais adiante disse que teve de escolher entre ser catedrático de filosofia ou um deus, e escolheu o segundo... por modéstia.

Abandonou o ensino e viveu sem luxos da herança paterna, flanando por diversas localidades dos Alpes suíços e do norte da Itália, publicando por conta própria extensas obras mais que notáveis, porém ignoradas por quase todo mundo. Conheceu uma jovem de origem finlandesa bela e sábia, Lou Andreas-Salomé, e achou que havia encontrado uma companheira de alma como a que tiveram Comte e Stuart Mill, mas ela recusou seu pedido de casamento e se casou com um de seus melhores amigos. A saúde física e sobretudo mental de Nietzsche foram se deteriorando cada vez mais. Durante uma estada em Turim, veio a queda definitiva: ao ver um cocheiro açoitando o cavalo dele já sem forças no meio de uma praça central, abraçou, chorando, o pescoço do animal para compartilhar o castigo. Passou os últimos dez anos da vida mergulhado em uma demência mais ou menos pacífica, aos cuidados de sua irmã

Elizabeth, que se dedicou a editar seus livros mais com instinto comercial que fidelidade ao seu pensamento. Durante essa época de inconsciência, obteve celebridade merecida em toda a Europa, algo que nunca antes pudera usufruir.

Antes de tudo, Nietzsche foi um seguidor das doutrinas de Schopenhauer, mas como já vimos que acontece tantas vezes entre os filósofos, o melhor discípulo foi também o que se opôs mais radicalmente às conclusões do mestre. Assim como Schopenhauer, Nietzsche contemplou o mundo como uma realidade caótica e atroz, cheia de dor e carente de piedade, sem um sentido nem uma finalidade superior e harmoniosa. Essa perspectiva schopenhaueriana havia sido, em certa medida, corroborada pela teoria da evolução apresentada por Charles Darwin em *A origem das espécies*, talvez a obra científica mais influente filosoficamente em seu século... e no nosso. Nela, Darwin acaba com a superstição de que o funcionamento dos seres naturais responde a um projeto criador: na realidade, o que predomina é uma seleção marcada pela sobrevivência daqueles que mais bem se adaptam ao seu meio, que são aqueles que garantem, em maior número, sua descendência na implacável luta pela existência. Não há um objetivo final, apenas o “salve-se quem puder”, na tormenta nada misericordiosa da vida que quer se perpetuar a todo custo...

Diante dessa realidade dolorosa e feroz, Schopenhauer recomendou a gradual renúncia à vontade de viver, de maneira semelhante a outras atitudes religiosas – por exemplo, o cristianismo –, que aconselham resignação e mansidão no terrível transe da vida. A diferença fundamental entre as duas posturas é que o ateu Schopenhauer não esperava nada melhor do que o nirvana, a aniquilação pela renúncia, enquanto o cristianismo espera por outro mundo feliz, além deste mundo, onde a existência adquira sentido e desfrute harmonia fraterna. Nietzsche enfrenta aqui o dolorido ateu e os piedosos crentes: segundo ele, deve-se aceitar a vida tal como ela é, absurda e trágica, com seus momentos de êxtase glorioso e seus terríveis sofrimentos. Trata-se de amar a vida, porque nisso consiste a saúde diante dos enfermos – físicos ou mentais –, que não conseguem suportá-la. Mas o amor à vida impõe amar também seus aspectos atroz e impiedosos. Portanto, é preciso mudar nossos valores morais, virá-los pelo avesso como quem vira de dentro para fora uma meia: já chega de recomendar resignação, humildade, ternura e de exaltar o débil como se, por sê-lo, fosse “bom”; os valores desejáveis são, na realidade, a força e a audácia, a energia e o orgulho. O forte e valente, que vive confiando nas altas lições do corpo e não crê no além, não é culpado de sua afirmação vital e, portanto, o ressentimento daquele que o teme ou o inveja a partir de sua fraqueza e aspira a outro mundo, no qual possa vê-lo castigado, não é fonte de mérito nem fundamento de normas morais dignas de tal nome.

Schopenhauer havia transformado a vontade cega em fundamento do real: mas, para Nietzsche, existe no homem a possibilidade da vontade de poder, quer dizer, a capacidade de ir além de si mesmo, através da criação e do júbilo que às vezes destrói para inventar algo melhor. A vontade de poder caracteriza o grande artista, que não está abaixo do patronato do deus Apolo, pensador e amante da harmonia clássica, mas sim bem abaixo de Dionísio, propício ao arrebatamento inspirado e à desordem orgiástica, que tudo transtorna e se arrisca aos máximos perigos espirituais. O ser humano provém da evolução de formas inferiores, bestiais, como nos demonstrou Darwin, mas não é o fim do caminho: mais além está o super-homem, capaz de viver prazerosamente, sem acreditar em recompensas ultramundanas, e também de suportar sua solidão de indivíduo criador, que não precisa do apoio entorpecente do rebanho social. O super-homem aceita o eterno retorno de cada momento, quer dizer, aceita que tudo passa e volta de maneira infinita, mas sempre merece ser considerado como um eterno “Sim!” que nunca trai a fidelidade ao gozo terrestre da vida.

Todo o pensamento de Nietzsche, paradoxal e quase sempre provocativo (com ironia, disse sobre si mesmo: “Eu não sou homem, sou dinamite”), está exposto em obras de qualidade literária escritas em forma de aforismos e breves textos de enorme poder sugestivo, jamais

como tratados ou estudos acadêmicos. Seu livro mais célebre e o melhor compêndio de seu pensamento, *Assim falou Zaratustra*, é uma espécie de poema didático, e parodia a Bíblia e também obras religiosas orientais, mas, para transmitir, com uma retórica às vezes altaneira, embora não desprovida de secreto humorismo, uma mensagem extremamente diferente.

*

Alba e Nemo estão em uma trincheira, em plena agitação revolucionária; ao fundo, vozes e bandeiras subversivas enfrentam as tropas da polícia.

NEMO: - Às trincheiras! Não à repressão! Viva o pensamento livre!

ALBA: - Caramba, eu achava que essa coisa de filosofia era tranquila, um velho professor explicando sua lição na sala de aula, algo sossegado e pacífico...

NEMO: - Viu que não, né? Tem a ver com liberdade, com que os homens se livrem de superstições e dos padrões que os mantêm acorrentados! Viva a revolução! Abaixo o silêncio dos carneirinhos dóceis! Não sou um homem, sou dinamite!

ALBA: - É mesmo? Enfim, também não é pra tanto... Mas a verdade é que parece que a dona Filosofia ficou cada vez mais subversiva com os séculos. No começo eram os filósofos que viviam ameaçados, agora são eles que ameaçam a tranquilidade de todo mundo. Sei lá como isso vai acabar...

NEMO: - Que tranquilidade o quê! Nem morto! Quando o homem pensa, os céus tremem! Acabou a preguiça! Nada mais voltará a ser como antes.

ALBA: - Aposto que não, disso cuida o tempo. E a história, que não volta atrás. Vai, se acalma aí... Aposto que os revolucionários podem viver sem sua ajuda pelos próximos quinze minutos. Viu, você reparou?...

NEMO: - O quê? Não me esconde nada... Eu topo tudo!

ALBA: - Vixe, bateu forte... Eu só ia perguntar se você notou que existem cada vez mais filósofos.

NEMO: - Acho que você está certa. É tipo uma epidemia, né?

ALBA: - Algo assim. Mas é que, além de serem muitos, são cada vez mais radicalmente opostos. Embora aprendam uns com os outros, suas conclusões são o avesso umas das outras, adoro.



NEMO: - Claro, clarinete! Tem o time do Todo e o time do Indivíduo. Uns são fãs da Razão, outros da vontade. Alguns querem que o Estado controle tudo o que puder; outros que o

Indivíduo tenha liberdade quase sem fim. Há muitos ateus e muitos crentes. Enfim, você fica sem saber com que carta ficar. Que bagunça, né?

ALBA: – Bagunça nada. É? outra coisa. O que você dizia que gosta tanto.

NEMO: – Eu o quê?... Como assim?

ALBA: – Não se faz de distraído: é a revolução.

Capítulo 10

ACONTECEU ONTEM MESMO

Até agora, todos os filósofos de que falamos eram europeus. Nascida na Grécia (junto com a democracia), a filosofia é uma espécie de sabedoria peculiar do continente europeu, mas desde suas origens sofreu influências vindas do Oriente e do norte da África. Com o passar dos séculos, foi se espalhando pelo mundo inteiro e hoje encontramos filósofos em qualquer continente. O primeiro em que a filosofia chegou de sua terra de origem foi a América, levada por pioneiros hispânicos e anglo-saxões. E, sem dúvida, o país que teve representantes modernos e contemporâneos de maior importância foram os Estados Unidos.



Por exemplo, Ralph Waldo Emerson, que nasceu e viveu na Nova Inglaterra, onde cultivou a amizade de outras figuras intelectuais destacadas, como Henry Thoreau e os romancistas Nathaniel Hawthorne e Herman Melville (o autor de *Moby Dick*). Como eles, Emerson foi marcado pela majestosa presença da natureza, ao mesmo tempo acolhedora e ameaçadora em sua silenciosa imensidão. Chamou seu pensamento de transcendentalismo, e nele se combinam influências hegelianas com algumas que podem remontar a Espinoza. O transcendentalismo é uma espécie de idealismo panteísta: a realidade é presidida e dinamizada por uma força superior, de alcance cósmico, que podemos chamar Superalma ou, simplesmente, Deus. Tanto o mundo natural como o corpo procedem dela, embora sejam diferentes: o primeiro se submete diretamente às leis divinas, e o segundo é dirigido pela vontade humana. Mas o homem deve canalizar sua ação de acordo com o modelo ético que pode ler na organização da natureza que habita: o melhor de seu destino é viver em harmonia com essa Superalma que tudo move, cujos ditames pode conhecer tanto pela reflexão filosófica como pela poesia.

O próprio estilo literário de Emerson mistura o ímpeto poético com a capacidade de raciocínio. Sua concepção da história idealiza a biografia dos grandes homens, que são aqueles que, em cada época, melhor se sintonizam com a força cósmica. Emerson foi um partidário convicto da abolição da escravidão, abominação contra a qual escreveu páginas de elevada nobreza, e sua obra – na qual prevalece um tom otimista – inspirou muito o pensamento político de Abraham Lincoln e dos criadores dos Estados Unidos atuais: sem dúvida, teria votado com entusiasmo em Barack Obama para presidente.

*

A atitude filosófica mais arraigada nos Estados Unidos do final do século XIX e ao longo do XX é conhecida por pragmatismo. Assim a chamou seu criador, Charles Sanders Peirce, que estudou química, embora sua vocação fosse a filosofia. Um pouco à maneira de Descartes,

Peirce também se preocupou, sobretudo, em como tornar claras as nossas ideias (esse é, exatamente, o título de uma de suas obras mais conhecidas). Mas não pretendia partir de uma dúvida universal, e sim de dúvidas concretas e parciais, suscitadas por algumas das ideias comumente aceitas. Para resolver essas perplexidades, o melhor é considerar os efeitos que, no mundo real, têm tais e quais crenças. Aquilo que pensamos a respeito das coisas é o que podemos fazer com as coisas: nossas crenças são guias para nossas ações e não meras contemplações objetivas e desinteressadas do mundo. Por isso, as ciências naturais – com suas enormes possibilidades de aplicação e seus avanços técnicos – podem nos servir de modelo para afastar as dúvidas. O que devemos considerar verdade não é um absoluto alheio a nós e a nossos propósitos, mas aquilo que – como concordam os principais especialistas no assunto – serve melhor para inspirar ações que viabilizem esses propósitos.

As ideias de Peirce, espalhadas em artigos publicados em revistas nem sempre muito conhecidas e que mesmo após sua morte não foram editados em livros, tiveram pouco impacto na opinião pública. Quem popularizou o pragmatismo foi William James, nascido em Nova York, professor da Universidade de Harvard, psicólogo e irmão do grande romancista Henry James. Ambos fizeram longas viagens pela Europa e Henry se instalou definitivamente na Inglaterra, onde publicou seus melhores romances e contos. William foi considerado defensor de um empirismo radical, diferente do empirismo clássico de Locke e companhia: para aqueles empiristas, o que verifica o conhecimento é o que comprovamos que aconteceu, enquanto para o norte-americano o que conta é a experiência futura, o que esperamos que aconteça. É a parte determinada de nosso pensamento (quer dizer, a que deseja e faz projetos), que dirige a razão e até a experiência sensível: conhecemos o que convém ao que pensamos fazer e de acordo com isso. Os empiristas, digamos clássicos, são céticos ou abertamente incrédulos em matéria religiosa, mas, por sua vez, James encontra em seu empirismo argumentos a favor das crenças desse tipo. Se a experiência religiosa – cujas diversas formas estudou em uma obra célebre – nos ajuda a dar sentido à vida e a nossos comportamentos, temos o direito “empírico” de crer.

Continuador do pragmatismo (embora à sua maneira, pois preferia denominá-lo de “instrumentalismo”), John Dewey, nascido em Burlington, no estado de Vermont, além de filósofo foi pedagogo e reformista social. Para Dewey, o homem e o mundo conformam uma unidade de ação e é impossível que o homem se relacione com o mundo – seja por meio da arte, da ciência ou da filosofia – de maneira desinteressada e sem se ver envolvido em suas vicissitudes históricas ou naturais: conhecer é aprender a fazer, e o que motiva nossas aspirações em todos esses campos é o desejo de ter uma vida mais rica em experiências e possibilidades efetivas. Cada solução obtida para os problemas que nos apresentamos nunca é definitiva, sempre abre caminho para novos enigmas que devemos resolver, em um processo infinito e aberto: a atitude de Dewey é, fundamentalmente, antidogmática, porque os dogmas de qualquer espécie paralisam a riqueza da busca humana. Nessa linha, Dewey concedeu grande importância à educação (chegou a dizer que a filosofia não é, no fundo, nada mais do que uma reflexão geral sobre a educação) e seus textos sobre o vínculo entre educação e democracia tiveram grande influência na configuração de novos centros e modos de ensino norte-americanos.

A influência do pragmatismo nunca desapareceu completamente da filosofia norte-americana, e em nossos dias pós-modernos voltou à moda o chamado “pensamento fraco”, que tem no norte-americano Richard Rorty e no italiano Gianni Vattimo seus principais representantes. Uma de suas características é relativizar o conceito de verdade: também seguindo Nietzsche, sustentam que não há fatos que possam ser reputados como indiscutíveis e objetivos, mas diversas interpretações da realidade, cada uma delas válida de acordo com a tradição cultural em que se enquadra. No caso de Vattimo, há, também, uma tentativa

semelhante à de William James de resgatar a piedade católica – entendida, desde o começo, de uma maneira bastante heterodoxa e antidogmática –, aplicando o que o pragmático norte-americano chamou de “vontade de crer”.

*

Os dois mais importantes filósofos espanhóis contemporâneos – Unamuno e Ortega – também mantêm formas de pensar que se aproximam das ideias do pragmatismo, embora com personalidade própria. O bilbaíno Miguel de Unamuno y Jugo foi professor de grego na Universidade de Salamanca, cujo reitorado chegou a ocupar durante a República e a Guerra Civil espanhola. Manteve um ativo compromisso político durante toda a vida: primeiro contra a monarquia (o que lhe valeu a deportação para a ilha de Fuerteventura), depois contra a ditadura de Primo de Rivera (foi obrigado a se exilar na França), mais tarde a favor da República, para depois apoiar o golpe militar de Franco e mais tarde combatê-lo – “Podeis vencer, mas não convencer!” –, já quase às portas da morte. Talvez o que melhor resuma sua atitude intelectual sempre inconformista seja o título de uma de suas coletâneas de artigos: *Contra isto e aquilo*. Foi um grande escritor. Cultivou não apenas o ensaio filosófico, mas também, de modo muito pessoal, o romance, a poesia, relatos de viagens e, sobretudo, artigos jornalísticos, em cuja brevidade se encontra às vezes o melhor de seu pensamento.

Para Unamuno, o importante é a vida, a vida humana concreta e individual – não a do homem abstrato nem muito menos a da Humanidade, mas a do “homem de carne e osso”, que o existencialismo de Kierkegaard, a quem chamava de “meu irmão”, havia reivindicado – e a essa vida deve se subordinar o conhecimento e até mesmo a verdade. Explica isso de maneira contundente em seu livro *Vida de Don Quixote e Sancho Pança*, uma recriação da obra de Cervantes em que descarta a caricatura e transforma o Cavaleiro da Triste Figura em um modelo ético e intelectual. “A vida é o critério da verdade e não a concórdia lógica, que é apenas da razão. Se minha fé me leva a criar ou a ampliar a vida, para que quereis mais provas de minha fé? Quando a matemática mata, a matemática é mentira. Se caminhando, moribundo de sede, tens uma visão disso que chamamos água e avanças a ela e bebes, aplacando tua sede, aquela visão era verdadeira e a água de verdade. Verdade é o que, levando-nos a trabalhar de uma maneira ou de outra, faz o resultado atender ao nosso propósito”. Considera dom Quixote louco porque não se resigna a submeter as altas aspirações de sua vida às limitações “necessárias” do razoável e lógico.

A grande rebeldia, segundo Unamuno, é a recusa da inevitabilidade da morte e a ânsia pela imortalidade. Em seu ensaio filosófico mais importante, *Do sentimento trágico da vida*, afirma negar a morte – contra qualquer razão ou lógica – e reivindica a imortalidade pessoal: mas não a pálida e desvanecida da alma desencarnada, e sim a da imortalidade do corpo e do espírito que, incrivelmente, a religião cristã promete. A morte, que a tudo iguala, é a grande agente da despersonalização, a que extermina o que há de inimitável em cada um: enquanto a espécie zoológica nos impõe morrer e nos perdermos no indistinto, é nossa individualidade humana que quer continuar vivendo sem perda nem esquecimento. Em todo o pensamento de Unamuno, amigo dos paradoxos e repleto de aparentes contradições, há uma luta por alcançar a fé entre a vontade que não quer morrer e o ceticismo racional que constata a inevitabilidade universal da morte.

A partir do começo do século XIX, houve confrontos na Espanha entre partidários da Europa iluminista e progressista e tradicionalistas conservadores. Unamuno era mais partidário de espanholizar a Europa do que de europeizar a Espanha. Exatamente o contrário do filósofo contemporâneo e rival Ortega, para quem a Espanha era um problema cuja solução se chamava Europa. José Ortega y Gasset nasceu em Madri e foi professor de metafísica na

Universidade da capital espanhola após ter estudado na Alemanha. Era filho de jornalista e ele próprio colaborou, desde muito jovem, na imprensa, sempre com muito brilho porque era um excelente escritor de artigos e ensaios, além de eloquente conferencista.

A partir de posturas liberais e reformistas, também teve uma destacada atividade política: foi afastado da docência na ditadura de Primo de Rivera, apoiou a República, cujo radicalismo logo o decepcionou, exilou-se voluntariamente durante a Guerra Civil e depois manteve uma atitude ambígua, de distanciamento silencioso, diante do franquismo. Fundou e dirigiu por muito tempo a *Revista de Occidente*, uma publicação de enorme importância cultural, que trouxe as mais importantes correntes do pensamento contemporâneo à Espanha. O magistério de Ortega também teve grande influência na América hispânica, e quase todos os pensadores destacados da língua espanhola na primeira metade do século XX podem ser considerados, em maior ou menor medida, seus discípulos.

Diferentemente do pensamento de Unamuno, o de Ortega é decididamente laico e racionalista, mas sem que para ele a razão seja algo abstrato, porque está intrinsecamente ligada à vida, suas exigências e problemas: trata-se de uma razão vital. O ser humano não tem natureza e sim história, e se vê lançado à existência como a um mar tempestuoso: somos uma espécie de naufragos que devem utilizar o pensamento e a cultura como tábuas de salvação para não afundar no abismo aniquilador. Em *Meditações do Quixote*, no começo de sua trajetória, afirmou: “Eu sou eu e minha circunstância; se não a salvo, não me salvo”. Ou seja, o indivíduo vivente e pensante não pode se desligar nem tampouco se desinteressar do contexto histórico em que sua vida real acontece: para viver melhor, devemos regenerar o ambiente sociocultural em que nossa existência tem lugar.

Uma das diferenciações mais fecundas é a que Ortega estabelece entre ideias e crenças. Pensar em uma coisa não é igual a contar com ela. As crenças são aquilo com que contamos, sobre o que se estabelece nossa vida, espontânea e necessariamente: por exemplo, que o armário não fará desaparecer a roupa que guardei nele, ou que sou, ao acordar de manhã, o mesmo que fui ao deitar na noite anterior. Mas, às vezes, em épocas de crise, as crenças vacilam e oscilamos, desequilibradamente, sobre dúvidas. Então nos dedicamos a fabricar deliberadamente ideias, coisas nas quais na realidade não acreditamos, mas que servem para nos defendermos diante das dúvidas: a filosofia, a religião e a arte são mecanismos de criação de ideias. A diferença é que “temos” as ideias e “estamos” nas crenças. Dizendo de outra maneira: o homem pode chegar a morrer por uma ideia, mas só pode viver da crença.

Ortega rejeita tanto a postura idealista como a realista em questões de conhecimento. Para ele, nosso saber do mundo é uma questão de perspectiva, ou seja, nem inventamos a realidade nem somos um simples pedaço dela; como uma tela, refletimos o que existe, selecionando e preferindo o que acreditamos ser o mais conveniente para nossa vida. Em si mesmos, os objetos não são problemáticos, mas a perspectiva que temos deles responde a nossos problemas vitais: são o que representam para nós. Talvez o livro mais conhecido de Ortega seja *A rebelião das massas*, no qual descreve o homem contemporâneo como um homem-massa, vulgar e gregário, mas exigente em seus caprichos, que não respeita as elites intelectuais e procura a satisfação coletiva na demagogia da mediocridade. Apesar de seu enfoque não exatamente subversivo, essa obra pioneira influenciou outras posteriores da esquerda radical, como *O homem unidimensional*, de Herbert Marcuse, ou *A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord.

*

A concepção orteguiana de que o homem não tem natureza e sim história (ou, se preferir, que sua natureza é histórica) tem um paralelo bem mais categórico na filosofia do italiano Benedetto Croce, que nasceu na região dos Abruzzos e viveu e morreu em Nápoles. Graças às

confortáveis condições financeiras de sua família (privilégio, decerto, pouco frequente, embora muito recomendável para quem queira cultivar a filosofia), Croce não precisou nunca se dedicar a atividades acadêmicas. Extremamente culto, com vastos conhecimentos de arte e literatura, foi amigo de Giovanni Gentile até que este se tornou o pensador estrela do fascismo de Mussolini. Croce, pelo contrário, sempre se opôs e polemizou contra o fascismo em artigos publicados pela revista *Crítica*, chegando a ser o expoente máximo da defesa da liberdade e do espírito diante da exaltação da força bruta. A ditadura de Mussolini o tolerou a contragosto, temendo seu prestígio intelectual na Europa.

Benedetto Croce sustenta que a afirmação da vida e da realidade consiste em história e nada além de história. E toda história é, na realidade, a história contemporânea, porque os fatos do passado mais remoto se prolongam e irradiam até o momento presente. Embora seu pensamento deva muito ao idealismo hegeliano, do qual toma emprestada a noção da história como autêntica encarnação da razão absoluta no mundo, reprova a concepção de Hegel da natureza como algo diferente do espírito e sua dialética, que avança enfrentando opostos em vez de reconhecer o nexos que existe entre os distintos. Estes últimos são graus sucessivos do espírito: a arte como conhecimento intuitivo do particular, a filosofia como conhecimento lógico do universal, a economia como vontade que almeja o particular e a ética como vontade que almeja o universal. A vida do espírito transcorre circularmente por esses graus, percorrendo-os sucessivamente de forma sempre enriquecida pela experiência anterior e nunca meramente repetitiva. A doutrina de Croce é o liberalismo, entendido como uma concepção de mundo que, graças à diversidade e à oposição de forças espirituais, enriquece a totalidade da vida, dotando-a de significado. O liberalismo é imanente e se opõe aos dogmas transcendentais dos religiosos mais tradicionalistas e ao materialismo de socialistas e comunistas: todos eles pretendem impor seu ideal à pluralidade humana.

Outro filósofo interessado pelo tema da vida foi Henri Bergson, que combinou, de forma original, uma concepção espiritualista com reflexões inspiradas nos progressos científicos de sua época. Bergson, de família judia, nasceu, viveu e morreu em Paris, onde lecionou por muitos anos no College de France. Foi um ensaísta de estilo atraente e chegou a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, muito raramente concedido a filósofos. O objeto recorrente de seu pensamento é a consciência humana como vivência que escapa da compreensão meramente intelectual, que tudo fixa e exterioriza. Por exemplo, o tempo a que a ciência se refere é uma sucessão de instantes fixos que se perseguem por uma linha contínua, de forma espacial; mas, para nossa consciência, o tempo é uma duração contínua, uma corrente que flui e na qual os instantes não são nada além de abstrações artificialmente determinadas. Para ter uma ideia do tempo, a inteligência aplica um método que poderíamos chamar de cinematográfico: divide-o em fotogramas estáticos, cuja rápida sucessão dá a impressão de movimento. Mas a intuição da consciência capta a película em si mesma, fluída e contínua.

A obra mais célebre de Bergson é *A evolução criadora*, que trata da origem e essência da vida. Nela, ele se opõe tanto à versão metafísica clássica, estática e finalista como à evolução segundo o modelo de Darwin (embora se inspire bastante nele), porque lhe parece que não dão verdadeira conta da multiplicidade e dinamismo da vida. Para ele, tudo procede de uma força original, o impulso (élan) vital, que espalha ao longo da duração contínua do tempo sua energia criadora, mas não de forma progressiva e gradual, mas em três ambientes diferenciados: o dos vegetais, o dos animais e o dos humanos (o mundo mineral é uma espécie de resíduo petrificado que a evolução da vida vai deixando para trás, como o caracol faz com sua gosma). Assim como procedem de um núcleo criador comum, os três caminhos divergentes também têm aspectos similares: por exemplo, tanto o instinto dos animais como a inteligência dos humanos são a capacidade de criar instrumentos para facilitar a vida, embora as ferramentas do instinto animal sejam orgânicas e, por sua vez, as da inteligência,

inorgânicas ou técnicas. Nesse contexto, os animais evoluem criando novas espécies e os homens inventando novos aparelhos, sempre a impulsos do élan vital.

Para Bergson, as sociedades humanas expressam a luta constante entre espiritualidade e materialidade, o que rege toda a realidade. A ética não é fruto da razão, como pretendeu Kant, mas da necessidade de sobrevivência da própria sociedade: as obrigações morais são os hábitos que os humanos adquirem para poder viver em comunidade (o hábito de adquirir hábitos é o fundamento da sociabilidade humana). Dessa forma, a ética é fechada, como a própria sociedade da qual provém e a que serve. Mas também existe outra ética superior, aberta, aquela que encontramos nos santos do cristianismo ou do budismo, nos sábios da Grécia e nos profetas de Israel: essa ética não responde a nenhuma sociedade concreta e limitada, mas sim à humanidade total, e aponta para uma forma de sociedade sem fronteiras nem leis fixas. Tal ética aberta, criativa e que nunca deixa de progredir, é a mais alta expressão espiritual do impulso vital que move o Universo.

*

Como já vimos anteriormente em vários casos, às vezes aqueles que mais influem nas ideias filosóficas não são propriamente filósofos. Esse é o caso do vienense Sigmund Freud, figura essencial do pensamento contemporâneo, médico, neurologista e inventor de um método de terapia psicológica que denominou psicanálise. Sem usar remédios nem procedimentos externos de outro tipo, a psicanálise tenta curar os transtornos da personalidade através da palavra, de acordo com protocolos de ação que variam segundo os especialistas e que muitos consideram pouco científicos. De qualquer forma, a descrição da psique (esta é a palavra grega para o que depois foi chamado de “alma”) de Freud é muito sugestiva.

Na psique, há uma parte consciente e outra inconsciente: a segunda é bem maior do que a primeira – assim como a parte oculta do iceberg é maior do que a que aparece na superfície – e é composta pelas demandas instintivas que reclamam prazer sexual, assim como por uma série de experiências que nos doem e envergonham e que preferimos “esquecer”. Freud chama esta parte mais profunda da psique de “Id” e se contrapõe à parte consciente, ou “Ego”, que é a que procura organizar nossa vida atendendo não apenas ao prazer imediato, mas também ao realismo e à procura de segurança. As neuroses ou os transtornos que às vezes sofremos se devem aos conflitos entre as pulsões do Id e os propósitos racionais do Ego, nos quais intervém uma terceira instância, o Superego, onde se cristalizam as imposições repressoras da autoridade moral e social que remontam à primeira infância. A cura psíquica almejada pela psicanálise é trazer à consciência parte do inconsciente através da palavra, que a resgata do esquecimento para então desatar o conflito que nos aprisiona.

A partir dessa concepção básica, Freud fez reflexões interessantes sobre a cultura, que estão alinhadas aos ideais iluministas. Em *O futuro de uma ilusão*, afirma que a religião é uma forma de neurose voluntária, em cuja idealização de um Pai repressivo, mas fundamentalmente benevolente, e de uma vida após a morte em que serão recompensados os sacrifícios e as renúncias deste mundo, muitas pessoas encontram um certo consolo para seus dissabores cotidianos. Tarefa difícil, porque, como explica em *O mal-estar na cultura*, a civilização progride fortalecida pela repressão dos impulsos eróticos, protelando ou negando sua satisfação imediata e aumentando, portanto, o sentimento de culpa que experimenta ao se rebelar inconscientemente contra essa frustração programada. Só uns poucos privilegiados conseguem conduzir ou sublimar esses instintos eróticos sem reprimi-los totalmente, transformando-os em atividades artísticas ou intelectuais compensadoras. Os demais, de fato, não terão outro remédio senão se aferrar à ilusão religiosa.

Freud relativiza o normal e o anormal na psique, ou seja, esfuma a rigorosa fronteira que, ingenuamente, costumamos estabelecer entre “loucura” e “sensatez”. Com concepções bem

diferentes, nada clínicas nem “científicas”, Jorge Ruiz de Santayana, mais conhecido como George Santayana, aponta para algo parecido. Nasceu em Madri, mas, por razões familiares, foi educado nos Estados Unidos e escreveu toda sua obra em inglês. Foi o primeiro professor hispânico da exclusivíssima Universidade de Harvard, mas renunciou a seu posto para flunar por Inglaterra, França e Itália, dedicando-se livremente à criação filosófica, poética e narrativa. Morreu em Roma, onde passou seus últimos anos, mas sem abandonar sua nacionalidade espanhola (a morte o surpreendeu exatamente quando se dirigia ao consulado da Espanha para renovar seu passaporte).

Sua visão da realidade é decididamente naturalista, até materialista: tudo o que existe pode ser descrito pelas ciências da natureza. Mas essas mesmas ciências, assim como a arte, a poesia ou a filosofia, são como adornos ou acréscimos que o espírito humano fornece aos mecanismos materiais da realidade. Daí podermos dizer que existe uma loucura normal, porque o homem – até mesmo quando pensa e teoriza com a maior sensatez – está acrescentando ao mundo algo que o mundo não é: dá sentido, significado e drama àquilo que há, e assim transforma sua existência em uma experiência milagrosa ou em uma aventura turbulenta, à margem do que a placidez natural representa. Vivemos dramaticamente em um mundo que não é dramático; o mais inquietante dessa “loucura normal” é o excesso de importância que damos a nós mesmos e a nossas criações mentais. O mal do homem não é que seja egoísta (quer dizer, que procure sempre, de uma maneira ou de outra, o que lhe convém, algo perfeitamente lógico, apesar de suscitar reprovações de certas formas de moral): o nocivo é que seja egoíco, ou seja, que só leve a sério a si mesmo e desdenhe considerar a genuína alteridade do mundo e do restante dos seres.

Diante do desvario egoíco, não há cura mais eficaz do que o humor: “Contra os males da vaidade e do autoengano, contra a verborreia com a qual o homem convence a si mesmo de que é a meta e o ápice do Universo, rir é a melhor autodefesa”. Santayana não era crente, mas via a religião como uma variedade da poesia que poderia – como o resto das artes – nos ajudar a desfrutar e compreender melhor nossas vivências no mundo natural. O ponto negativo é quando a religião é levada muito a sério, quando pretende substituir a ciência ou transformar-se na única e transcendental “Verdade” de tudo o que existe. Além disso, o homem vive entre as dúvidas e sonhos de sua inteligência e as certezas de sua própria natureza, que faz parte do resto do mundo material, quer dizer, entre o ceticismo e a fé animal, que equivalem, de certa forma, às ideias e crenças formuladas por Ortega.

*

Uma das correntes filosóficas mais notáveis do século XX foi o existencialismo, que herdou de Kierkegaard sua preocupação com o homem e, sobretudo, a noção de possibilidade como vertigem angustiante, que nos coloca diante da permanente ameaça do nada e do não ser. Seu principal representante e, sem dúvida, uma das figuras mais destacadas do pensamento contemporâneo, foi o alemão Martin Heidegger, nascido em Messkirch, na Alta Suábia. Primeiro quis ser sacerdote católico, mas trocou essa vocação pela filosofia, sob a influência de Heinrich Rickert e, sobretudo, da fenomenologia de Edmund Husserl, de quem foi professor auxiliar. Com a chegada do regime nazista, foi nomeado reitor da Universidade de Berlim e pronunciou, em sua posse, um discurso claramente simpático ao hitlerismo. Embora depois tenha se afastado do nazismo, cujos aspectos biológicos e raciais eram estranhos ao seu pensamento, nunca rompeu explicitamente com ele nem muito menos denunciou suas atrocidades. Depois da derrota do Terceiro Reich, ficou afastado durante anos da docência, até que aos poucos sua obra foi de novo considerada e passou a ter grande influência, da Europa ao Japão. O estilo literário de Heidegger é extremamente complicado, propenso à invenção de neologismos ou etimologias arbitrárias, e em seus piores momentos se transforma

em um jargão obscurantista bastante elogiado por aqueles que menos o entendem.

A obra capital de Heidegger é, sem dúvida, *Ser e tempo*, uma espécie de antropologia filosófica do homem moderno, porém inacabada (apesar de ser um de seus primeiros livros). Seu ponto de partida é que a filosofia, quase desde o princípio, se esqueceu de perguntar pelo ser. Uma tentativa de esclarecimento: é necessário distinguir as diversas entidades do ser, ou seja, o que há (objetos vivos ou inanimados) do fato de existir e ser. A metafísica ocidental se dedicou a estudar o que há, as entidades, procurando, em geral, uma entidade superior às demais que atue como regente dessa grande orquestra mais ou menos harmoniosa; mas a verdadeira questão básica é que o próprio concerto tenha lugar, e essa questão não se resolve acudindo a nenhum dos intérpretes nem a qualquer instrumento musical. A filosofia moderna acredita que o ser é um objeto, que o Eu do sujeito é seu fundamento e que o tempo em que tal objeto se manifesta é puro presente, porque o passado não é mais e o futuro ainda não foi. Heidegger discorda radicalmente dessa concepção.

É necessário voltar a perguntar pelo ser, mas, para não confundi-lo com qualquer entidade, é preciso indagar em que consiste ser para a entidade que conhecemos mais diretamente, quer dizer, para nós mesmos. A forma característica do ser homem é o Dasein (ser-aí), a existência, que consiste em se ver lançado no mundo e ter de se debater na incerteza da história. O homem pode existir de duas formas: de maneira inautêntica e de maneira autêntica. A maneira inautêntica consiste em se ater ao que “se” faz, “se” diz, “se” pensa ou “se” venera, e, portanto, deixar-se levar pelo que nos vem de fora, não revelando – e sim ocultando – o que é autenticamente nosso. Essa existência inautêntica não é necessariamente “ruim” (não apenas as modas e rotinas fazem parte dela, mas também as normas éticas e as leis estabelecidas), mas é inferior e não pode nos revelar a verdade do ser. Uma das formas inautênticas mais peculiares da modernidade é a técnica, o “ter a mão” os objetos para colocá-los a serviço do que Nietzsche chamava de “vontade de poder”. Para Heidegger, a técnica representa o maior perigo para o homem se esquecer e ir contra a sua relação autêntica com o ser.

Para descobrir sua existência autêntica, o homem deve retornar ao autenticamente seu, à liberdade das possibilidades e à correspondente angústia que as caracteriza duplamente: a angústia de ser si mesmo e nada mais que si mesmo, a qual nenhum auxílio social pode nos aliviar (a angústia da vida), e a angústia de estar sempre diante do não ser e de marchar inexoravelmente em sua direção (a angústia da morte ou da existência como “ser-para-a-morte”). Ou seja, a angústia das possibilidades da liberdade e a angústia diante da definitiva possibilidade da impossibilidade, a que tornará tudo possivelmente impossível. Ao saber-se e aceitar-se em sua possibilidade diante do nada que aniquilará irremediavelmente todas nossas outras possibilidades, ao afastar a vista do nada e aceitar a instabilidade diante dela, o homem alcança uma existência autêntica. Sua estrutura essencial será o cuidado, a preocupação com as coisas e com os demais, que transforma a existência em um permanente transcender ao que ainda não é, ao que mais cedo ou mais tarde não será mais. O tempo nos constitui, mas, das suas etapas tradicionais – passado, presente e futuro –, a que mais conta para quem vive autenticamente é com certeza o futuro, onde está o que desmente e aniquila tudo o que consideramos estabelecido.

*

Heidegger foi um autor intelectualmente decisivo, mas difícil de ler e, portanto, não muito popular. No entanto, o existencialismo chegou a ser uma verdadeira moda na Europa; influenciou a maneira de pensar e de se expressar de uma geração, mas também a forma de vestir, de cantar, de fazer cinema *etc.* O “culpado” por essa moda foi Jean Paul Sartre, que com sua companheira Simone de Beauvoir e seu grande amigo e depois adversário Albert

Camus (de quem falaremos mais tarde), assim como o poeta Boris Vian, a cantora Juliette Gréco etc., levaram a cabo um importante trabalho de agitação cultural em Paris, depois da Segunda Guerra Mundial. Muitas pessoas que nunca haviam lido filosofia nem se preocupado com elevadas questões teóricas chegaram a se considerar, naqueles dias, sinceramente existencialistas.

Jean Paul Sartre nasceu em Paris, estudou filosofia na Escola Normal Superior e depois em Berlim, onde se dedicou à fenomenologia e ao pensamento de Heidegger. Foi professor em vários liceus de províncias e passou uma temporada como prisioneiro dos alemães durante a guerra. Depois da guerra, abandonou o ensino, fundou a extremamente influente revista *Temps Modernes* e se dedicou por completo a escrever, não apenas ensaios filosóficos, políticos e literários, mas também romances e peças teatrais. Até conquistou o Prêmio Nobel, mas o recusou. Também participou ativamente da política, sempre com posições de esquerda cada vez mais radicais, até ao ponto de seu nome e sua figura se transformarem no emblema mais visível do compromisso do intelectual com a realidade histórica e social que lhe coube viver (Sartre aborda o tema do compromisso em uma de suas obras teatrais mais notáveis: *As mãos sujas*).

Sua obra filosófica mais substancial é *O ser e o nada*, complementada por outra mais breve, *O existencialismo é um humanismo*, que se transformou em uma espécie de manifesto filosófico. Segundo Sartre, há dois tipos de ser, o ser-em-si das coisas fechadas, opacas, maciças; e o ser-para-si da consciência, que é feito de relações e de negação e superação de tudo o que é. Poderíamos dizer que o em si é o que é e o para-si é... o que não é. Imaginemos um desses cenários que os antigos fotógrafos tinham: um toureiro, ou um escafandrista, pintado numa superfície com um orifício na altura da face para que a pessoa a ser fotografada colocasse o rosto ali e, assim, compusesse o retrato. O cenário fixo é o em-si; enquanto a consciência entra no mundo por meio do vazio do nada, como elemento que muda e nega a imobilidade do resto. A transparência aniquiladora do para-si refuta constantemente a opacidade e a estupidez do em-si, embora às vezes tenha uma espécie de inveja delas, expressada no que Sartre chama de má-fé, ou seja, a tentativa do nada do para-si de se comportar como se fosse uma coisa, um em-si. O cúmulo da má-fé é a ilusão de Deus, um ser impossível que seria, ao mesmo tempo, em-si e para-si: a pior tentação do homem é se converter em Deus, já que não existe esse Deus lendário que cedeu à tentação de virar homem.

Nas coisas, a essência (sua definição) precede à existência, mas, no caso dos seres humanos, é a existência que precede à essência: quer dizer, o homem não é nada além de pura liberdade, tendo de escolher constantemente o que quer ser e se responsabilizar por isso perante sua consciência. O ser humano pode escolher tudo a partir de seu nada, exceto a própria obrigação de escolher, que lhe é imposta: estamos condenados a ser livres. Em suas primeiras obras, Sartre promete constantemente formular uma moral que nunca chegou de fato a escrever; uma moral, naturalmente, alheia ao espírito de seriedade, ou seja, à aceitação de valores, ou leis, prévios à liberdade que os escolhe e estáveis apesar de ou contra ela. Afinal de contas, todas as atividades humanas são equivalentes e todas estão condenadas ao fracasso, ao nada: o homem é uma paixão inútil. Dá no mesmo optar por ser um bêbado que não sai de casa nem se afasta de sua garrafa ou ser um líder popular que tenta conduzir seu povo às suas altas metas. O para-si da consciência é também para-outro, e entra em relação dialética de antagonismo ou desejo com outras consciências por meio da linguagem, do amor, da indiferença ou do ódio.

Em sua obra mais tardia, *Crítica da razão dialética*, Sartre se inclina por uma visão mais positiva da ação humana e afirma que o marxismo é a filosofia insuperável da época, ao menos até que se transforme a atual condição histórica de exploração de muitos por poucos e todos os homens sejam capazes de desfrutar as possibilidades de uma filosofia da liberdade da qual

ainda não podemos saber nada. Grande parte das ideias filosóficas de Sartre não está, entretanto, em seus ensaios, mas em suas obras literárias, sobretudo em romances como *A náusea*, em sua reflexão autobiográfica *As palavras* ou em dramas teatrais como *As moscas*, *Entre quatro paredes* e *O diabo e o bom Deus*.

Simone de Beauvoir foi companheira de estudos de Jean Paul Sartre, assim como sua mulher durante toda a vida (com apaixonados intervalos), sua confidente e também, em certas ocasiões, sua antagonista. Escreveu alguns ensaios de viés existencialista, sobretudo tentando definir certo tipo de moral baseada nas opções que surgem em situações concretas e previamente inclassificáveis apresentadas em nossa existência. Seu romance *Todos os homens são mortais* trata da incompatibilidade entre a liberdade do ser humano e a hipótese da imortalidade. Em outros romances, como *A convidada* e *Os mandarins*, narra episódios intelectuais e sentimentais vividos pelos existencialistas. Muito mais estranhamente dramático é *A cerimônia do adeus*, escrito após a morte de Sartre e que narra, sem complacência, os últimos anos de sua relação com ele. Mas, sem dúvida, o melhor de seu trabalho teórico pode ser encontrado em duas obras que dedicou, respectivamente, a temas que na época eram quase proibidos e hoje são de domínio público: *O segundo sexo*, sobre a mulher, que inaugurou grande parte dos debates feministas posteriores, estabelecendo que ser mulher não é um mero fato biológico, mas a aceitação de um papel histórico e social cujas limitações predeterminadas se fazem passar por determinações “naturais”; *A velhice*, sobre uma realidade que a vida moderna tenta de mil maneiras ocultar e denuncia a marginalização e até o abandono em que vivem os idosos.

Essa época foi propícia a dois regimes políticos totalitários, que desencadearam matanças em uma escala antes desconhecida e escravizaram milhões de pessoas: o comunismo e o nazismo. O mais trágico – do ponto de vista intelectual, pelo menos – é o fato de figuras destacadas do pensamento europeu tomarem partido de uma ou outra monstruosidade política. Em tais casos, ser de esquerda ou de direita se transformou em alibi para apoiar os brutos, os inquisidores e os carrascos. Por mais explicações que eles mesmos e seus advogados quisessem dar depois, a única coisa evidente é que se equivocaram de uma maneira terrível e provavelmente levaram outros, cegos pelo seu prestígio, a segui-los rumo ao abismo. Heidegger ficou ao lado dos nazistas de maneira clara e institucional, embora com todas as reservas e sutilezas mentais que se queiram; já Jean Paul Sartre foi “companheiro de viagem” – como se dizia na época – dos stalinistas, embora seu discurso teórico permanecesse afastado deles, e partidário da liberdade (chegou a escrever o prefácio do livro *Operação ogro*, em que é narrado o atentado do grupo radical basco ETA contra Carrero Blanco, defendendo a atividade terrorista com todo tipo de clichês criminosos sobre o País Basco e o ideário nacionalista). Até os mais inteligentes têm o direito de se equivocar, mas ninguém pode exigir que até seus erros mais trágicos sejam admirados como se fossem acertos.

Por sorte, contamos com o exemplo lúcido e honrado de um intelectual que odiou os dois totalitarismos, o nazista e o bolchevique, com a mesma contundência. Trata-se do francês Albert Camus, nascido na Argélia em uma família muito pobre e em parte de origem espanhola (sua mãe era de Menorca). Camus foi, sobretudo, um esplêndido escritor (o mais jovem dos vencedores do Prêmio Nobel de Literatura), tanto de ficção como de obras teatrais, embora tenha escrito um par de ensaios de alto voo teórico e em todas as suas obras estejam presentes concepções de importância filosófica. Participou da resistência francesa, tentou uma mediação impossível na guerra pela independência da Argélia que superasse os abusos do colonialismo sem ceder ao terrorismo, apoiou os republicanos espanhóis diante do franquismo e defendeu sempre a primazia política e ética da democracia como uma opção de

sensatez e modéstia que admite que a razão pública deve ser estabelecida contando com a voz de todos. Foi, também, um grande jornalista, fundador e diretor do emblemático jornal *Combat*, que, na França do pós-guerra, se transformou em modelo de jornalismo ideologicamente comprometido, mas não sectário: um exemplo até hoje válido, embora – ai! – pouco seguido.

Em seu primeiro ensaio, *O mito de Sísifo*, adotou uma perspectiva próxima do existencialismo, embora menos teórica do que a de Sartre ou Heidegger. Constatou o brutal contraste entre a humana apetência vital de sentido e harmonia – que se choca com o silêncio do mundo sombrio – e a onipotência final da morte. O resultado dessa colisão é o absurdo da vida humana, que nada pode ocultar nem remediar. Diante da vida absurda, cabe a aniquilação do suicídio, a entrega à fé religiosa ou o refúgio na racionalidade, que estuda os detalhes e renuncia a compreender o conjunto. Camus rechaça todas essas escapatórias: para ele, o pertinente é aceitar a vida sem sentido e tentar dar-lhe sentido pessoalmente, por meio da aventura individual ou da solidariedade com os outros. De acordo com a mitologia grega, Sísifo é condenado no Tártaro a empurrar uma rocha enorme até o alto de uma montanha apenas para, lá em cima, ela rolar novamente ao sopé e ele ter de empurrá-la de novo e de novo. Para sempre! Da mesma maneira, nós, a humanidade, nos empenhamos em tarefas difíceis que finalmente terminam na esterilidade da morte, mas que, enquanto duram, nos fazem sentir a comunidade e a fraternidade do destino que compartilhamos com nossos semelhantes. Afinal de contas, apesar de condenado pelos deuses cruéis e invejosos, podemos supor que Sísifo é feliz.

Seu outro ensaio filosófico de grande envergadura é *O homem revoltado*, um estudo sobre a revolta humana contra sua condição metafísica absurda e, além disso, contra a opressão histórica, considerando não apenas revoluções políticas, mas também análises de grandes obras da literatura e do pensamento. Camus adverte que, muitas vezes, a rebelião que, a qualquer custo, pretende concretizar um novo ideal obrigatório para todos não consegue nada além do que instaurar uma nova escravidão. Mesmo que tenha origens generosas, se apenas se dedicar a enaltecer o homem abstrato e esquecer as humildes necessidades dos homens de carne e osso, logo trai seu propósito e corre rumo a sua destruição... e a da liberdade. É necessário se rebelar, e não apenas contra a opressão, mas também contra a ambição do absoluto: nossa rebeldia deve ser da nossa própria estatura, a daqueles que compartilham as mesmas misérias e pretendem aliviá-las sem aspirar a voar acima de sua condição, como faz, com abnegação, o médico protagonista de seu romance *A peste*, que, apesar de não acreditar em nenhuma transcendência, opta por ficar na cidade infectada quando todos estão fugindo para cuidar de seus companheiros da humanidade.

*

Enquanto a filosofia continental se ocupava da vida, da angústia ou do absurdo, os pensadores anglo-saxões trilhavam seu próprio caminho e caracteristicamente se ocupavam da lógica, da teoria da ciência e dos problemas da linguagem. Sem dúvida, Bertrand Russell foi a figura mais respeitada do pensamento britânico no século XX. Bertrand Arthur William Russell, terceiro conde de Russell e visconde de Amberley, nasceu na aldeia galesa de Trelleck, em uma família aristocrática, mas também intelectual e politicamente destacada. Seu avô foi primeiro-ministro durante o reinado de Vitória e, quando criança, o pequeno Bertrand se sentou nos joelhos de John Stuart Mill, assíduo frequentador de sua casa. Durante sua longa e fecunda vida – chegou aos noventa e oito anos –, Russell foi matemático e filósofo, mas também um destacado estudioso de temas políticos e educacionais. Foi preso por defender o pacifismo na Primeira Guerra Mundial, apoiou a social-democracia, mas foi um dos primeiros a denunciar a ditadura leninista após visitar a União Soviética. Fundou uma escola regida por

métodos libertários e anticonformistas, escreveu a favor da liberdade sexual e contra a visão tradicional do matrimônio (que motivou uma campanha puritana contra ele; chegou a ser proibido de lecionar nos Estados Unidos), assinou com Einstein e outros cientistas destacados um manifesto contra a bomba atômica, liderou manifestações antinucleares e presidiu o Tribunal Russell contra a intervenção norte-americana no Vietnã (ao qual Sartre também pertenceu). Na última vez em que foi detido pela polícia por atentar contra a ordem pública já tinha mais de noventa anos. Também foi ensaísta e divulgador de temas filosóficos; seu estilo elegante, claro e preciso lhe valeu o Prêmio Nobel de Literatura, embora nunca tivesse escrito obras de ficção (depois do prêmio, se aventurou a escrever alguns contos de viés satírico, à semelhança de Voltaire). Talvez sua obra literariamente mais notável seja *Autobiografia*, crônica de quase um século de acontecimentos políticos e intelectuais. No começo desse livro, afirma: “Três paixões simples, mas irresistíveis, guiaram minha vida: a procura do conhecimento, o afã do amor e a compaixão pelo sofrimento humano”.

Desde sua primeira juventude, Russell – como Descartes – procurou alcançar algum tipo de saber que fosse tão certo e seguro que nenhuma pessoa razoável pudesse duvidar. E supôs que deveria ser a matemática. Seguindo as ideias de Gottlob Frege, Russell se propôs a deduzir a matemática da lógica, depois de converter esta em uma linguagem formal universal, capaz de dar conta de todos os acontecimentos do mundo, como queria Leibniz. Com seu antigo professor Alfred North Whitehead, escreveu uma obra monumental em três volumes, *Principia Mathematica*, em que leva a cabo essa tarefa. Ali resolve alguns paradoxos lógico-matemáticos que Frege havia apontado, especialmente o dos conjuntos que contêm a si mesmos como elementos.

Os conjuntos chamados normais não contêm a si mesmos: por exemplo, o conjunto dos homens não contém a si mesmo porque não é um homem. No entanto, o conjunto dos conceitos abstratos contém a si mesmo porque é um conceito abstrato. Mas o que acontece com o conjunto de todos os conjuntos normais? Se contém a si mesmo, conterá um conjunto cuja definição consiste, precisamente, em serem formados pelos conjuntos que não contêm a si mesmos, o que é contraditório; mas se não contém a si mesmo, será um conjunto normal... e por isso deveria, precisamente conter a si mesmo! Russell resolve o paradoxo estipulando que há diversos tipos lógicos de conceitos: o tipo zero é formado por indivíduos, o tipo um, por propriedades de indivíduos e, o tipo dois, por propriedades de propriedades de indivíduos. A antinomia se dá quando misturamos conceitos de um tipo com os de outro.

A partir de *Principia Mathematica* e em parte influenciado por seu discípulo Wittgenstein (de quem falaremos daqui a pouco), Russell estabelece uma teoria dos objetos do mundo (incluindo alguns tão peculiares como o Eu, a mente, ou a matéria), segundo a qual todos eles devem ser armados por meio de construções lógicas e a partir de componentes mínimos, uma espécie de átomos não físicos, mas lógicos. Chamou essa teoria de “atomismo lógico”, e um de seus princípios é aplicar, sempre que possível, a chamada “navalha de Occam”, ou seja, substituir as conclusões derivadas de entidades desconhecidas por outras, derivadas de entidades conhecidas.

Em conjunto, a teoria russelliana do conhecimento é uma combinação de princípios lógicos com dados sensoriais, base última de qualquer saber confiável (Russell é empirista, como Locke ou Hume). Inevitavelmente, a ciência se transforma em parâmetro de todo o conhecimento, embora Russell estivesse convencido de que não servia para estabelecer nossos valores éticos e políticos. Como descarta, explicitamente, o recurso à religião (um de seus ensaios mais provocativos se intitula *Por que não sou cristão*), não resta a Russell mais do que nos melhores desejos humanos para servir de fundamento à moral: mas... como saber quais são os “melhores” entre tantos desejos de poder ou arrogância?

Bertrand Russell teve um discípulo extraordinariamente inteligente, mas muito inquieto, que o

estimulou intelectualmente, mas também foi quase, quase um pesadelo. Ludwig Wittgenstein nasceu em Viena, em uma família muito abastada e pródiga em talentos de todo o tipo. Começou a estudar engenharia, mas também se interessou pela lógica e a filosofia. Por indicação de Frege, mudou-se para Cambridge, para estudar com Russell. Não foi o que poderia ser chamado de aluno dócil. Era uma estranha mistura de extremo racionalismo e misticismo, um espírito muito original e atormentado que, em certos aspectos, recordava Pascal. Às vezes aparecia à noite no quarto de seu mestre, após lhe dizer que pensava em seu suicidar, e com isso ganhava sua resignada atenção, apesar da inconveniência da hora. Em uma dessas sessões, lhe disse: “Por favor, seja sincero comigo; se acha que sou imbecil, me diga, e me dedicarei à engenharia; caso contrário, tentarei ser filósofo”. Russell o aconselhou a continuar estudando filosofia, e Wittgenstein assim o fez. Quando achou que havia resolvido os problemas que lhe interessavam nesse campo, renunciou a sua fortuna; foi enfermeiro voluntário na guerra, professor de escola, jardineiro e arquiteto em vários lugares da Áustria. Voltou a Cambridge a convite de seu mestre e ali deu cursos dos quais só permaneceram as fichas que usava e as anotações de seus alunos devotos, fascinados por sua personalidade carismática. Morreu hospedado na casa de um deles e suas últimas palavras foram: “Diga-lhes que tive uma vida maravilhosa”.

Para Wittgenstein, os problemas filosóficos são algo como enfermidades da razão, produzidos pela linguagem. Em seu pensamento, há duas etapas claramente separadas: a primeira, constituída por sua única obra publicada, *Tractatus logico-philosophicus*, prefaciada por Bertrand Russell, apesar de divergirem teoricamente. Trata-se de um livro breve, cuja concatenação lógica e estrutura quase matemática o assemelham à *Ética*, de Espinoza; como este, é possuído por um rigor hipnótico e um frio, mas intenso fervor. A obra trata dos limites e do alcance da linguagem, que são, também, os do pensamento e do mundo. A realidade nos chega por via linguística, mas há três tipos de proposições na linguagem: as que têm sentido e são verdadeiras, que constituem o conjunto das ciências da natureza; as proposições lógicas, que são tautológicas, ou seja, nelas os predicados não fornecem nada de novo ao sujeito; e as proposições metafísicas, que se devem ao mal entendimento da lógica de nossa linguagem e, portanto, carecem de sentido.

O mundo não é formado por coisas substantivas e independentes, mas por fatos linguísticos que relacionam uns objetos com outros. Tais objetos só existem enquanto fazem parte dessa estrutura de relações: trata-se de “átomos lógicos” simples e indestrutíveis (por exemplo, se afirmamos que uma proposição é falsa, nem por isso seus componentes são destruídos). A forma das proposições imita, de certa maneira, a disposição real desses átomos lógicos que constituem o nosso mundo. Devemos nos ater àquilo que se pode dizer de acordo com as pautas lógicas da linguagem e em termos convenientemente definidos. Quanto ao resto, Wittgenstein conclui o *Tractatus* afirmando: “Quanto aquilo de que não se pode falar, temos de guardar silêncio”. Apesar de ter estipulado que “os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo”, parece deixar aberta a possibilidade de que existam coisas sobre as quais não se pode falar, embora seja necessário guardar silêncio a respeito delas. Essas “coisas” inefáveis são as que se referem ao sentido do mundo e da vida, inclusive a intuição do transcendente, tudo o que preocupava Wittgenstein, e mais do que estava disposto a reconhecer. Em *Conferências sobre ética*, aponta três sentimentos que pertencem ao âmbito do inefável: o espanto pela existência do mundo, a sensação de estar absolutamente protegido e o sentimento de culpa.

O *Tractatus* parecia querer ser um desenho perfeito e suficiente da linguagem, logicamente válido, mas, em sua segunda fase intelectual, quando volta a Cambridge e começa a ensinar, o que lhe interessa são os mecanismos da linguagem comum e corrente, a que todos falamos. Continua criticando a metafísica, porque utiliza expressões habituais em sentido inabitual e nunca se sabe realmente do que está falando. Mas agora do que se trata é

de entender como nossa linguagem funciona. Não se trata apenas de uma pauta lógica e do que afirmam as ciências da natureza, de uma interação de múltiplos jogos de linguagem, cujo significado implica em uma multidão de ações que levamos a cabo.

Os jogos de linguagem correspondem a diversas formas de vida (a vida do religioso, a do político ou a do matemático, por exemplo) e só adquirem sentido vinculados a elas: de maneira que se, por um estranho azar, um leão comesse a falar, não conseguiríamos compreendê-lo, pois não compartilhamos a vida leonina. Entre as expressões dos vários jogos de linguagem há certo ar familiar e não uma identidade essencial: por exemplo, quando falamos de “complexo” ou “simples” em campos diferentes, vemos semelhanças de uso, mas não a mesma definição. Ademais, não pode haver uma “linguagem privada”, ou seja, uma linguagem que só eu entendo ou que corresponde a sensações que só eu sinto. Por mais pessoal que seja minha dor de dente, a linguagem em que me queixo dela não pertence só a mim, porque responde a regras do uso das palavras que têm, forçosamente, de ser públicas. Não há melhor argumento a favor da condição social do homem que a posse de uma linguagem, que nunca pode ser uma ferramenta individual.

*

Um dos traços que distinguem a filosofia atual é a presença feminina entre suas figuras mais destacadas e influentes. Confirma-se que o pensamento filosófico, que se ocupa do que concerte a todos nós, não é uma questão do sexo masculino, mas do ser humano em geral. A alemã Hannah Arendt, nascida em Hannover, foi discípula de Husserl, Jaspers e, sobretudo, Heidegger, com quem manteve uma secreta e apaixonada relação amorosa (apesar de ser judia, o que lhe levou a ser detida pela Gestapo e levada ao campo de concentração de Gurs). Depois fugiu para os Estados Unidos, nacionalizou-se norte-americana e ali viveu, escreveu e lecionou até a morte, em Nova York.

Arendt é, sobretudo, uma grande pensadora política. Segundo ela, praticamente a totalidade dos filósofos – começando pelo próprio Platão – não refletiu sobre a política, mas sobre o final da política, quer dizer, sobre como nos livrarmos dessa chateação: as utopias, a ordem perfeita do mundo, a harmonia definitiva entre os seres humanos ou o poder sem limites de Leviatã, tudo formas de tentar colocar um ponto final na ação política, que, no entanto, é uma dimensão polêmica, mas necessária, e incessante, da atividade humana. A política é um componente indispensável da condição humana (esse é o título de uma de suas obras mais destacadas) e do campo do exercício da liberdade, e não uma procura transitória de algum tipo de estabilidade que nos livre, finalmente, dessa angústia.

A tradição – desde Aristóteles – é considerar a vida contemplativa superior à vida ativa. Mas Arendt acredita que socialmente a importância está na segunda. Há três formas de atividade humana: o labor (cuidar do próprio corpo, da casa, da manutenção rotineira da vida), o trabalho (a produção de bens de consumo e de ferramentas) e a ação, ou seja, a interação entre os seres humanos e a tomada de decisões a respeito da vida em comum – a política em seu sentido mais amplo. É na ação humana que o homem exercita, realmente, sua liberdade, mas não como ser-para-a-morte, à maneira heideggeriana, e sim para a procriação de novas vidas, quer dizer, para a natalidade. Os seres humanos vivem não para morrer – embora todos morram – e sim para dar à luz.

Seu grande livro, *Origens do totalitarismo*, é uma obra pioneira. Aborda minuciosamente, além do antissemitismo e do imperialismo, a forma totalitária de poder que surgiu na Europa, primeiro com os bolcheviques e o stalinismo, depois com o nazismo. A característica dos regimes totalitários é aproveitar a renúncia da massa ao seu direito e dever de fazer política, essenciais para o funcionamento da democracia. Anestesiados por uma tecnologia que torna a vida cômoda e apática, os homens modernos renunciam a suas obrigações cívicas, deixando-se

arrastar por tiranias burocráticas que primeiro os manipulam e depois os condenam ao desaparecimento: “O totalitarismo não quer instalar um governo que tire os homens, mas um sistema em que os homens possam ser supérfluos”. Arendt foi enviada por uma grande revista norte-americana a Jerusalém para cobrir o julgamento do nazista Adolf Eichmann, que participou do extermínio dos judeus. Em suas reportagens sobre o julgamento, muito polêmicas e mal-entendidas, Arendt falou da “banalidade do mal”, quer dizer, de um tipo de criminoso que não tem consciência de sê-lo e age por simples obediência mansa à autoridade superior, depois de ter renunciado a sua autêntica qualidade humana de cidadão político e moralmente responsável.

A espanhola María Zambrano também se preocupou com a política e a luta contra o totalitarismo, como de uma forma não apenas teórica, como também prática e vital. María Zambrano nasceu em Vélez-Málaga, estudou filosofia na Universidade Central de Madri e foi discípula de Ortega y Gasset. Desde seu tempo de estudante e jovem professora se comprometeu ativamente com as ideias republicanas, o que a levou a integrar vários grupos políticos. Quando foi proclamada a República, apoiou-a de uma maneira muito mais decidida que seu mestre Ortega, de quem se distanciou definitivamente por esse motivo. Participou das Missões Pedagógicas, cujo objetivo era melhorar as condições de vida da Espanha rural, favorecendo o acesso de seus habitantes à cultura. No final da Guerra Civil, como tantos republicanos espanhóis, foi para a França e dali se exilou na América, onde foi professora em vários países (Cuba, México, Porto Rico...) e travou amizade com intelectuais, como o grande poeta mexicano Octavio Paz. Depois, continuou seu exílio na Europa (Roma e Genebra) e voltou definitivamente à Espanha quando foi restaurada a democracia. Morreu em Madri, depois de ter recebido o Prêmio Cervantes pelo conjunto de sua obra.

A preocupação de María Zambrano é desenvolver uma razão poética que interceda entre os díspares caminhos intelectuais da poesia e da filosofia, para aproveitar o melhor do impulso indagador das duas (a filosofia procura a unidade do ser simplificando e suprimindo diferenças; a poesia se atém à heterogeneidade do que há e ama cada uma das coisas, sem restrição nem abstração alguma). Ela retoma alguns dos temas do pensamento de Ortega para lhes dar um viés próprio. Por exemplo, na questão da distinção entre ideias e crenças, observa que, por baixo do cimento de crenças sobre o qual edificamos nossa vida, há um substrato mais profundo e importante: a esperança. E, é claro, também o desaparecimento, que a acompanha como seu reverso obscuro. A filosofia não é um método para resolver certos problemas técnicos, mas um “saber da alma”, que tenta satisfazer essa demanda esperançosa que nunca pode ser totalmente satisfeita.

A obra mais sólida e sugestiva de Zambrano é *O homem e o divino*, em que estuda a relação humana com o sagrado a partir de seus aspectos metafísicos mais do que meramente religiosos. O divino surge diante do “delírio persecutório” da vida humana, instável e repleta de angústias, em parte para aumentar nossas inquietações, mas também para nos sustentar nela. É fundamental, nesta concepção, a ideia da piedade como via de uma forma de relação entre os seres humanos, baseada no reconhecimento ativo de nossa vulnerabilidade, de nosso “desamparo compartilhado”. Na substância da razão poética de María Zambrano sempre está presente a exigência de uma razão cívica que aponte para a tolerância e o respeito, em uma utopia de reconciliação. Mas isso fica para o futuro, “esse deus desconhecido”, como ela diz.

NEMO: – E... isso é tudo?

ALBA: – Tudo? Como assim, tudo?

NEMO: – Ué, se não há mais filósofos, acabou a história da filosofia.

ALBA: – Não, criatura, claro que não. É claro que existiram muito mais filósofos antes e que continuaram existindo depois. Tenho certeza de que pra pensar filosoficamente não

precisa ter carteirinha de filósofo nem um título que autorize a pensar. Acho que a filosofia às vezes é o trabalho de uns e outros, mas antes ou depois representa uma necessidade de todos e de qualquer um.

NEMO: – Posso dizer o nome de dois filósofos de hoje.

ALBA: – Manda ver.

NEMO: – Alba e Nemo, você e eu.

ALBA: – Muito bem, isso! Pegou direitinho...

NEMO: – É, o problema é que todos esses sábios e sábias do passado nos deixaram sem trabalho, né? Não acha? Agradeço muito por terem parado pra pensar coisas importantes, que nos ajudam a viver, em vez de se ocuparem só em ganhar dinheiro ou chatear os outros, como muita gente que conheço. Mas a verdade é que já pensaram em tudo, do direito e do avesso. Agora, a gente, que mal chegou à filosofia... o que sobrou pra gente?

ALBA: – Bem, sei lá, mas acho que ainda tem muito pra pensar. Cada um desses filósofos que conhecemos parou pra pensar sobre a vida que tinha e o mundo em que vivia. E, apesar de muita coisa da vida deles e do mundo deles se parecer com o que a gente vive hoje, muitas outras coisas mudaram. Platão era superesperto, mas não conheceu as viagens de avião, e Espinoza nem imaginava o que seria a internet ou a poluição atmosférica...

NEMO: – É verdade, cada um sabe da própria vida e... como dizia Ortega?... suas circunstâncias. Ninguém pode viver a vida de outra pessoa.

ALBA: – Nem pensar por ela. A filosofia é feita por muitos. Por muitos, mas cada um tem de pensar por si mesmo.

NEMO: – Então... só por curiosidade... Sobre o que você quer pensar?

ALBA: – Criatura, assim, do nada?... Sobre coisas nas quais você e eu costumamos pensar: por exemplo, os direitos humanos nesse mundo cheio de interesses, com tanta desigualdade. E, ainda pensando em “humanos”, toda essa história da manipulação genética, da clonagem *etc.*

NEMO: – E novos direitos, como o direito ao trabalho numa época em que as máquinas trabalham no lugar dos homens, né? E o direito a uma informação verdadeira, agora que parece difícil saber a diferença entre a verdade e a mentira conveniente.

ALBA: – Não se esqueça dos problemas do passar do tempo na vida. O que significa hoje ser criança ou ser velho?

NEMO: – Se a gente for pensar nisso, o espaço também apresenta problemas: quem é hoje estrangeiro e quem é meu igual?

ALBA: – E os assuntos de sempre: a natureza, o artificial, o Universo...

NEMO: – Mas há quem diga que todas essas dúvidas serão resolvidas pela ciência.

ALBA: – Pois eu duvido que ela me tire as dúvidas. A ciência explica como as coisas funcionam, mas não diz nada sobre como nós devemos funcionar. A gente conhece melhor o que há, mas continua sem saber o que significa nossa responsabilidade no mundo.

NEMO: – Então fazer o quê? Teremos de continuar sempre com grandes perguntas e respostas menores, insuficientes?

ALBA: – É o que parece. Pelo visto, ser humano significa que a gente nunca vai conseguir estar satisfeito nem cansar de perguntar.

NEMO: – Que trabalhadeira! Então mãos à obra. Mas juntos, tá?

ALBA: – Claro, sempre juntos.

EXPLICAÇÃO FINAL

O primeiro livro de filosofia que li em minha vida foi *História do pensamento ocidental*, de Bertrand Russell, muito ilustrado e em formato de livro para presente. Despertou uma vocação que, seja como for, já durou meio século. O livro que o leitor tem agora em mãos é uma consequência e, portanto, uma homenagem àquela obra inicial de um pensador que considero meu mestre.

“Você deve contar com liberdade e simplicidade o que recordar sobre a história da filosofia”, me recomendou a editora, tão amável e otimista. Logo me dei conta de que não me lembrava de quase nada que valesse a pena, salvo um punhado de anedotas e um vago e vasto burburinho. De maneira que, para refrescar minha memória, embora sem a mínima pretensão erudita, recorri de novo a Russell, ao *Dicionário de filosofia* de José Ferrater Mora e à história da filosofia que li enquanto era estudante, aquela que continuo considerando a melhor do gênero: os três grandes volumes de Nicola Abbagnano, editados por Montaner y Simón. Se este livro se salvou de algumas inexatidões (certamente não de todas, ai) foi graças a essas fontes.



Com esta obra, concluo a tetralogia que dediquei à iniciação filosófica, dirigida, em primeiro lugar, a bacharéis, mas também a leitores de qualquer idade, sem formação prévia na área. Comecei com dois livrinhos sobre a razão prática (*Ética para meu filho* e *Política para meu filho*); depois, uma visão geral dos principais temas da filosofia (*As perguntas da vida*), para concluir com esta história que você tem nas mãos, que afirma já no título o propósito de acabar com a aura intimidatória que rodeia tudo o que soa a “filosófico”.

Quando estava escrevendo o penúltimo capítulo, em uma pequena aldeia maiorquina, o ETA assassinou os guardas civis Carlos Saénz de Tejada e Diego Salva Lezáun. Estas linhas são uma homenagem e agradecimento a eles, assim como a todos os que nos ajudam a viver sem temor nem tremor: pois pensar é sempre pensar contra os terroristas de qualquer espécie.

San Sebastián, 24 de agosto de 2009.

DESPEDIDA

A filosofia, que costumamos considerar uma disciplina árida, não é senão abstração; está entrelaçada com a história e não procede exclusivamente da mente humana, mas também do corpo. O pensamento abstrato é um instrumento excelente e necessário, mas os pensamentos mais elevados têm sua raiz em nosso ser físico, na estranha maneira em que nosso coração que ama abraça nosso coração que bombeia sangue, e no fato de sermos mortais.

Russell Shorto, *Os ossos de Descartes*.

CRONOLOGIA

FILÓSOFO	CORRENTE Grandes obras	SUA ÉPOCA
Sócrates (Atenas, Grécia, 470-399 a.C.)	Maiêutica (ironia socrática)	• Vitória da Grécia nas Guerras Médicas. Criação da Liga de Delos. Hegemonia de Atenas. • Era de Péricles. Apogeu da arte e da cultura grega. Início da guerra do Peloponeso. Criação da Academia platônica. • Desastre da expedição à Sicília. Derrota na guerra do Peloponeso. • Decadência de Atenas. • Alexandre, o Grande, conquista o Oriente. • Fundação de Alexandria. Criação do Liceu aristotélico. • Helenismo. Criação dos reinos helenísticos. • Euclides funda a geometria.
Platão (Atenas, Grécia, 427-347 a.C.)	Idealismo <i>Diálogos; Apologia de Sócrates</i>	
Diógenes, o Cínico (Sínope, Grécia, 413-327 a.C.)	Cinismo	
Aristóteles (Estagira, Trácia, 384-322 a.C.)	Escola peripatética <i>Lógica Física; Metafísica; Economia; Da alma; Ética a Nicômaco; Política; Retórica</i>	
Epicuro (Samos, ou Atenas, Grécia, 341 a.C - Atenas 270 a.C.)	Epicurismo <i>Cartas; Aforismos</i>	
Zenão de Cítio (Cítio, Chipre, 335 a.C - Atenas, 264 a.C.)	Estoicismo	
Marco Túlio Cícero (Arpino, Itália, 106 a.C. - Formies, 43 a.C.)	Ecletismo <i>Orações; Da república; Da amizade; Do saber envelhecer; Discursos (Catilinárias, Filípicas)</i>	
Tito Lucrécio (Roma, Itália, 98 a.C - 55 a. C.)	Epicurismo <i>Da natureza das coisas</i>	
Lúcio Aneu Sêneca (Córdoba, Espanha, 3 a.C. - Roma, Itália, 65 d.C.)	Estoicismo <i>Diálogos; Questões naturais</i>	
Aurélio Agostinho, ou Santo Agostinho (Tagaste, Tunísia, 354 - Hipona, 430)	Filosofia cristã <i>Solilóquios; Confissões; A cidade de Deus</i>	
Severino Boécio (Roma, Itália, 480 - Pavia, 524)	Filosofia cristã <i>Lógica A consolação da filosofia</i>	• Roma domina a Itália. • Liga Aqueia contra a Macedônia. • Cícero é eleito cônsul em 63 a.C. • Conjuração de Catilina. • Rebelião de Spartacus. Primeiro triunvirato. Triunfos de César. • Guerra civil. • Império Romano de Augusto. • Reinado de Nero e incêndio de Roma. Suicídio de Sêneca. • Império cristão de Constantino. Cristianismo, religião oficial do Império. Divisão do Império Romano. Invasões bárbaras.
Averróis (Abu al-Walid Muhammad ibn Rushd) (Córdoba, Espanha, 1126 - Marrocos, 1198)	Filosofia islâmica Aristotelismo <i>Comentários</i>	
Maimônides (Moses ibn Maimón) (Córdoba, Espanha, 1135 - Fustat,	Filosofia judaica <i>Guia dos perplexos</i>	

1204)		• Auge da Universidade de Paris.
Tomás de Aquino (Aquino, Itália, 1225 – Fossanova, 1274)	Síntese entre aristotelismo e cristianismo <i>Suma contra os gentios; Suma teológica</i>	• Maiorca é integrada ao reino de Aragão. • Vésperas sicilianas.
Raimundo Lúlio (Palma de Maiorca, Espanha, 1235 – Tunis, 1315)	Filosofia cristã <i>Arte</i>	• Papado de Avignon. Explode a guerra dos Cem Anos.
Guilherme de Occam (Ockham, Inglaterra, 1285 – Munique, 1349)	Nominalismo <i>Summa totius logicae</i>	• Crítica do tomismo.
Giovanni Pico de la Mirandola (Mirandola, Itália, 1463 – Florença, 1494)	Humanismo <i>Discurso sobre a dignidade do homem</i>	• O Renascimento floresce na Itália. Florença sob o domínio de Lourenço de Médici, chamado de o Magnífico.
Desidério Erasmo de Roterdã (Roterdã, Países Baixos, 1467 – Basileia, 1536)	Erasmismo <i>Elogio da loucura</i>	• Auge da arte e da cultura. • Os reis católicos unificam a Espanha. Descobrimento da América. Lutero inicia a Reforma protestante.
Nicolau (Florença, Itália, 1469-1527)	Filosofia política <i>O príncipe</i>	• Expulsão dos Médici de Florença. Guerra entre França e Espanha pelo domínio da Itália.
Thomas More (Londres, Inglaterra, 1478-1535)	Filosofia política <i>Utopia</i>	• Thomas More renuncia a seu cargo de Lorde Chanceler diante da pretensão de Henrique VIII de abandonar a obediência ao papa e criar a igreja anglicana.
Juan Luis Vives (Valência, Espanha, 1492 – Brujas, 1540)	Humanismo <i>Sobre a alma e a vida</i>	• Criação do Império dos Habsburgo, quando se reuniram sob Carlos V as casas de Castela (Isabel), Aragão (Fernando), o Sacro-Império Germânico (Maximiliano) e Borgonha (Maria).
Michel de Montaigne, (Montaigne, França, 1533-1592)	Filosofia política <i>Ensaaios</i>	• Guerras religiosas. Concílio de Trento: Contrarreforma. Criação da Santa Liga, que derrotou os turcos em Lepanto. Rebelião em Flandres contra o Habsburgo. Guerra franco-espanhola na Itália, batalhas de São Quintino e de Gravelines. Matança de huguenotes na Noite de São Bartolomeu. Edito de Nantes, promulgado por Henrique IV, que garante a liberdade de consciência na França.
Giordano Bruno (Nola, Itália, 1548 – Roma, 1600)	Humanismo <i>Sobre a causa, princípio e uno</i>	• A Inquisição católica vela pela pureza da fé. Giordano Bruno é queimado na fogueira como herege por defender suas ideias científicas.
Francis Bacon (Londres, Inglaterra, 1561-1626)	Filosofia escolástica <i>Novum Organum</i>	• Coroação de Elizabeth I, rainha da Inglaterra. Derrota da Armada Invencível. Fundação da primeira colônia inglesa nos Estados Unidos. Criação da Bolsa de Londres. Criação da Companhia das Ilhas Orientais. Começo da Guerra dos Trinta Anos.
Galileu Galilei (Pisa, Itália, 1564 – Florença, 1642)	Filosofia e astronomia <i>Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano</i>	• Desenvolvimento do Método Científico, avanços das ciências graças ao trabalho de Galileu (excomungado pela Igreja Católica) e de Johannes Kepler.
Thomas Hobbes (Westport, Inglaterra, 1588 – Hardwick Hall, 1679)	Filosofia política <i>Leviatã</i>	• Começo da hegemonia naval inglesa. O teatro inglês do período elisabetano alcança enorme prestígio com Marlowe e Shakespeare. Harvey descobre a circulação do sangue. O sistema político inglês
René Descartes (Turena, França, 1596 – Estocolmo, 1650)	Racionalismo cartesiano <i>Discurso do método</i>	

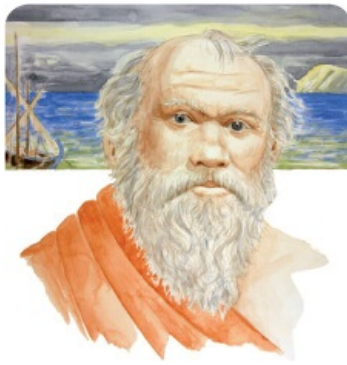
		avança graças ao parlamentarismo.
		Implantação progressiva do absolutismo francês. Governo do poderoso cardeal Richelieu, substituído depois por Mazarino. Fundação da Academia Francesa para o desenvolvimento das ciências.
Blaise Pascal (Clermont-Ferrand, França, 1623 – Paris, 1662)	Matemática <i>Pensamentos</i>	
Baruch Espinoza (Amsterdã, Países Baixos, 1632 – Haia, 1677)	Panteísmo <i>Ética</i>	
John Locke (Wrighton, Inglaterra, 1632 – Oates, 1704)	Empirismo <i>Ensaio sobre o entendimento humano; Carta sobre a tolerância</i>	- Pela paz de Westfália e pela paz nos Pireneus com a Espanha, a França aumenta suas posses e se torna potência europeia. - Derrota naval espanhola na Batalha das Dunas. Derrota espanhola em Rocroi. Independência dos Países Baixos. - Revolução de Oliver Cromwell e execução do rei Carlos I. Criação da Royal Society para o desenvolvimento das ciências. - Ascensão da Prússia na época do Grande Eleitor, Frederico Guilherme, apoiado por seu poderoso exército e pelos grandes proprietários de terra. Com Frederico I, Berlim se converte em grande capital e é fundada a Academia de Ciências, à frente da qual esteve o próprio Leibniz.
Gottfried Wilhelm Leibniz (Leipzig, Alemanha, 1646 – Hannover, 1716)	Monadismo <i>Discurso de metafísica</i>	
Giambattista Vico (Nápoles, Itália, 1668 – 1744)	Cientificismo <i>Ciência nova</i>	
George Berkeley (Thomastown, Irlanda, 1685 – Oxford, 1753)	Idealismo subjetivo <i>Tratado sobre os princípios do conhecimento humano; Diálogos entre Hylas e Philonous</i>	- Depois da guerra de Sucessão espanhola, o tratado de Utrecht coloca a Sicília nas mãos do duque de Saboia, e Milão, Sardenha e Nápoles nas mãos do imperador austríaco. Em 1734, uma nova guerra hispano-austríaca outorga à Áustria o domínio do norte do país. Isabel Farnésio obtém o reino de Parma para seu filho Carlos e o de Nápoles para Carlos de Bourbon, futuro Carlos III da Espanha. - Com George I, chega ao trono inglês a casa de Hannover e se impõe a figura do Primeiro-Ministro, na pessoa de Walpole. Em 1707 é assinado o Tratado de União entre Inglaterra e Escócia, embrião do futuro Reino Unido. O tratado de Utrecht, de 1713, dá aos britânicos o domínio marítimo sobre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte.
Montesquieu Charles-Louis de Secondat (La Brède, França, 1689 – Paris, 1755)	Filosofia política <i>Cartas persas; O espírito das leis</i>	
Voltaire François-Marie Arouet Paris, França, 1694-1778)	Iluminismo <i>Ensaio sobre os costumes; Cartas filosóficas</i>	Monarquia francesa do século XVIII, dominada pela figura de Luís XV. Guerras dispendiosas e inúteis: Guerra dos Sete Anos e Guerra de Independência dos Estados Unidos. A manutenção dos privilégios da aristocracia fornece as bases para a explosão revolucionária do fim do século.
David Hume (Edimburgo, Escócia, 1711-1776)	Empirismo <i>Tratado da natureza humana; História natural da religião</i>	O Século das Luzes, ou Iluminismo, iniciado por Montesquieu e Voltaire, foi seguido pelos enciclopedistas, de caráter materialista, e pelos idealistas, liderados por Rousseau.
Jean-Jacques Rousseau (Genebra, Suíça, 1712 – Ermenonville, 1778)	Filosofia política <i>O contrato social; Emílio</i>	- Revolução industrial, surgida na Grã-Bretanha. Em 1764, é inventada a máquina a vapor. - Crescimento das potências do Leste Europeu: Áustria, Prússia e Rússia. Guerra de Sucessão da Polónia, de 1733 a 1738. Nova potência: Império Otomano.
Denis Diderot (Langres, França, 1713 – Paris, 1784)	Enciclopedismo <i>Pensamentos filosóficos</i>	

Immanuel Kant (Königsberg, Alemanha, 1724 – 1804)	Lógica e metafísica <i>Crítica da razão pura; Crítica da razão prática</i>	- Diderot e Jacques d'Alembert iniciam a Enciclopédia Francesa. - Os jesuítas são expulsos de Portugal (1759) e da Espanha (1767). Depois de sua expulsão da Itália (1773), o papa Clemente XIV dissolve a Ordem. O “despotismo ilustrado” se espalha pela Europa: Frederico II da Prússia, Maria Teresa da Áustria, Catarina II da Rússia, Carlos III da Espanha, Gustavo III da Suécia etc. - A Revolução Industrial se impõe na Grã-Bretanha entre 1780 e 1830. Revolução americana nas colônias inglesas entre 1773 e 1783. Revolução Francesa (1789). Um novo mundo surge no século XIX. - A tomada da Bastilha dá início à Revolução Francesa (1789). Luís XI é executado na guilhotina (1793). - A execução de Robespierre põe fim ao “Terror” (1784). - Assembleia francesa (1795). Napoleão toma o poder (1797). Napoleão é coroado imperador (1804). Batalha de Trafalgar e Batalha de Austerlitz (1805). - Acordos de Fontainebleau (1807). Guerra da Independência Espanhola (1808). Derrota de Napoleão na Rússia (1812). - Fernando VII, rei da Espanha (1814). Congresso de Viena (1814-1815). Batalha de Waterloo (1815). É constituída a Santa Aliança (1814). - Independência da América Latina (1810-1825). Luís Filipe de Orleans, rei da França (1830). Abolição da escravidão no Império Britânico (1833). Vitória I, rainha da Inglaterra (1837). Colonização do oeste da América do Norte (a partir de 1842). Revolução em Viena, queda de Metternich (1848). Francisco José, imperador da Áustria (1848). Luís Napoleão preside a Segunda República Francesa (1848). - Vitor Manuel II, rei da Sardenha-Piemonte (1849). Napoleão III, imperador da França (1852). Guerra da Crimeia (1853-1856). Congresso de Paris. Construção do canal de Suez (a partir de 1859). - Unificação da Itália: Vitor Manuel II (1861). Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865). Primeira internacional (1864). - Assassinato de Abraham Lincoln (1865). - Guerra franco-prussiana (1870-1871). - Comuna de Paris (1871). - Unificação da Alemanha (1871). - Tríplice Aliança: Alemanha/ Áustria/ Itália (1882). Guilherme II, imperador da Alemanha (1888). Segunda Internacional (1889). Bismarck renuncia (1890). Desastre de 1898: a Espanha perde suas últimas colônias. Revolução de dezembro na Rússia
Jeremy Bentham (Londres, Inglaterra, 1748-1832)	Utilitarismo <i>Introdução aos princípios da moral e da legislação</i>	
Georg Wilhelm Friedrich Hegel (Stuttgart, Alemanha, 1770 – Berlim, 1831)	Idealismo absoluto <i>Fenomenologia do espírito; Ciência da lógica</i>	
Friedrich Schelling (Leonberg, Alemanha, 1775 – Bad Ragaz, 1854)	Idealismo <i>Sistema do idealismo transcendental</i>	
Johann Gottlieb Fichte (Rammenau, Alemanha, 1763 – Berlim, 1814)	Idealismo <i>O sistema de filosofia moral segundo os princípios de doutrina da ciência</i>	
Arthur Schopenhauer (Danzig, Alemanha, 1788 – Frankfurt, 1860)	Irracionalismo <i>O mundo como vontade e como representação</i>	
Thomas Carlyle (Ecclefecham, Escócia, 1795 – Londres, 1881)	Filosofia da história <i>História da Revolução Francesa</i>	
Auguste Comte (Montpellier, França, 1798 – Paris, 1857)	Positivismo <i>Curso de filosofia positiva</i>	
Ralph Waldo Emerson (Boston, Estados Unidos, 1803 – Concord, 1882)	Transcendentalismo <i>Natureza</i>	
Ludwig Feuerbach (Landshut, Alemanha, 1804 – Nuremberg, 1872)	Idealismo revolucionário <i>Princípios da filosofia do futuro</i>	
John Stuart Mill (Londres, Inglaterra, 1806 – Avignon, França, 1873)	Utilitarismo <i>Princípios de economia política</i>	
Søren Kierkegaard (Copenhagen, Dinamarca, 1813 – Copenhagen, 1855)	Existencialismo <i>O conceito de angústia;</i>	

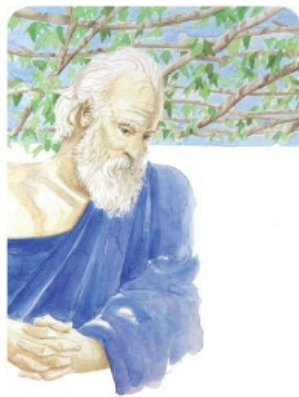
1813 – 1855)	<i>Temor e tremor</i>	(1905). Guerra russo-japonesa (1904-1905).
Karl Marx (Trier, Alemanha, 1818 – Londres, 1883)	Marxismo <i>O capital</i>	• A Primeira Grande Guerra (1914-1919).
Friedrich Engels (Bremen, Alemanha, 1820 – Londres, 1895)	Materialismo dialético <i>Manifesto do partido comunista</i>	• Revolução Russa (1917). É criada a Sociedade das Nações (1919). Fundação da Terceira Internacional (1919).
Charles Sanders Peirce (Cambridge, Estados Unidos, 1839 – Milford, 1914)	Pragmatismo <i>Escritos coligidos</i>	• Nos Estados Unidos, as mulheres conquistam o direito ao voto (1919).
William James (Nova York, Estados Unidos, 1842 – Chocorua, 1910)	Pragmatismo <i>A vontade de crer</i>	• Independência da Irlanda (1920). Mussolini toma o poder na Itália (1922).
Friedrich Nietzsche (Röcken, Alemanha, 1844 – Weimar, 1900)	Vitalismo <i>Assim falou Zaratustra; Além do bem e do mal; O crepúsculo dos ídolos.</i>	• Ditadura de Primo de Rivera na Espanha (1923-1930).
Sigmund Freud (Freiberg, Áustria, 1856 – Londres, 1939)	Psicanálise <i>Totem e tabu; Psicanálise; O mal-estar da cultura</i>	• Morte de Lênin (1924).
Henri Bergson (Paris, França, 1859 – 1941)	Filosofia da intuição <i>Matéria e memória; A evolução criadora</i>	• Quebra da Bolsa de Nova York (1929).
John Dewey (Burlington, Estados Unidos, 1859 – Nova York, 1952)	Pragmatismo <i>Democracia e educação</i>	• Segunda República espanhola (1931). Hitler chega ao poder na Alemanha (1933). Proclamado o Terceiro Reich na Alemanha (1933). Mao Tsé-Tung inicia a Grande Marcha na China (1935).
Jorge Ruiz de Santayana (Madri, Espanha, 1863 – Roma, 1952)	Realismo <i>Os reinos do ser</i>	• Bergson recebe o Prêmio Nobel de Literatura (1927).
Miguel de Unamuno y Jugo (Bilbao, Espanha, 1864 – Salamanca, 1936)	Existencialismo humanista <i>Do sentimento trágico da vida; Contra isto e aquilo</i>	• Guerra Civil espanhola (1936).
Benedetto Croce (Pescasseroli, Itália, 1866 – Nápoles, 1952)	Filosofia política <i>Ética e política</i>	• A Alemanha anexa a Áustria (1938). Franco toma o poder na Espanha depois de vencer a Guerra Civil (1939). Começa a Segunda Guerra Mundial (1939).
José Ortega y Gasset (Madri, Espanha, 1883-1955)	Vitalismo racional <i>Espanha invertebrada; A rebelião das massas.</i>	• O Japão ataca Pearl Harbor. Os Estados Unidos entram na guerra (1941). Queda de Mussolini na Itália (1943). Desembarque na Normandia (1944). Libertação de Paris (1944). Charles De Gaulle toma o poder na França (1944). Conferência de Yalta (1945).
Ludwig Wittgenstein (Viena, Áustria, 1889 – Cambridge, 1951)	Positivismo lógico <i>Tractatus logicophilosophicus</i>	• Morte de Hitler. Queda do Terceiro Reich alemão (1945). Bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki (1945). Rendição do Japão e fim da guerra (1945). Fundação da ONU (1945). Conferência de
Martin Heidegger (Messkirch, Alemanha, 1889 – 1976)	Existencialismo <i>Ser e tempo</i>	• Postdam (1945). Começa a “Guerra Fria” (1947) Independência da Índia (1947). Plano Marshall (1947). Criação do Estado de Israel (1948).
Bertrand Russell (Trelleck, Gales, 1872 – Penrhyndeudraeth, 1970)	Positivismo lógico <i>Introdução à filosofia matemática;</i>	• Proclamação da República Popular da China (1949). Criação da OTAN (1949).

- Guerra da Coreia (1950).
- Morte de Stalin (1953).
- Criação do Pacto de Varsóvia (1955). É criada a Comunidade Econômica Europeia em Roma (1957).
- Fidel Castro depõe Batista e triunfa a revolução cubana (1958). Tem início a descolonização da África (1960). É erguido o Muro de Berlim (1961).
- Os Estados Unidos iniciam a Guerra do Vietnã (1962)

	<i>Autobiografia</i>	
Jean Paul Sartre (Paris, França, 1905 - 1980)	Existencialismo <i>O ser e o nada</i>	• Concílio do Vaticano II (1962-1965). John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, é assassinado (1963). • Guerra dos Seis Dias entre Israel e seus vizinhos árabes (1967). A "Primavera de Praga" é esmagada pelos tanques russos (1968). • Assassinato de Martin Luther King (1968). Revolução de maio de 1968 na França. • O homem chega à Lua (1969). Independência de Bangladesh (1971). Guerra do Yom Kippur (1973). Golpe militar no Chile, o presidente Allende é assassinado (1973). Escândalo Watergate, renúncia de Nixon (1974). Revolução dos Cravos em Portugal (1975). Morre o ditador Francisco Franco. Restaura-se a monarquia na Espanha (1975).
Hannah Arendt (Hannover, Alemanha, 1906 - Nova York, 1975)	Filosofia política <i>Origens do totalitarismo</i>	
María Zambrano (Velez-Málaga, Espanha, 1907 - Madri, 1986)	Vitalismo racional <i>O homem e o divino</i>	
Simone de Beauvoir (Paris, França, 1908 - 1986)	Existencialismo Feminismo <i>O segundo sexo; A velhice</i>	
Albert Camus (Mondoví, Argélia francesa, 1913 - Villeblevin, França, 1960)	Existencialismo <i>O mito de Sísifo; O homem revoltado</i>	



Sócrates



Platão



Aristóteles



Epicuro



Marco Aurélio



Santo Agostinho



São Tomás de Aquino



Erasmo de Roterdã



Thomas More



Michel de Montaigne



René Descartes



Thomas Hobbes



Baruch Espinoza



Voltaire



Denis Diderot



Jean-Jacques Rousseau



David Hume



Immanuel Kant



Friedrich Hegel



Karl Marx



Søren Kierkegaard



Arthur Schopenhauer



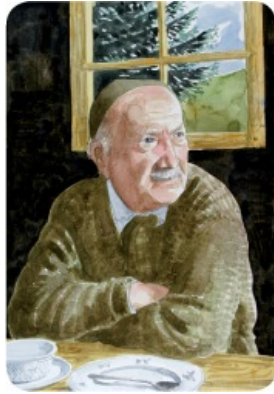
Friedrich Nietzsche



Ralph Waldo Emerson



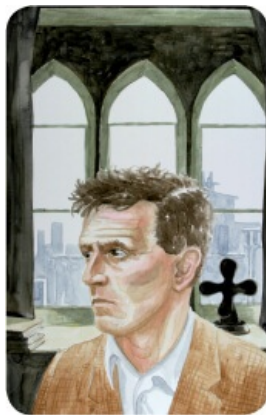
Miguel Unamuno y Jugo



Martin Heidegger



Albert Camus



Ludwig Wittgenstein



Hannah Arendt



María Zambrano



Bertrand Russell

¹ A palavra “cínico”, em grego *kunikós*, faz alusão à “cachorro”. (N. do T.)

² Conceito filosófico descrito por Aristóteles como a causa primeira de todo o movimento no Universo e que, portanto, não é movido por nada. (N. do T.)

FERNANDO SAVATER

Escritor e professor de filosofia da Universidade Complutense de Madri, Fernando Savater nasceu na paradisíaca San Sebastian, praia ao norte da Espanha, em 1947. Durante sua carreira, escreveu mais de 50 livros, sobretudo sobre política e filosofia – traduzidos para mais de 20 países –, além de peças de teatro, romances, artigos e ensaios para a imprensa.

Outros livros do autor publicados pela Editora Planeta

O valor de educar

A importância da escolha

Política para meu filho

Ética para meu filho

 PlanetaLivrosBR

 planetadelivrosbrasil

 PlanetadeLivrosBrasil

 planetadelivros.com.br